



TERRA E POVO

Uma história de
Medianeira

Roberto Marin



Medianeira 2025

Uma história de Medianeira

Toda cidade carrega em suas ruas, praças e paisagens as marcas do tempo e das pessoas que ajudaram a construí-la. Este livro nasce do desejo de preservar e compartilhar a História de Medianeira - uma trajetória feita de desafios, conquistas, tradições e mudanças que moldaram a identidade de nossa comunidade.

Mais do que datas e fatos, o autor Roberto Antonio Marin busca resgatar e valorizar personagens e suas memórias. O livro "Terra e Povo – uma história de Medianeira" destaca pessoas, empresas, setores e momentos selecionados pelo escritor, uma colcha de retalhos que nos ajuda a compreender a diversidade que compõe a História de Medianeira.

A história de um município é, em essência, a história de seu povo. Por isso, este livro é também uma homenagem a todos aqueles que, com seu trabalho, fé e dedicação, deixaram sua marca nesse chão.

Que este registro sirva de inspiração às futuras gerações e fortaleça o sentimento de pertencimento entre todos que aqui vivem.

Sobre o autor

Natural da comunidade Novo Paraíso, município de Nova Palma (RS), **Roberto Antonio Marin** nasceu em

1º de dezembro de 1954. Coursou Filosofia na Universidade Federal de Santa Maria, tendo se formando em 1981.

Chegou a Medianeira em 1982, onde atuou como professor por 24 anos. Casou-se com Ivanete Moraes Marin, com quem teve uma filha (Talita) e de 2003 a 2020 trabalhou na assessoria de imprensa da Lar Cooperativa Agroindustrial.

Além da formação em filosofia, Roberto fez especialização em História, na Unipar, em Cascavel, e também era poeta, declamava e estudava física quântica.

O professor foi um grande colaborador do Jornal Mensageiro, de Medianeira, fazendo reportagens para as colunas "De Sol e Lua" e "Memória Terrunha".

A pesquisa, o contato e a conversa com as pessoas sempre fizeram parte da rotina de Roberto. Defensor da preservação das memórias da região Oeste, dedicou-se a contar várias histórias que ajudaram a construir e valorizar a nossa História.

Faleceu em 29 de junho de 2022. Na mesma data, o Executivo Municipal enviou para a Câmara de Vereadores de Medianeira o projeto de Lei nº 069/2022 para que a Casa da Memória de Medianeira fosse denominada Roberto Antonio Marin. O projeto foi aprovado por unanimidade e em 21 de julho do mesmo ano a Lei nº 1059/2022 foi sancionada pelo prefeito Antonio França Benjamin.



TERRA E POVO

Uma história de Medianeira

| A história é
| êmula do tempo,
| repositório dos fatos,
| testemunha do passado,
| exemplo do presente,
| advertência do futuro.

Miguel de Cervantes

Roberto Marin

TERRA E POVO

Uma história de Medianeira

Medianeira (PR), 2025

Autor: **Roberto Marin**

Copyright @ 2025 by Prefeitura Municipal de Medianeira (PR)

Apoio de edição:

Heinz Schmidt

Ivanete Moraes Marin

Lucas Faquin

Franciele Aparecida Araujo

Ema Luiza Piasson

Colaboração:

- **Antonio França Benjamim** - Prefeito Municipal

- **Evandro Rohling Mees** - Vice-prefeito Municipal

- **Márcia Hanzén** - Secretária de Desenvolvimento Econômico e
Diretora Interina da Casa da Memória Roberto Antonio Marin

- **Rosiane Limberger dos Santos Tonelli** - Secretária de Educação e Cultura

- **Solange Aparecida de Lima** - Secretária de Administração e Planejamento

- **Ana Cláudia Valério** - Coordenadora de Gestão Documental e
Memória da Casa da Memória Roberto Antonio Marin

Capa: Pablo Lima

Impressão: Gráfica Valério

*Esta obra foi concluída após o falecimento do autor. Roberto Marin pesquisou, escreveu e deixou o livro praticamente pronto, o que garante a identidade no último projeto que se dedicou em vida. O material passou por revisões de diversos profissionais, recebeu apoio da família e de amigos que vivenciaram com Roberto o processo de pesquisa e escrita.

O conteúdo do livro é de propriedade intelectual da Prefeitura Municipal de Medianeira, conforme contrato nº 145/2020. O ente público fez a contratação e o pagamento ao autor Roberto Marin para produzir o livro que conta a história do município, através de pessoas, empresas, setores e momentos selecionados pelo autor.

M337t	Marin, Roberto Terra e povo: uma história de Medianeira / Roberto Marin – 1. ed. – Medianeira, 2025. 231 f. : il. Inclui bibliografias. 1. Medianeira – História. 2. História local. I. Marin, Roberto. II. Título. CDD: 981.6
-------	---

SUMÁRIO

● Já fomos território da Coroa Espanhola	13
● Miguel Matte e a imensa “Gleba Iguassú”	15
● Colonização é tema de reportagem em 1942.....	21
● Alfredo Ruaro, colonizador e empreendedor industrial	25
● Pedro Soccol, o fundador de Medianeira	29
● Intensa propaganda nas colônias da região Sul	33
● Ângelo Darolt, o primeiro prefeito eleito	39
● José Della Pasqua, vereador e prefeito	47
● Luiz Bonatto, o prefeito-interventor	57
● Quando a bandeira tremulou pela primeira vez.....	67
● “A lista tríplice tem três nomes: Ivo Antônio Da Rolt”	69
● Adolpho Mariano da Costa e a “Nova Medianeira”	77
● Dona Nadir, a primeira cartorária	85
● Emílio Gomez, um homem à frente de seu tempo	89
● Buss: depois da enchente em SC, o recomeço no PR	95
● Quando as madeireiras desfilavam pela avenida.....	103
● No tempo do palmito abundante.....	111
● A fumaça que sustentou a pequena propriedade rural.....	115
● As Organizações Frimesa e o Frigorífico Medianeira	121
● Na Gleba dos Bispos nasce a Lar Cooperativa.....	137
● Primeiro presidente da Acime foi um uruguaio.....	149
● O dia em que o União conquistou a Taça Paraná.....	155
● Grito do quero-quero atçou a chama da cultura gaúcha.....	161
● Religiosidade e comunidades de fiéis	169
● Critério da competência trouxe o CEFET, hoje UTFPR.....	185
● Semear. Uma semente que germinou e produziu frutos	191
● Do primeiro jornal ao canal de televisão.....	195
● Distritos de Medianeira que se tornaram municípios	209
● Um mundo em constante ebulição	227

APRESENTAÇÃO

UMA VERDADEIRA VIAGEM NO TEMPO

Um livro tem o propósito de contextualizar um momento na ótica do escritor sem a pretensão de esgotar o tema, pois sempre haverá espaço para continuar contando a história.

Assim, o autor mostra Medianeira, onde homens e mulheres que sonharam com uma vida melhor plantaram suas raízes na busca de um futuro promissor.

Uma verdadeira viagem no tempo, viagem de autoconhecimento e encantamento. Medianeira surgiu da necessidade da presença de brasileiros em um território onde despontavam estrangeiros negociando madeiras nobres nas primeiras décadas do século XX.

Desbravadores, colonizadores e fundadores de cidades no Oeste do Paraná nos são apresentados nesta magnífica obra de pesquisas e entrevistas realizadas pelo historiador Roberto Marin, contribuindo para que as novas gerações conheçam e se afeiçoem à terra onde vivemos.

Homens e mulheres vieram notadamente do Sul do país para criar uma região progressista que muito tem ajudado no desenvolvimento do Brasil. Famílias de descendentes de povos europeus, principalmente, muitas da segunda ou terceira geração de imigrantes que chegaram a partir do final do século XIX, formaram um mosaico humano que nos trouxe até aqui.

Os primeiros passos de nossos líderes, políticos e benfeitores são apresentados, a religiosidade de nosso povo, os ciclos econômicos com as fases da madeira, do palmito, tabaco, hortelã e cereais, com a força da pequena propriedade rural. O amor pela terra, sempre presente. O surgimento das grandes cooperativas e sua relação íntima com a população de nossa região. A força da agricultura, da pecuária e da indústria, alavancadas pelo cooperativismo, transformaram a região Oeste, de terras férteis, numa das mais prósperas do Brasil, exemplo para o mundo. E Medianeira está no centro de tudo isso.

O livro relata a formação de vilas e cidades em nosso entorno. Tópicos im-

portantes e que marcaram a história da comunidade, comentados em conversas entre os mais antigos até hoje, como a participação em competições esportivas, a formação de grupos tradicionalistas gaúchos, a formação das entidades de classe, a chegada de escolas técnicas e de ensino superior, personagens marcantes que fizeram a diferença e que precisam ser conhecidos e até festejados pelas novas gerações.

A história da imprensa, importante no registro das ações coletivas que impulsionaram o desenvolvimento de Medianeira e região Oeste, também está presente nesta obra.

Todo o trabalho é fartamente ilustrado, o que ajuda a compreender que são as pessoas que fazem a roda do mundo girar, com suas idealizações transformadas em ações. É conhecendo o que fizeram os que nos antecederam, o que pensaram e sentiram, que nos identificaremos como seres sociais e construtores de novos tempos.

Certamente uma eloquente contribuição para contar a história do lugar em que se vive e que se sonha com a construção de um futuro de paz e felicidade para todos.

Irineo da Costa Rodrigues
Engenheiro agrônomo

VALORIZANDO MEMÓRIAS, PRESERVANDO A HISTÓRIA

Obra de imensurável importância, aqui todos podem, através do fantástico meio da leitura, ter acesso a relatos históricos deste pujante município, selecionados e cuidadosamente apresentados por Roberto Antonio Marin, um gaúcho que se apaixonou por Medianeira. Como historiador, jornalista e professor, através de uma pesquisa minuciosa e uma narrativa rica em detalhes, ele retrata os mais relevantes acontecimentos ocorridos desde o início da nossa colonização.

A leitura proporciona uma viagem a tempos de muitas dificuldades e possibilita conhecer personagens que lutaram com muita força e dedicação, a grande maioria vinda do sul do país, no início da colonização. Os relatos históricos proporcionam a todos a oportunidade de conhecer as origens de Medianeira e também reverenciar os heróis e heroínas, que migraram para estas terras. Desprovidos de equipamentos e apoio técnico, desbravaram a densa floresta que cobria o território do município. Na bagagem trouxeram os sonhos e nesta rica terra vermelha transformaram Medianeira numa realidade, um município sólido e progressista.

Conhecer a história de Medianeira é essencial para fortalecer o vínculo da população local com suas raízes e compreender suas origens. Isso promove a criação de um sentimento de pertencimento e identidade cultural. Este livro não é apenas valioso para crianças e adolescentes nas escolas, mas também para todos os que residem na região, incluindo trabalhadores, servidores públicos, profissionais liberais, empreendedores e qualquer pessoa curiosa sobre a história de Medianeira.

A construção do futuro é intrinsecamente ligada à compreensão do patrimônio histórico e cultural e à evolução da sociedade ao longo do tempo. Isso ajuda as pessoas a contextualizarem as mudanças sociais em curso. Reconhecendo a importância de preservar as memórias de um povo, as Secretarias de Desenvolvimento Econômico, sob a gestão de Márcia Hanzen, e Educação e Cultura, liderada por Clair Rugeri, criaram em 2022 a Casa da Memória, um espaço dedicado à preservação da história de Medianeira. Em homenagem ao autor deste livro, Roberto Antonio Marin, que faleceu prematuramente aos 67 anos de idade, a Casa da Memória recebeu o seu nome.

Esta obra é verdadeiramente única por várias razões: em primeiro lugar, devido à dedicação e ao amor incondicional do autor, coautores e colaboradores que a tornaram possível. Além disso, destaca-se por ser o último projeto em que Roberto Antonio Marin esteve envolvido em vida.

Como prefeito de Medianeira, sinto-me profundamente honrado por estar à frente desta comunidade, ao lado do vice-prefeito Evandro Mees, do secretariado e de todos os membros dedicados da nossa equipe. Este é um momento de grande importância, marcado pela valorização e resgate da história, fruto de muito esforço, conquistas e do significativo desenvolvimento deste município tão querido.

Recomendo a leitura e expresso minha gratidão a Deus e a todos os que contribuíram para a realização desta obra.

Antonio França Benjamim
Prefeito de Medianeira
Gestão 2021/2024
2025/2028

JÁ FOMOS TERRITÓRIO DA COROA ESPANHOLA

Área que daria origem a Medianeira integrava a região do Guayrá, subordinada à administração colonial espanhola de Assunção

Em 1494, dois anos depois de o navegador genovês Cristóvão Colombo ter chegado à América, Portugal e Espanha firmaram o Tratado de Tordesilhas, que estabelecia o meridiano de 370 léguas a oeste de Cabo Verde como linha divisória de suas possessões no chamado Novo Mundo. Embora não se dessem conta disso na época, para os portugueses foi um péssimo negócio. A linha imaginária que se estendia de Belém do Pará até Laguna, em Santa Catarina, colocava nada menos que dois terços do atual território brasileiro sob domínio espanhol. Incluindo praticamente todo o atual estado do Paraná e, consequentemente, os sertões inóspitos onde quatro séculos e meio depois surgiria Medianeira.

A partir de Assunção, fundada em 1537 por Juan de Salazar y Espinosa e convertida em capital da Vice-Província do Prata, os espanhóis decidiram colonizar a região que denominavam Guayrá e garantir a posse do território para a Coroa da Espanha. Em 1554, à frente de quase um centena de soldados e civis, o capitão García Rodríguez de Vergara instalou a vila de Ontiveros na margem esquerda do rio Paraná, presumivelmente perto da foz do Ivaí. Entretanto, esse núcleo não prosperou.

Assim, em 1556/1557 Ontiveros foi abandonada pelos moradores, e o capitão espanhol Ruy Díaz Melgarejo fundou Ciudad Real del Guayrá na confluência dos rios Piquiri e Paraná, em território do atual município de Terra Roxa. Alguns anos depois, em 1570, Melgarejo lançava as bases de outro núcleo castelhano, Villa Rica del Espíritu Santo. Esse “pueblo”, situado inicialmente em área do atual município de Nova Cantu, foi trasladado mais tarde para a região de Fênix.

A existência de grande número de indígenas no Guayrá açulou a cobiça da elite colonial de Assunção, que resolveu submetê-los pela força e utilizá-los como mão de obra escrava na agricultura e na extração de erva-mate.

Foram várias as campanhas de milícias espanholas contra a população nativa que resultaram em confrontos sangrentos, a tal ponto que o rei Felipe II, da

Espanha, resolveu rever a política de relacionamento dos colonizadores brancos com os indígenas. Em 1573, proibiu que os nativos fossem submetidos à escravidão e autorizou a Companhia de Jesus - a ordem fundada por Inácio de Loyola em 1534 - a reunir os indígenas em missões para serem catequisados.

Surgiram assim as reduções jesuíticas do Guayrá, que também interessavam à Coroa espanhola por razões geopolíticas: objetivavam neutralizar as investidas de bandeirantes paulistas que ultrapassavam a linha divisória de Tordesilhas e enveredavam cada vez mais em território que a Espanha considerava ser seu. Vinham para capturar indígenas, que vendiam como escravos para fazendeiros portugueses.

De 1610 a 1630, os padres da Companhia de Jesus instalaram pelo menos 13 (talvez 15) reduções em território paranaense, reunindo cerca de 100 mil pessoas, majoritariamente da etnia guarani. Uma delas, a redução de Santa Maria del Iguazu (ou Santa Maria la Mayor), foi fundada em 1626 em área do atual Parque Nacional do Iguaçu, a 60 quilômetros de distância em linha reta do local onde muito tempo depois surgiria Medianeira.

Os alicerces da presença espanhola no Paraná começaram a ruir a partir de setembro de 1628, quando um exército de 900 portugueses e 2.200 indígenas transpôs o Tibagi sob o comando de Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares para atacar e aniquilar a obra dos jesuítas no Guayrá, e capturar a população nativa. Em cinco anos, até 1633, 11 reduções foram destruídas e duas abandonadas por seus habitantes.

Também os núcleos urbanos não sobreviveram à investida dos bandeirantes. Villa Rica foi esvaziada em outubro de 1632. Pouco depois, os moradores de Ciudad Real tomavam o caminho de volta a Assunção. Encerrava-se aí a odisseia dos espanhóis no Guayrá.

MIGUEL MATTE E A IMENSA “GLEBA IGUASSÚ”

Sobre uma área 29,4 mil hectares, que era apenas parte de um latifúndio concedido a um colonizador gaúcho, surgiu Medianeira

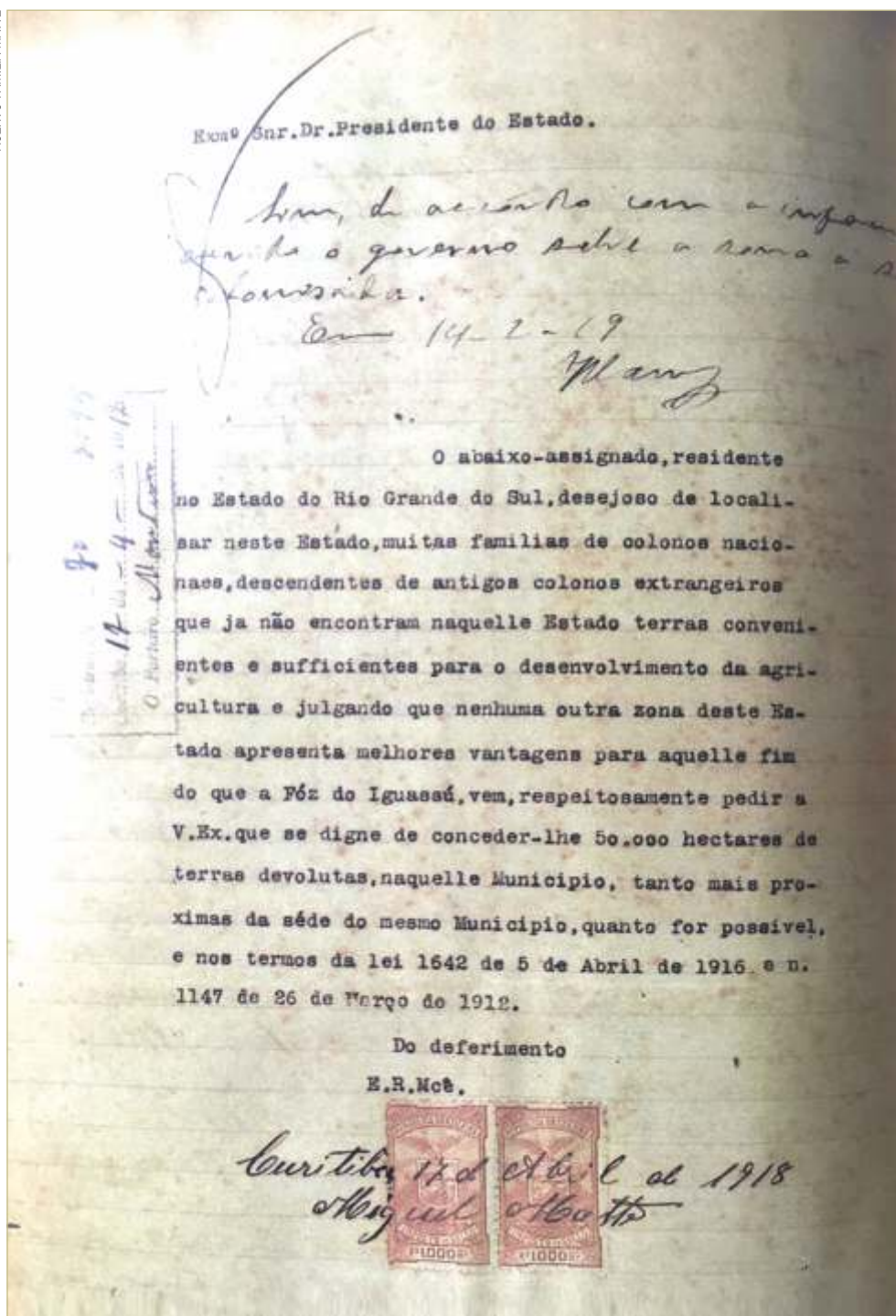
ACERVO FAMÍLIA MATTE

Quando o neobandeirante sulista Alfredo Paschoal Ruaro, diretor-proprietário da colonizadora Pinho & Terras, organizou uma “excursão de trabalho” ao Oeste do Paraná, em 1949, todos os integrantes da comitiva formada por gaúchos da região de Caxias do Sul sabiam que o propósito era um só: adquirir e demarcar, para fins de colonização, áreas que haviam sido outorgadas inicialmente pelo governo do Estado ao empreendedor Miguel Matte. A concessão foi anulada pelo interventor federal Manoel Ribas através dos Decretos 7.960 e 7.961, de 4 de janeiro de 1939, devendo as terras ser revertidas ao patrimônio estadual.

Assim, alguns anos depois, 29.400 hectares (ou 12.148 alqueires) passaram para o controle da Sociedade Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., que colonizou Medianeira. O Título de Domínio Pleno de Terras, expedido pelo governo do Paraná como transmitente em 10 de novembro de 1950, levava a assinatura do governador Moysés Lupion. A empresa demarcou terrenos com 1.000 metros quadrados no local que daria origem à cidade e dividiu o restante da imensa gleba em lotes rurais de 24 hectares, ou uma colônia. Ficou estabelecido o dia 24 de outubro de 1951 como a data de fundação do núcleo colonial.



VISIONÁRIO. Miguel Matte foi um grande latifundiário no Extremo-Oeste do Paraná. As terras que dariam origem ao município de Medianeira pertenciam originalmente, por concessão, ao empresário gaúcho.



REQUERIMENTO. Em abril de 1918, Miguel Matte encaminhou petição ao governo do Paraná solicitando a concessão de uma área de 50 mil hectares na região de Foz do Iguaçu. Pretendia trazer famílias de agricultores do Rio Grande do Sul para a colonização da gleba. O Estado era governado na época por Affonso Alves de Camargo.

UM NOTÁVEL EMPREENDEDOR

Há de se perguntar: quem foi Miguel Matte? Neto e bisneto de imigrantes alemães vindos de Idar-Oberstein para São Leopoldo (RS) em 1829, Miguel nasceu a 29 de setembro de 1875 em Estrela (RS). Era filho de Leonardo Matte, pioneiro da antiga Fazenda São Bento, atual bairro Colinas, em Lajeado (RS), e de Catharina Gallas. Negociar terras estava no DNA da família. Wilhelm Matte, avô paterno de Miguel, é citado na segunda metade do século XIX como pioneiro e “capitalista” (empresário) do setor imobiliário em Estrela.

Uma busca na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional revela dezenas de referências a Miguel Matte em jornais como “A República”, “O Dia” e “A Federação”, entre outros, no período de 1908 até 1947. Também é citado em trabalhos de pós-graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado e em livros de história regional. O que se encontra é o nome de um personagem dedicado ao ramo imobiliário na região Sul do Brasil ao longo de pelo menos quatro décadas. No Oeste paranaense, sua imensa concessão denominada “Gleba Iguassú” abarcava uma área que daria origem aos municípios de Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguçu e Santa Terezinha de Itaipu, e ainda uma parcela de Foz do Iguçu.

A primeira referência a Matte data de 1908, quando intentou, mas não concluiu, a aquisição de uma gleba no município gaúcho de Passo Fundo. Em 1914, comprou a Fazenda São João, no município de Carazinho (RS), para fins de colonização. Em Santa Catarina, em 1916, tornou-se dono de parte da Fazenda Santa Maria, localizada em Porto União. Nessa época já era o maior proprietário de terras em Encantado (RS); relatório posterior, datado de 1923, aponta que suas áreas naquele município totalizavam 2.300 hectares.

Em 1918, o empresário chegou a Foz do Iguçu e requereu junto ao governo do Estado a concessão de 50.000 hectares de terras devolutas para nelas assentar agricultores que no Rio Grande do Sul “já não encontram terras convenientes e suficientes para o desenvolvimento da agricultura”. O governo autorizou a medição de uma área com 36.250 hectares na região da fronteira.

Matte queria mais. Segundo o jornal curitibano “O Dia” (edição de 9 de março de 1947), o empreendedor gaúcho, secundado pelo filho João Emílio Matte, chegou ter sob seu controle, a título de concessão ou não, nada menos que 87.870 hectares de terras.

O número parece superdimensionado, mas, de qualquer forma, o patrimônio foi ameaçado no final dos anos 1930, quando o interventor federal do Paraná, Manoel Ribas (conhecido também como “Maneco Facão”), deflagrou uma campanha contra concessões que não teriam cumprido seus compromissos de povoamento (esse seria o caso de Matte), declarando-as caducas, e contra grileiros que haviam

finitivo de 12.700 alqueires, devendo ficar brevemente legitimado o restante.

Rumo, pois, às terras da Foz do Iguassú!

Para compras e informações, dirijam-se ao proprietário :

Miguel Matte — Curityba.

Rua José Loureiro, 47 - ou ao representante em Ponta Grossa:

A. B. dos Santos Ribas
Caixa postal, 187.

PROPAGANDA. Detalhe de informação publicitária datada provavelmente dos anos 1930. Miguel Matte incentivava a migração para a região de Foz do Iguaçu.

invadido e se apossado ilegalmente de terras públicas em mais de 20 localidades paranaenses. Na “Guerra ao Grilo”, segundo “O Dia”, Ribas reivindicou para o Estado uma área total de quase 60 mil quilômetros quadrados, “maior que Alagoas e maior que a Holanda”.

Miguel Matte, que pelo menos desde 1933 tinha endereço fixo em Curitiba (Rua José Loureiro), tentou por meios judiciais e ligações políticas se contrapor à ofensiva de Ribas. Foi buscar socorro inclusive junto ao governo federal. Viajou ao Rio de Janeiro em 1942 para uma audiência com o ditador Getúlio Vargas. Aparentemente, sem muito sucesso. Segundo a neta Marilda Matte Grandella e o bisneto Alípio Nunes, em seu próprio nome o empresário conseguiu registrar apenas “três fazendas, com 1.500 alqueires cada uma”.

LEMBRANÇAS DO AVÔ DESBRAVADOR

“Meu avô, Miguel Matte, foi um visionário, queria o progresso e o desenvolvimento da região de Foz do Iguaçu. Fisicamente era um homem alto, usava bigodes, tinha personalidade forte e era muito comunicativo. Em 1918, vendeu uma fábrica de cervejas que tinha como sócio um irmão, na cidade de Estrela, e com esse dinheiro comprou terras no Oeste do Paraná, com o direito de colonizar e exportar madeira para a Argentina”, escreveu Marilda Matte Grandella em e-mail datado de março de 2020.

Era uma personalidade à frente do seu tempo, que já nos anos 1930 recomendava o cultivo de uma planta praticamente desconhecida no Brasil - a soja.



HOMENAGEM. A primeira instituição de ensino de Medianeira levou o nome de Escola Municipal Miguel Matte. A imagem é dos anos 1950. À direita, o jornal “O Dia” (9 de março de 1947) estampa reportagem sobre a “Guerra ao Grilo” desenvolvida pelo interventor Ribas.

“Vocês devem plantar a leguminosa e irão colher daqui a alguns anos grãos que valem ouro”, costumava dizer em encontros com familiares, amigos e autoridades. Além do desenvolvimento da agricultura, os núcleos de colonização deveriam contar desde o início - na visão de Matte - com pequenas casas comerciais e escolas, “o básico para uma família viver razoavelmente bem naqueles sertões”.

Não por acaso, o primeiro estabelecimento de ensino de Medianeira levou o nome de Escola Municipal Miguel Matte, tendo como primeira professora Elza Lorenzoni Biesdorf (1933-2007).

Em Foz do Iguaçu, o latifundiário empenhou-se no cascalhamento da estrada das Cataratas, solucionando assim o problema representado pelos atoleiros. Existem registros fotográficos de Miguel Matte postado junto ao Marco das Três Fronteiras.

ÁGUA POTÁVEL NA PRAIA

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto e com ele caiu também o interventor Manoel Ribas; este faleceu em Curitiba, em janeiro do ano seguinte. Isso em nada favoreceu o empresário no litígio com o governo estadual. “Meu avô - registrou a neta Marilda Matte Grandella - desistiu de reaver as terras na região de Foz do Iguaçu devido aos altos custos dos processos judiciais, das multas que teve de pagar a empresas argentinas pelo não fornecimento de madeira que havia sido contratada, e pelo sumiço de muitos documentos, perpetrado por negociantes, até então de sua confiança, que tinham interesse na sua falência

com o propósito de abocanhar a colonização.”

Em 1948, Matte conheceu as encantadoras praias de Balneário Camboriú (SC). “Gostou, ficou e comprou o Hotel Balneário (...), encontrado em estado lastimável (...), com vidros e janelas quebrados e seu interior frequentado por porcos e galinhas”, escreveu o historiador Nildo Teixeira no livro “Balneário Camboriú - Formação social, econômica e política”.

O empresário reformou o hotel, mas faltava água potável. Saiu à procura de água boa e, manuseando uma forquilha de madeira (graveto em formato de Y), encontrou um manancial subterrâneo que atendia as necessidades do hotel e de quem mais quisesse. Graças a Miguel Matte foi criada a primeira estação de captação e rede de distribuição d´água do renomado balneário.

MATELÂNDIA, TERRA DE MIGUEL MATTE

Homenageado com nomeação de ruas em Foz do Iguaçu e Balneário Camboriú, Miguel Matte também empresta seu sobrenome ao município de Matelândia. Muitos traduzem Matelândia como “Terra do Mate”. Ao pé da letra é correto, pois “mate” refere-se à erva-mate (*ilex paraguariensis*) e “land” origina-se do inglês, significando terra. Acontece que Matelândia nunca teve áreas com erva-mate - nem nativas, nem cultivadas.

Sabe-se, através das primeiras professoras primárias - e assim o ensinavam -, que Miguel Matte visitava a localidade em 1952, quando um grupo de pioneiros solicitou-lhe “alguns favores”. Negociante que era, o empreendedor atendeu as reivindicações, mas pediu em troca que a vila deixasse de ser chamada de “Fazenda Iluminada” e passasse a ser Matelândia. E assim ficou.

Miguel Matte faleceu em 1959, em Balneário Camboriú. Tinha 84 anos de idade. Era viúvo de Maria Emília Raupp, gaúcha de Estrela nascida em 1880 e falecida em 1952 na cidade litorânea catarinense. O casal teve oito filhos: Walde-mar Leonardo, João Oswaldo, João Emílio, Armino Roberto, Armando Miguel, Olivia (casada com Werner), Olga Lily (casada com Krewinkel) e Maria Hilda (casada com Ramos).

COLONIZAÇÃO É TEMA DE REPORTAGEM EM 1942

Miguel Matte fala sobre seus empreendimentos no Sul do Brasil, lamenta o êxodo rural para a Argentina e elogia Getúlio Vargas

Em 14 de agosto de 1942, o jornal “A Manhã”, editado no Rio de Janeiro (RJ), estampou uma ampla entrevista com Miguel Matte sob o título “Os problemas da colonização para iniciativa particular”. Na transcrição do texto foram feitos pequenos ajustes ortográficos e suprimidas algumas frases por serem ilegíveis, sem comprometer a ideia principal do conteúdo:

Ao lado do grande empreendimento que é a criação de núcleos agroindustriais em várias regiões do país, até ontem inapropriadas - empreendimento esse de que ainda agora se dá o exemplo, no Vale do São Francisco -. é interessante ver que a colonização por conta individual apresenta, também, resultados animadores. O próprio regime estimulou esse espírito pioneiro quando colocou como base da grandeza nacional a iniciativa particular subordinada aos direitos do bem público. Em S. Paulo e em outros estados o desbravamento da terra renova esse belo ímpeto para o “hinterland”. Ainda agora, um desses espíritos empreendedores - o sr. Miguel Matte - de passagem por essa capital, contará à reportagem o que tem sido a sua atividade em assuntos de colonização.

Grandes núcleos coloniais

Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná viram, assim, florescer e prosperar vários núcleos agrícolas fundados por iniciativa particular e que tomaram nomes diversos: Selbach, Tamandaré, Tesoura, Perdizes, São Bento, Três Barras, Vitória e Foz do Iguassú.

Nesse trepidante trabalho o sr. Matte nunca deixou de lembrar que estava realizando uma obra eminentemente nacional de contribuição à prosperidade coletiva, tornando úteis centenas de alqueires de terras, dando trabalho a milhares de trabalhadores rurais, fazendo movimentar a riqueza estrutural oriunda do esforço de todos sob sua imediata direção e orientação.

* “A Manhã” foi um matutino lançado em 9 de agosto de 1941, no Rio de Janeiro (RJ), sob a direção de Cassiano Ricardo. Era subordinado à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, órgão do Estado Novo instaurado em 1937. O jornal circulou até meados de 1953.

Fala o desbravador

A nossa reportagem foi encontrar Miguel Matte hospedado no Hotel Glória, e ele estabeleceu dois dedos de prosa (...), tudo narrado com linguagem simples e, por isso mesmo, eloquente.

- Para localizar colonos na nossa fronteira é preciso não esquecer, antes de tudo, os elevados interesses da defesa nacional, que faz prever o trabalho rigorosamente seletivo quanto a raça, índole e costumes. Principalmente na Foz do Iguassú. Existem ali três núcleos. Seria ideal que o primeiro tivesse sede central em Barracão, pois todo colono que vier do Rio Grande terá que passar pelo caminho mais perto, no município de Palmeira, junto a Porto Feliz. Depois irá para o terceiro núcleo no município de Guarapuava, que dista mais ou menos 180 quilômetros da fronteira. Com a fundação deste último núcleo, teremos satisfeito aos filhos de colonos, todos reservistas, que desejam muito justamente ficar perto dos seus.

- Mas esses são seus planos agora. E no passado?

- No Rio Grande do Sul e mesmo na zona litoral de Santa Catarina - continua Miguel Matte, como a mergulhar os olhos pequenos e vivos no passado - existem colônias velhas, com terras cansadas, e numerosas são as famílias que procuram localizar-se em colônias novas, e, à falta dessas, emigraram para a Argentina e o Paraguai. Não acha o senhor que é uma pena?, pergunta Miguel Matte ao jornalista.

- Realmente, concordamos nós. Mas não há outras colônias?

- Não nas imediações, e esse êxodo é doloroso para nós brasileiros que, tendo tudo nas mãos, vemos gente nossa, da nossa raça e do nosso sangue, radicalizar-se em terra estrangeira. Entretanto, o governo já tomou providências para solucionar o problema.

- E os seus planos a respeito? - inquirimos.

- Eu tenho grande extensão de terras junto a Foz do Iguassú, mas em virtude de um decreto do governo, aliás um sábio e justo decreto, inspirado nos interesses da defesa do país, essas terras foram enquadradas entre as que, situadas numa faixa de 30 quilômetros da fronteira, não podem ser colonizadas por particulares. Só mesmo uma encampação resolveria o assunto e é isso que eu pretendo. Com o saldo que se verificar dessa encampação, colonizarei o terceiro núcleo, Guarapuava, e outros dois, já denominados Foz do Iguassú e Barracão. Fico com meus filhos à disposição do governo para ajudar com a minha prática e a minha boa vontade.

Regime cooperativista

Entendemos que seria curioso conhecer o sistema, a técnica empregada por Miguel Matte na formação dos núcleos colonizáveis. E nosso entrevistado esclarece:

- Depois de localizado um certo número de colonos, organiza-se uma cooperativa de venda e compra de todos os gêneros de primeira necessidade. Em muitos núcleos essas cooperativas acabaram se transformando em bancos, tal o movimento que apresentam e movimentam. Daí as cidades que, a princípio incidentes e rudimentares na sua formação e na sua vida, acabam ganhando corpo e vulto.

- E a produção?

- A produção da colônia é regulada em moldes bem disciplinados. Dou ao lavrador como que tenha um esquema de trabalho, sobre plantação, despesas, mercado de consumo, preços de venda, criação de gado, bem como cultura de oleaginosas, como a mamona, fabricação de óleo de rícino, de amendoim, de soja, girassol, gergelim, árvores frutíferas etc. Aliás, na região sul, planta-se de preferência o fumo, o centeio e o linho, que tem grande aceitação na Argentina. Os produtos são vendidos pelas cooperativas, a fim de colherem-se maiores lucros. Com a parte que lhe cabe, o colono realiza seus depósitos no banco ou compra novas terras.

Colonos brasileiros na Argentina

Em 1920 - prossegue o sr. Matte - quando fui a primeira vez ao sul do continente, via Posadas, encontrei poucas famílias brasileiras em território daquela República, em Misiones. Tudo era mata virgem. Hoje, essas terras estão colonizadas e cerca de 50 mil brasileiros ali estão. Em 1925, quando levei minha família para Foz do Iguassú, ofereceram-me, ali, várias vantagens e propostas vantajosas para dirigir a colonização em Misiones...

- E o senhor não as aceitou? - pergunta o repórter...

- De forma nenhuma aceitaria sair de minha pátria e abandonar minha gente - respondeu pronta e entusiasticamente. Aliás, eu tenho empatados na Foz do Iguassú mais de dois mil contos, meus e de minha família.

- Uma grande cooperativa - dissemos.

- Uma grande cooperativa móvel, que me acompanha, que me segue, que está comigo nos momentos ideais de brasilidade.

- E esses colonos brasileiros que estão na Argentina?

- O grande sonho deles é voltar. Aliás, eu tenho ideia de formar um grande núcleo colonial no Rio Grande do Sul, próximo ao limite estabelecido. Há lá moços reservistas, que construíram ou desejam constituir família, cuidar de suas terras, radicar-se...

Há no olhar agudo e profundo do gaúcho destemeroso e idealista uma porção de cousas que ele não diz, mas que o jornalista adivinha. O senso alto e puro de brasilidade e nacionalismo, uma compreensão cabocla da “Marcha para o Oeste”

no grito lançado pelo presidente Getúlio Vargas. Falou-se no presidente e o sr. Miguel Matte entusiasmou-se:

- *É o maior brasileiro dos que eu já conheci. Falei com ele. Gostou dos meus planos, e olhe que prestou muita atenção a eles.*

Planos para o futuro

- Que pretende fazer agora?

- *Resolvidos os negócios que me trazem ao Rio, vou para o sul continuar. Abrir núcleos e orientar plantações. Nesses de lá não se deve plantar cereais senão em escala pequena, para abastecimento das colônias e nunca exportação, e isto porque o transporte é difícil e caro. O ideal será a plantação de milho, girassol, gergelim, soja e feijão. A mamona também dá excelentemente na zona baixa. As terras ali são muito melhores que as da Argentina. Incomparavelmente. O feijão soja dá 200 sacas por alqueire e dele se extraem 20% de óleo. O bagaço é empregado na engorda de porcos, outros animais e aves. Tudo isso exigirá a presença de engenheiros agrônomos, para que se torne um trabalho nacional. São as indústrias que virão surgindo com o tempo, as cidades com elas.*

Estávamos a concluir. A palestra desse homem de mãos calejadas e espírito ágil e lúcido encanta, porque ele fala com entusiasmo nas cousas do Brasil. O sr. Miguel Matte se refere com carinho e gratidão ao major Torres Homem, da Comissão de Fronteiras; ao dr. José de Oliveira Mattos, diretor da Divisão de Terras e Colonização; e ao dr. Francisco Fernando Leite, que tão bem têm compreendido os seus ideais e têm amparado na medida do possível.

ALFREDO RUARO, COLONIZADOR E EMPREENDEDOR INDUSTRIAL

Diretor da Pinho & Terras ajudou a fundar sete cidades e instalou seis unidades industriais no Oeste do Paraná

Alfredo Paschoal Ruaro nasceu em 1913 em São Marcos, então distrito de Caxias do Sul (RS). Os pais Rafael e Ambrosina Ruaro eram imigrantes italianos. Em 1935, aos 22 anos, casou-se com Ignez Zaniol (falecida em 2009). Da união nasceram os filhos Luiz Carlos, José Paulo, Maria Terezinha, Cláudio Roberto, Ana Maria e Ivete Maria.

Da pequena São Carlos, o jovem Ruaro migrou para Farroupilha (RS), onde

ROBERTO MARIN



EMPREENDEDOR. Ruaro em 2013, em Balneário Camboriú (SC). O empresário teve participação decisiva na formação dos municípios de Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, além de Toledo e Palotina.

estruturou um estabelecimento comercial, Alfredo Ruaro e Cia. Na bodega que comprava e vendia produtos da colônia, o comerciante fez uma legião de amigos, dos quais alguns, anos depois, seriam colonizadores no Oeste do Paraná. Para abastecer a loja, Ruaro contava com as mercadorias e os empréstimos do mascate Willy Barth, que conhecia a região serrana “como a palma da mão”.

A segunda mudança de Ruaro foi para São Miguel do Oeste (SC), onde entrou em contato com o corretor de terras Alberto Dalcanale. Em 1946, com seu irmão Zulmiro, Ruaro chegou a Toledo na condição de sócio fundador da empresa Maripá - Industrial Madeireira Rio Paraná S/A, que se dispunha a colonizar 113 mil alqueires da antiga Fazenda Britânia. A Maripá reunia 50 cotistas; entre os majoritários figuravam Alfredo Ruaro (o principal), Curt Bercht, Alberto Dalcanale, Egon Bercht e Willy Barth.

Na migração para o Oeste do Paraná, segundo o historiador Marcelo Grondin, os primeiros povoadores de Toledo levaram nada menos que 30 dias para percorrer 700 quilômetros entre Farroupilha (RS) e Cascavel, e mais nove dias até chegarem no chamado pouso de Toledo.

Na árdua tarefa de abrir a mata, os trabalhadores sulistas contratados para a empreitada eram atacados por mosquitos borrachudos e carrapatos. Muitos, não suportando, se “boleavam de volta, às vezes a pé, até Farroupilha”, relatou Ruaro. A Maripá teve de contratar trabalhadores paraguaios, mas afeitos a esse tipo de serviço e às agruras da floresta subtropical.

Para Ruaro, o sucesso da colonização de Toledo e de outros núcleos, posteriormente, deveu-se em parte à infraestrutura montada para a convivência comunitária. Quatro coisas eram fundamentais: a igreja, a escola, o hospital e a indústria.

2,1 MIL ALQUEIRES NO OESTE

Depois de se desligar da Maripá, no ano de 1950, Alfredo Paschoal Ruaro partiu para um novo empreendimento: a colonização da região situada entre Cascavel e Foz do Iguaçu. Os irmãos Alberto e Luiz Dalcanale Filho, de Curitiba, sempre atentos a possíveis negócios fundiários, descobriram que a concessão de terras do latifundiário Miguel Matte estava quase no abandono.

Foi assim que a empresa Pinho & Terras, fundada por Ruaro e pelos Dalcanale, tornou-se proprietária de uma área que tinha “extensão de 2.175 alqueires constituídos pelo restante da compra da ex-gleba da família Matte”, registra o historiador Marcelo Grondin.

Colonizar essa imensa gleba sozinho não dava. Ruaro buscou, então, parceiros no Rio Grande do Sul para a empreitada. Cada convidado deveria fundar



HOMEM DE FÉ. Aos 100 anos de idade, Alfredo Paschoal Ruaro era frequentador assíduo da missa das 17 horas na igreja da Paróquia Santa Inês, em Balneário Camboriú.

ROBERTO MARIN



TRAJETÓRIA. Dois momentos na vida de Ruaro: ao chegar à região Oeste do Paraná, em 1946, e 67 anos depois, em 2013, autografando o livro “Alfredo Paschoal Ruaro. O fundador de cidades”, de Marcelo Grondin.

sua própria colonizadora e se encarregar do povoamento de determinada parcela. Assim surgiram: Colonizadora Matelândia Ltda. (Benjamin Biazus e Santo Zanchet); Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda. (Pedro Soccol e José Callegari); Colonizadora Gaúcha Ltda., em São Miguel do Iguaçu (Arlindo Cavalca e Benevenuto Verona); Colonizadora Criciúma Ltda., em Santa Terezinha de Itaipu (Flávio Dalbó); e Pinho & Terras Ltda., em Céu Azul (Alfredo Paschoal Ruaro, Emílio Gomez e Reinaldo Biazus).

A Pinho & Terras, com procuração da Braviaco, também atuou na região do Piquiri, na colonização de Palotina (Francisco Zardo).

Consolidada a colonização, Ruaro partiu para a industrialização através das Organizações Frimesa. Ao todo foram seis empreendimentos de grande porte (para os padrões regionais), que entraram em operação a partir de 1965, com destaque para o Frigorífico Medianeira (Frimesa) e a indústria de óleos vegetais Oleolar, em Céu Azul. Má administração e crises econômicas da época levaram as empresas do Grupo Ruaro à falência, a partir de 1977. A Justiça decretou a prisão de Alfredo Ruaro, que chegou a ficar um mês detido, e as massas falidas foram compradas em parte por cooperativas das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.

A Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal), com sede em Medianeira, depois Lar Cooperativa, adquiriu as massas falidas da Oleolar (que transformava soja em óleo bruto e farelo) e da Frimesa. Esta, com sede e frigorífico em Medianeira, passou a ser Sudcoop (Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste), razão social que existiu até 2006. Nesse ano, em assembleia geral extraordinária, os associados da Sudcoop decidiram retomar a antiga denominação – Frimesa –, consolidando-a como marca de produtos industrializados à base de leite e carne suína.

CATÓLICO FERVOROSO

A rede Nossa Missão - Livrarias Católicas foi, nos anos 1980, o último empreendimento de Alfredo Ruaro. Ao todo eram sete lojas que vendiam artigos religiosos em Cascavel, Céu Azul, Foz do Iguaçu, Maringá, Curitiba, Caxias do Sul e Balneário Camboriú.

Balneário Camboriú foi a derradeira parada do “formador de cidades”. No final de sua trajetória, levava uma vida simples, que se resumia a caminhadas pela praia, prosas com os donos de quiosques à beira-mar e a participação na missa das 17h. Depois, gostava de jogar uma partida de bocha. Assistia a Rede Vida e rezava o terço. Sem nenhum tipo de cuidado especial com a alimentação, sem ter que usar bengala, Alfredo Paschoal Ruaro permaneceu forte e muito lúcido até o fim de sua vida. Faleceu no dia 3 de outubro de 2015, em Balneário Camboriú, aos 102 anos.

PEDRO SOCCOL, O FUNDADOR DE MEDIANEIRA

Colonizador chegou em 1950 e passou o restante de sua vida na cidade que ajudou a criar. Faleceu num leito do SUS, em 1998

ARQUIVO JORNAL MENSAGEIRO / REVISTA MOSAICOS

Pedro Soccol nasceu em 1925 no distrito de Serafina Corrêa, município de Guaporé (RS). Rebento de famílias tradicionais (Soccol e Brandalise), proprietárias do Frigorífico Ideal, o jovem estudou no Colégio Rosário, em Porto Alegre. Foi um aluno brilhante, destacando-se nas disciplinas de contabilidade industrial e agrícola, contabilidade bancária e prática do processo civil e comercial. Sua média final na conclusão do Curso de Contador foi 80.



COLONIZADOR. Pedro Soccol em seu escritório na década de 1960. Um homem educado e inteligente.

Em 1950, aos 25 anos de idade, Soccol chegou ao núcleo colonial que daria origem a Medianeira como um dos diretores da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., proprietária de uma área de 29.000 hectares (ou 12 mil alqueires). O outro diretor era José Callegari (1905-1989), que participou dos trabalhos de colonização no período de 1949 a 1954, quando retornou à sua terra natal, Bento Gonçalves.

Pedro Soccol era um tipo franzino, fumante compulsivo, mas andava sempre bem penteado e barbeado. Educado, de fino trato e inteligente, entendia de economia, planejamento urbano, sociologia, história e geografia, e tinha uma letra maravilhosa, em um português de primeira linha. Não era de ofender ninguém. Só falava o necessário.

Nunca se casou. "Era um solitário", comentou o ex-prefeito de Medianeira,



PLANEJAMENTO. A praça central de Medianeira, que levaria o nome de Ângelo Darolt, em 1972. Soccol projetou o sistema viário de modo a fazê-lo convergir para este local.

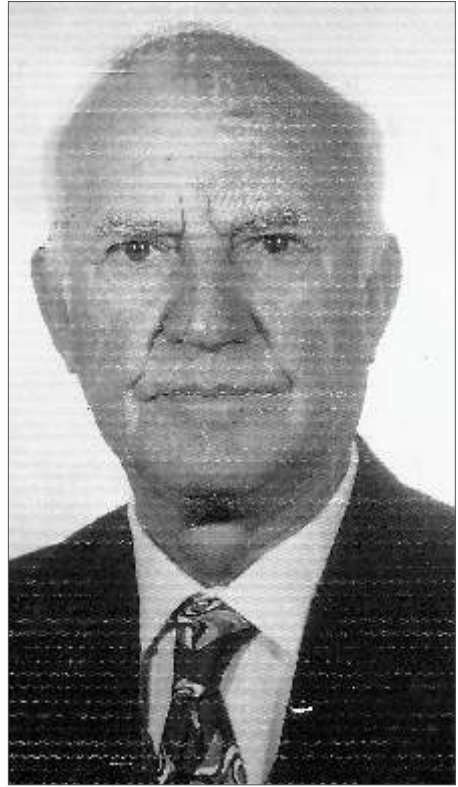
Elias Carrer. O solteirão Pedro residia em uma casa localizada no centro da cidade com seu irmão Rui. Tinha uma perna atrofiada, mais curta, "devido a uma fratura no fêmur motivada por uma queda de cavalo aos 17 ou 18 anos", revelou seu amigo pessoal, o médico José Silvestre Della Pasqua. Gostava de um carteadado com os amigos e de tentar a sorte nas roletas de um cassino no Paraguai.

O colonizador planejou a cidade de Medianeira na forma de um "X", nos moldes de Erechim (RS). Ou seja: "São duas diagonais - as avenidas Pedro Soccol e José Callegari - que convergem para a praça central Ângelo Darolt. Assim, uma pessoa, esteja onde estiver, ao pegar as avenidas chegará à praça central", explica o engenheiro civil Júlio Zanella.

Pedro Soccol passou a identificar as ruas com a denominação de estados brasileiros (Pará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), de países (Paraguai, Argentina) e de cidades gaúchas, como Lagoa Vermelha e Soledade.

Doou uma área de dois hectares para a construção da Igreja Matriz e do chamado "Colégio das Irmãs", o Educandário Nossa Senhora Medianeira, a primeira escola do município a oferecer ensino primário completo. Também destinou uma área para o Clube União, planejou um núcleo urbano no Espigão do Norte, que ficou no esquecimento devido ao traçado da BR-277, e emprestou máquinas da colonizadora para serviços de melhoria na Estrada do Colono.

ROBERTO MARIN



SÓCIOS. Pedro Soccol e José Callegari, diretores da Industrial e Agrícola Bento Gonçalves.

ROBERTO MARIN



SOLITÁRIOS. Antiga residência dos irmãos Soccol, Pedro e Rui, no centro de Medianeira. Durante muito anos, perto de tudo, mas distantes dos eventos sociais.

Em 1959, Soccol foi candidato a prefeito do município de Foz do Iguaçu, em cujo território se localizava o empreendimento desenvolvido pela Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., obtendo 926 votos. O pleito teve como vencedor Emílio Enrique Gomez, que obteve 1.550 sufrágios. No ano seguinte, o colonizador engajou-se no movimento pela emancipação de Medianeira. Trouxe ainda o primeiro médico para a cidade, Alcebíades Barbosa da Silva, e o primeiro cartório, o de Nadir Della Pasqua, que por sua sugestão levou o nome de Ridan (Nadir ao contrário). Também por sua recomendação foi criada a Escola Comercial (posteriormente Colégio Delfos).

A industrialização de Medianeira sempre esteve na agenda de Pedro Soccol. Desde os anos 1950 alimentava o sonho de ver o núcleo colonial consolidar-se como pólo econômico microrregional, processo que teve sua primeira e decisiva etapa em 1965, com a inauguração do Frigorífico Medianeira S.A.

Dos primeiros diretores da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves, Soccol foi um dos poucos que passou quase toda uma vida em Medianeira. Nos últimos anos, possivelmente empobrecido, levava uma existência discreta. Faleceu no dia 15 de agosto de 1998, em um leito do SUS, no Hospital Maternidade Nossa Senhora da Luz. Seu corpo foi velado por duas horas na Câmara de Vereadores, acompanhado por 12 pessoas. Depois, foi transladado para Serafina Corrêa (RS), sendo sepultado no mausoléu da família.

Rui Soccol, irmão de Pedro, faleceu no dia 30 de agosto de 2011. A casa que os irmãos compartilhavam, no centro de Medianeira, ficou abandonada durante alguns anos.

INTENSA PROPAGANDA NAS COLÔNIAS DA REGIÃO SUL

Divulgar Medianeira nas áreas de colonização italiana e alemã do Sul foi a estratégia de Soccol e Callegari para atrair agricultores

Anúncios em jornais e emissoras de rádio, panfletagem e propaganda oral feita pelos agentes de vendas da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., e registros jornalísticos ajudaram a espalhar a boa notícia de que um lugar com terra muito fértil estava se desenvolvendo rapidamente no Oeste do Paraná. Importantes foram duas reportagens publicadas ainda em 1954 pelo “Correio do Povo”, tradicional diário gaúcho editado em Porto Alegre (RS), e pelo semanário “Correio Riograndense”, de Caxias do Sul (RS), que circulava até nas mais afastadas comunidades católicas do sul do Brasil.

ARQUIVO JORNAL MENSAGEIRO / REVISTA MOSAICOS



FIRMA. Escritório da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., em 1950, no centro de Medianeira. De 1950 até 1970, todas as ações políticas, econômicas, de investimentos e obras de infraestrutura passavam necessariamente pelo aval da “Firma”, como era chamada a colonizadora.

A qualidade do solo - próprio “para todas as culturas”, mas principalmente para café, algodão, fumo, cana-de-açúcar, arroz e trigo; a floresta com suas madeiras de lei e grandes palmitais; a localização geográfica; a facilidade de acesso por estradas federal e estadual, além de voos das companhias Real, Varig e Cruzeiro do Sul que tinham Cascavel ou Foz do Iguaçu como destino; a seriedade do projeto de colonização (“Medianeira não é uma aventura em busca de dinheiro, mas obedece a um plano previamente traçado”); e ainda o preço convidativo das terras, à razão de 60 mil cruzeiros a colônia de 25 hectares, tornaram “Cidade Medianeira” - como a empresa denominava seu empreendimento – uma iniciativa de colonização muito bem-sucedida. Centenas de famílias chegaram ao núcleo colonial ainda nos primeiros anos da década de 1950.

MOVIMENTO DE HOMENS E MÁQUINAS

“A organização Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., que tem à frente de seus destinos, entre outros destacados elementos, os senhores José Callegari e Pedro Soccol, desempenha uma atividade digna de encômios, em torno do desenvolvimento do lugar hoje se transformando em cidade e que, como bem diz seu nome ‘Cidade Medianeira’, dentro em breves dias estará se destacando entre as demais, dado também à situação de suas terras e posição admirável”, escreveu o jornalista J. Lino Avallone na abertura do texto que o “Correio do Povo” estampou em sua edição de 7 de fevereiro de 1954.

No ano em que a reportagem foi publicada, as obras de construção do trecho rodoviário Ponta Grossa-Foz do Iguaçu (hoje BR-277) estavam “bastante adiantadas”. Em Medianeira, havia “um movimento permanente de homens com tratores, patrôla, caminhões, camionetas, jeeps etc. Ali tudo marcha aceleradamente e, por essa razão, a localidade e suas terras estão se valorizando de maneira admirável”, publicou o “Correio do Povo”. Nessa época - registrou o jornal - a colonizadora já havia demarcado mais de mil lotes coloniais (num total de 25 mil hectares) e o núcleo urbano contava uma centena de casas, “a maioria em belos estilos, sendo que muitas delas inteiramente de madeiras de lei (angico, peroba, louro, cedro etc.)”.

“Já possui Medianeira uma agência de correios e telégrafos, igreja, moinhos, carpintaria, ferraria, hotéis, bar, mercadinhos, casas de comércio, descascador de arroz, grupo escolar, onde o número de matrículas já ultrapassa a cem alunos”, resumiu o diário porto-alegrense.

“FERTILÍSSIMAS TERRAS”

“Cidade Medianeira – Uma confirmação do poder da organização e do trabalho” foi o título que o “Correio Riograndense” deu à reportagem, publicada em 24 de fevereiro de 1954, sobre o empreendimento da Industrial e Agrícola Bento



CORREIO DO POVO



MÍDIA. O empreendimento da Industrial e Agrícola Bento Gonçalves na imprensa, em 1954: reportagens publicadas pelos jornais gaúchos “Correio Riograndense” e “Correio do Povo”.

ARQUIVO JORNAL MENSAGEIRO / REVISTA MOSAICOS



HOTEL LAZZARI. Construído em 1954, quase sempre lotado, tinha dois pisos e 28 quartos equipados com jarra d'água, bacia, toalha de rosto e penico. Os banheiros eram comunitários. Localizado à margem da rodovia federal, o hotel pertencia a João Domingos Lazzari, um gaúcho de Farroupilha que recebeu decidido suporte financeiro da colonizadora para abrir o estabelecimento.

DESPERTA O "OESTE PARANAENSE"

E COM ELE A CIDADE MEDIANEIRA

Que luta na vanguarda, certa de estar cooperando para a maior grandeza e desenvolvimento de uma Rica Região Brasileira, oferecendo terras de real valor onde existem grandes palmitais e madeiras de lei em abundância, constituindo uma riqueza em constante valorização.



Endereço: Rod. Telegr. "INGRA" — Caixa Postal n.º 24
MEDIANEIRA — Fz de Iguaçu — Paraná
 PARA MAIORES DETALHES E INFORMAÇÕES TRAZIAM NO ESCRITÓRIO DE BENTO GONÇALVES aos 5 e 6 de Abril!

José Callegari à Rua Marechal Deodoro n.º 172
BENTO GONÇALVES — Rio Grande do Sul

Meios de condução para Medianeira:
 Por terra: Via Laranjeiras do Sul e Cascavel — Pela Rod. Tel. de Iguaçu.
 AVIO: para Fz de Iguaçu em Cascavel pelas seguintes Companhias:
 Varig: Porto Alegre e Brasília, todos os Domingos;
 Ema: De Curitiba; Diária e aos sábados em União da Vitória e Palmeira;
 Cruzeiro do Sul: De Curitiba, Diária.

As melhores terras para lódeas as culturas, principalmente:
 Café — Algodão — Fumo — Cana de Açúcar — Arroz — Milho — Trigo etc. etc. etc.
 TERRAS QUE CONTAM COM GRANDES PALMITAIS.

CIDADE MEDIANEIRA é servida por DUAS ESTRADAS de Rodagem:
 FEDERAL: ROTA NÚM. 1 — RZ DO IGUAÇU.
 ESTADUAL: PELA SANTA CATARINA A RIO GRANDE DO SUL.

NECESSITAMOS DE AGENTES
 Os interessados a abastecer-se devem apresentar-se com credenciais.

SER POSSUIDOR DE TERRAS EM MEDIANEIRA É POSSUIR UM CAPITAL DE VALORIZAÇÃO PERMANENTE

PROPAGANDA. “Ser possuidor de terras em Medianeira é possuir um capital de valorização permanente”, garantia o anúncio publicado em jornais do Rio Grande do Sul.

Gonçalves Ltda. no interior do Paraná. “Extraordinário progresso – diretores e povo ativos e unidos”, alardeava o jornal, destacando também as “fertilíssimas terras” e as “riquezas naturais” de Medianeira.

O texto do jornal de Caxias do Sul não leva assinatura. Mas não há dúvida de que um repórter do periódico visitou a colonização, fez fotos e saiu impressionado: “Qualquer pessoa que visita Medianeira, no Paraná, de imediato observará que lá tudo é ordem, tudo é união. Nada é executado sem antes ser planejado, ser pré-estudado, para que a nova vila se desenvolva em harmonia de traçados, visando um futuro que por certo em bem pouco tempo será grandioso”.

E mais: “Quando falamos em Cidade Medianeira, logo nos vem em mente aquelas ubérrimas terras que por mais de uma vez tivemos ocasião de visitar. Aquelas terras em que a videira em três anos produz em quantidade; terras que produzem café tanto quanto as melhores regiões do país; terras de milho, trigo, arroz, feijão; terras que se prestam para toda espécie de cultura. Somente vendo é que se acredita na fertilidade e produção daquelas terras”.

TESTEMUNHO DE “COMPROVADO PROGRESSO”

“Pelo que podemos ouvir e comprovar, pessoalmente, a Cidade Medianeira



RELIGIOSIDADE. Manhã de domingo em Medianeira, no início dos anos 1950. Moradores voltam para casa após a missa. Todo mundo “na estica”, vestindo sua melhor roupa.

é a colonização que mais se tem projetado e é a mais conhecida principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, graças a uma bem organizada e eficiente campanha de propaganda encetada pela direção da firma, pelo seu comprovado progresso e pela fertilidade de seu solo reconhecido por todos aqueles que tiveram a oportunidade de visitá-la”, finaliza a reportagem do “Correio Riograndense”.

A importância que Pedro Soccol e José Callegari deram à divulgação do seu modelar empreendimento de colonização produziu resultados. Em 1960, quando Medianeira se emancipou de Foz do Iguaçu, o município recém-criado já reunia 4,5 mil habitantes. O marketing funcionou.

ÂNGELO DAROLT, O PRIMEIRO PREFEITO ELEITO

Candidato pela UDN, madeireiro somou mais da metade dos votos na primeira eleição municipal, em 1961

Ângelo Darolt nasceu no dia 23 de outubro de 1922 em Cocal Sul, antigo distrito do município de Urussanga (SC), filho de Angelo Darolt e Julia Darolt, descendentes de imigrantes italianos. Em Bento Gonçalves (RS), conheceu sua esposa, Dorilde Dall'Oglio, com quem teve cinco filhos: José Inácio, Jaime Luís, Diana Terezinha, Dulce Maria e Denise Beatriz. Era um homem alto, forte, de bigode, que fumava muito, porém, cheio de energia e “com uma fantástica visão empresarial”, como é lembrado pelas pessoas que o conheceram.

Na adolescência mudou-se com seus irmãos para Bento Gonçalves, onde trabalhou na construção da Rodovia São Vendelino. Depois, adquiriu alguns veículos para se dedicar ao transporte de passageiros. Com a compra de um caminhão, passou a transportar cargas. Veio para Medianeira “sem convite de ninguém, ficou sabendo que a região estava crescendo e resolveu investir”, revela em depoimento escrito a filha caçula, Denise Darolt. Quando a família chegou ao vilarejo, no início dos anos de 1950, “não existia um lugar para ficar”. O pároco da Igreja Matriz ofereceu quarto e cozinha que se localizavam junto ao salão de festas da igreja. Ali a família permaneceu até que Ângelo conseguiu se estabelecer. Com seu irmão Caetano, investiu na atividade madeireira: instalou uma serraria.

Muito popular entre os pioneiros de Medianeira, Darolt ingressou de sola na política. Candidatou-se pela União Democrática Nacional (UDN) na eleição municipal de 1961. Venceu. Obteve 564 votos, de um total de 1.090. Assim, entrou para a história como o primeiro prefeito eleito do município. A praça central da cidade e uma escola municipal levam o seu nome.

DIÁLOGO E VISÃO SOCIAL

Ângelo Darolt assumiu a Prefeitura no dia 28 de novembro de 1961. “A casa do pai - relata a filha Denise - estava sempre recheada de políticos e de cidadãos que vinham pedir o que precisavam; ele sempre dava um jeito de atendê-los.” Como prefeito, trouxe energia elétrica para a cidade, desbravou a mata para



EXTRATIVISMO. Toras e mais toras de peroba - madeira nobre - eram o alicerce da economia de Medianeira. Nos anos 1960 o município chegou a ter oito grandes serrarias.

abrir a estrada que liga Medianeira a Missal - na época, um incipiente núcleo de colonização. “O pai sempre esteve muito preocupado com o lado social da política, e, assim, tinha como meta fazer obras para o bem-estar de todos os cidadãos medianeirenses”, registra em depoimento escrito o filho mais velho, José Darolt.

Também na atividade empresarial revelava sua face humanitária: “Construíu casas para os funcionários da serraria e escola para os filhos, fazia churrascos nos finais de semana, todos gostavam muito dele”, relembra Denise. Além da serraria, Darolt instalou um posto de combustíveis, abriu um hotel e inaugurou uma fábrica de móveis - todos esses investimentos localizavam-se no bairro Ipê. Mais tarde adquiriu uma fazenda para a criação de gado.

Ângelo Darolt concluiu seu mandato no dia 28 de novembro de 1965. Foi sucedido por José Della Pasqua, que era amigo da família. Mesmo depois de sair da Prefeitura, mantinha reuniões regulares com o sucessor. Passado algum tempo, afastou-se da política para dedicar-se exclusivamente a suas empresas. Não queria mais concorrer a nenhum cargo público, achava que já tinha dado sua contribuição ao município. Mas voltou em 1970, como vereador, obtendo 384 votos pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido que dava apoio ao regime militar.

Nesse ano Medianeira já era município de “interesse da segurança nacional”, por força da Lei nº 5.449, assinada pelo general-presidente Arthur da Costa



CURITIBA. De paletó e gravata, passo decidido, o prefeito Ângelo Darolt em sua primeira viagem oficial à capital do Estado do Paraná, em 1962.



ENCONTRO. Reunião de lideranças na Prefeitura de Medianeira em 14 de agosto de 1964. A partir da esquerda, Pedro Eisele, Bruno Wobetto, Ervin Hass (primeiro prefeito de Matelândia), prefeito Ângelo Darolt, autoridade não identificada (de bengala), Abel Bez Batti (primeiro prefeito de São Miguel do Iguaçu), empresário Máximo Fioreze e Clóvis Da Rolt.

e Silva. Dez municípios do Paraná, além de dezenas de outros em todo o Brasil, passavam a ter prefeitos nomeados pelo governador do Estado “mediante prévia aprovação do presidente da República”. Medianeira ficou em jejum durante 16 anos, sem que a população pudesse escolher seu prefeito. Apenas os vereadores eram eleitos,

Darolt faleceu na tarde de 7 de julho 1975, em um acidente automobilístico no Km 448 de BR- 277, na altura de Céu Azul. Ele voltava de Cascavel, onde fora buscar um pesado motor de trator, quando a caminhonete que dirigia, em ultrapassagem forçada, colidiu de frente com um ônibus. O atestado de óbito apontou: “Traumatismo encefálico, esmagamento corpóreo por colisão de veículos”. Foi enterrado em Medianeira, mas alguns anos depois seus restos mortais foram transferidos para o Cemitério Vertical, em Curitiba.

Após morte do pioneiro, o filho José assumiu os negócios do pai. Mais tarde, a família Darolt deixou Medianeira, instalando-se uns na capital do Estado e outros em Santa Catarina. A viúva recorreu à religiosidade, juntando-se ao Movimento dos Focolares, ou Obra de Maria, organização cristã na qual sua filha caçula também viria a ingressar.



ESTRADA. Ângelo Darolt, esposa, filhos e amigos durante um passeio para verificar se a recém-construída estrada ligando Medianeira à vila de Missal “tinha ficado “boa”.



FLORES. O prefeito e moradores de Medianeira em evento social.

CENÁRIOS DA DÉCADA DE 1960

Os anos 1960 foram politicamente complicados no Brasil. Durante a época em que foi prefeito, Ângelo Darolt acompanhou à distância - sem dúvida pelo rádio - a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, o agitado governo João Goulart e, por fim, o golpe civil-militar de março de 1964.

O Paraná era governado por Ney Braga. Nos distritos de Flor da Serra e Jardinópolis, eclodiu um conflito fundiário - a Revolta dos Colonos (1961). Em 1963, avançavam as obras de pavimentação da BR-277.



WIKIPEDIA

NEY BRAGA. Governador do Paraná em 1961.

A influência gaúcha em Medianeira era manifesta. No futebol, duas torcidas rivalizavam: a do Grêmio e a do Internacional. Na música, Teixeira, Gildo de Freitas e José Mendes eram os intérpretes preferidos. Emissoras de rádio de Porto Alegre eram as mais sintonizadas. E também da capital do Rio Grande do Sul e de Caxias do Sul (RS) chegavam periódicos como o “Correio do Povo” e o “Correio Riograndense”.

O município tinha oito serrarias, duas grandes olarias (Simonatto e São Cristovão) e uma palmiteira (Palmitos Ivaí). Plantava-se hortelã, milho, feijão e um pouco de trigo. A suinocultura e a criação de gado leiteiro completavam o portfólio do campo. Em 1965, o Frigorífico Medianeira começava a abater suínos.





HOMENAGEM. A praça central de Medianeira leva o nome do pioneiro Ângelo Darolt. Reconhecimento à obra do primeiro prefeito eleito do município.

JOSÉ DELLA PASQUA, VEREADOR E PREFEITO

Trajetória política do segundo prefeito eleito de Medianeira
começou na Câmara de Vereadores de Guaporé (RS)

ACERVO FAMÍLIA DELLA PASQUA

No início dos anos de 1950, Medianeira não passava de um vilarejo. Casas de madeira, algumas cobertas de tabuinhas, ruas com muito barro ou poeira, dependendo da época do ano, e, por todos os lados, uma densa floresta subtropical infestada de mosquitos e animais silvestres. “Longe de tudo, perto do nada”, dizia-se com ironia. No incipiente núcleo de colonização, serviço era o que não faltava. Trabalhadores paraguaios executavam a tarefa mais pesada, a derrubada da mata. A terra era fértil. Produtiva. A construção da estrada federal (futura BR-277) indicava que o progresso logo chegaria.

Esse foi o cenário que José Della Pasqua encontrou ao chegar a Medianeira em fevereiro de 1954, a convite de Pedro Soccol, em companhia da esposa Nadir Maria França Kerber Della Pasqua. Deixavam para trás parentes, amigos e uma vida relativamente confortável no interior de Guaporé (RS) para recomendar sua trajetória no Oeste paranaense. O casal teve oito filhos.



JOSÉ DELLA PASQUA. Contabilista, duas vezes vereador, prefeito interino em 1960 e prefeito eleito para o período de 1965 a 1970.

Nascido em 1925 em Dois Lajeados (RS), José Della Pasqua migrou com os pais para Serafina Correa, então distrito de Guaporé. Ali passou a infância e parte

da adolescência. Depois, foi estudar em Porto Alegre, onde obteve o diploma de guarda-livros, denominação que se dava à época a profissão de contabilista. Em 1950, foi eleito vereador em Guaporé, representando o distrito de Serafina Correa.

Ao chegar a Medianeira, o migrante percebeu que a representação política do então distrito de Foz do Iguaçu era praticamente nula. Candidatou-se a vereador e foi eleito com 101 votos pelo Partido Republicano, no pleito realizado em 3 de outubro de 1955.

Em 25 de julho de 1960, Medianeira tornou-se município, desmembrando-se de Foz do Iguaçu. José Della Pasqua foi nomeado prefeito interino. Em sua breve gestão, com duração de seis meses, construiu a Prefeitura e inaugurou escolas. Abraçou a campanha para eleger o primeiro prefeito, Ângelo Darolt, em 1961. Quatro anos depois, tornou-se o sucessor de Darolt. Na eleição municipal de 3 de outubro de 1965, obteve 1.727 votos de um total de 3.018 eleitores.

Posteriormente, José Della Pasqua governou o município no período de 28 de novembro de 1965 a 19 de fevereiro de 1970. Pleiteou a criação da Comarca de Medianeira e construiu o Forum e as primeiras residências para juízes e promotores. Também instalou um posto de saúde e colaborou na construção do Hospital e Maternidade Nossa Senhora Medianeira. Liderou uma comitiva que foi ao Rio de Janeiro com o propósito de solicitar a instalação de uma agência do Banco do Brasil. A iniciativa foi bem sucedida. Tomou as primeiras medidas para a implantação do sistema telefônico na cidade, que seria inaugurado depois pelo prefeito-interventor Luiz Bonatto. Organizou e participou do primeiro encontro pró-asfalto da Estrada do Colono.

ENTREVISTA: “NÃO FUI O PRIMEIRO EM TUDO”

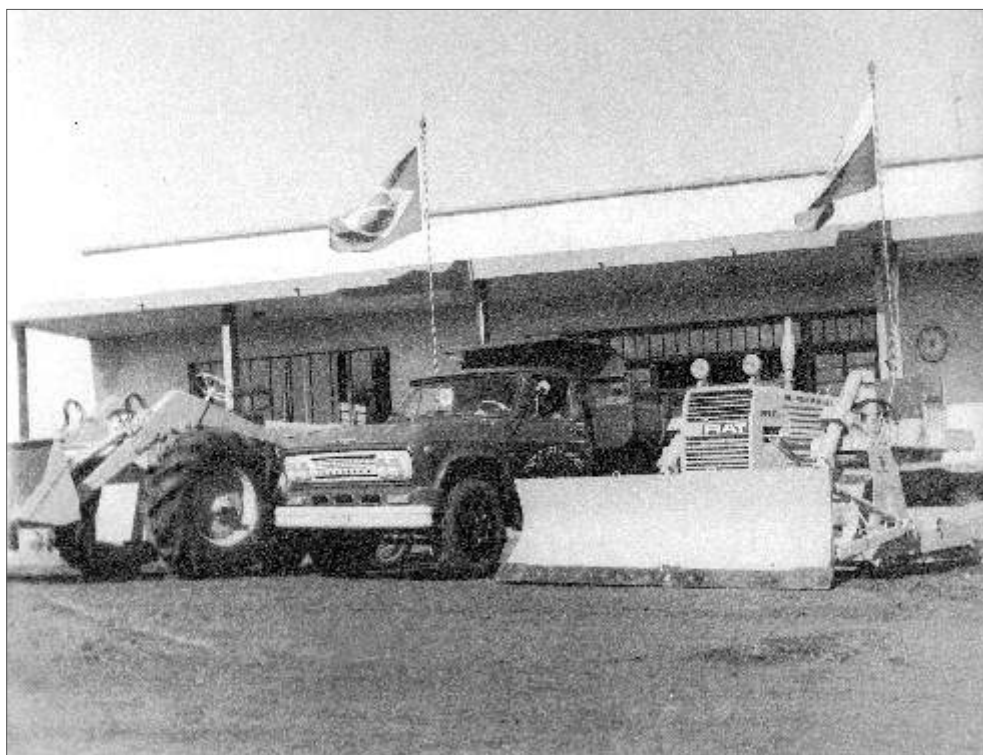
José Della Pasqua faleceu em 1º de janeiro de 2009, aos 84 anos de idade. Entre seus papéis a família encontrou cinco laudas de um questionário que o pioneiro medianeirense respondeu provalmente a pedido de um jornalista do semanário “Hoje”, editado em Cascavel. Familiares não souberam informar se a entrevista chegou a ser publicada. Ela foi concedida após maio de 1977 e constitui um depoimento valioso sobre um período importante da história do município. Com alguns pequenos ajustes ortográficos e de estilo, eis a íntegra das declarações de Della Pasqua:

Pelo que consta nos anais da história, o senhor foi o primeiro em tudo. Pode nos relatar as principais atividades?

José Della Pasqua - Primeiro em tudo não fui, pois outros vieram antes para cá. Em termos políticos, fui o primeiro vereador a representar Medianeira na Câ-



APMI. Primeira instalação da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, em 1966. A entidade, apoiada pelo poder público medianeirense, cumpria importante função social.



EQUIPAMENTO. Em exposição defronte da Prefeitura, parte do equipamento rodoviário adquirido pela municipalidade na gestão de José Della Pasqua. Máquinas e caminhões eram utilizados na abertura de novas estradas e na conservação das já existentes.

mara Municipal de Foz do Iguaçu e o primeiro prefeito nomeado por um período de seis meses. Em termos profissionais, fui o primeiro contabilista da cidade registrado no CRC. Montei o primeiro escritório de contabilidade na cidade. Fui eleito o segundo prefeito do município de Medianeira, sendo que Santa Helena era distrito, Missal uma vila, e tinha as comunidades de Flor da Serra e Jardinópolis.

Naquela época, qual era a situação de Medianeira em termos de infraestrutura?

José Della Pasqua - A situação de Medianeira era relativamente boa, uma cidade em pleno desenvolvimento, onde a Firma colonizadora (Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda.), por intermédio de seus diretores, dava praticamente assistência a todos, quer em estradas, hospital ou escola. Para a abertura das estradas, a Firma possuía um trator, e para conservação, periodicamente vinha para cá uma motoniveladora do então Departamento de Fronteiras e posteriormente do Departamento de Estradas de Rodagem, cuja sede era em Foz do Iguaçu. E em termos de saúde, a Firma construiu um hospital, uma escola para nossas crianças, e na parte religiosa construiu uma igreja, onde uma vez por mês vinha um padre de Foz rezar missa. Com a eleição de Ângelo Darolt, os encargos de estradas e escolas, passaram a ser da Prefeitura Municipal. O primeiro motor para energia elétrica e respectiva rede na cidade também foi implantado pela colonizadora.

Tudo merecia atenção e tudo era prioritário, porque quase nada existia. A primeira preocupação foi equipar o Departamento Rodoviário Municipal, com a aquisição de dois tratores, uma motoniveladora, dois caminhões basculantes, uma caminhonete Jeep e uma Chevrolet, um britador, uma fábrica de tubos, partindo daí para a abertura e recuperação de estradas, principalmente de Medianeira, Missal e Santa Helena, cuja estrada era uma verdadeira picada, onde fizemos as pontes sobre os Rios Ocoí e São Vicente, com o auxílio do povo de Missal.

A estrada Medianeira-Flor da Serra, até Jardinópolis, recuperamos e alargamos em convênio com o DER. Montamos acampamento completo para o pessoal do serviço rodoviário não necessitar se locomover toda hora e aí partimos para a recuperação das estradas do município, e abrindo outras, como por exemplo: Missal-Dom Armando-Moreninha-Pacuri, ligando a Santa Helena; estrada da Linha Mineira e quase todas de Jardinópolis e Flor da Serra. No entanto, o maior problema ainda era o financiamento, porque sendo Medianeira um município novo e estava apenas no seu segundo prefeito eleito, então era carente de praticamente tudo.

Quais foram as suas principais obras durante sua gestão como prefeito eleito?

José Della Pasqua - Durante o tempo de nossa gestão construímos aproximadamente 100 salas de aula, inclusive o Colégio João Manoel Mondrone, de Medianeira; construímos, também, os ginásios de Missal e Jardinópolis. Criamos



COMPANHEIRO. O deputado estadual e secretário de Estado de Saúde, Arnaldo Busato, discursa em Jardinópolis, em 1969, quando da inauguração da Casa Escolar Padre Anchieta, depois Colégio Estadual Pedro Américo.

a Escola Normal Helen Keller e a Escola de Comércio, mostrando assim nossa preocupação com a educação. Criamos e organizamos a Biblioteca Pública Municipal. Construímos o Posto de Saúde da cidade e o instalamos, por intermédio do deputado Arnaldo Busato (1936-1980), a Unidade Sanitária. Minha esposa (dona Nadir) e outras senhoras lideraram o movimento para a construção do prédio da APMI, sendo instalados cursos de corte e costura e economia doméstica destinados às mães gestantes e mais carentes.

Quanto à criação e instalação da Comarca, não foi fácil, mas com tenacidade e persistência, e com o auxílio do deputado Arnaldo Busato e do povo de Medianeira, conseguimos convencer o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, e o corregedor geral de Justiça, desembargador Mercer Junior, ambos de saudosa memória. Mas para isso tivemos que construir o prédio do Fórum, casas para o juiz e o promotor, tudo dentro das plantas fornecidas pelo próprio Tribunal, inclusive com a aprovação desse mesmo Tribunal do local onde seria construído o Fórum. E durante o andamento das construções, tínhamos a fiscalização do Departamento de Obras do Estado. Depois foi instalada a Comarca de Medianeira ⁽¹⁾, tendo como primeiro titular o doutor Milton Alceu Etzel e como primeiro promotor o doutor Caetano Ferreira Neto.



ENSINO. O tradicional Colégio Estadual João Manoel Mondrone teve seu prédio próprio inaugurado no dia 11 de dezembro de 1969. A partir da esquerda, em primeiro plano, Nadir e José Della Pasqua, secretário estadual de Educação e Cultura, Manoel Martins Cândido de Oliveira ("Candinho"), e a primeira diretora do Mondrone, professora Elcely Caminha.

A instalação do Banco do Brasil trouxe enormes benefícios à população. Como foi possível?

José Della Pasqua - Em nossa cidade havia o Banco Bamerindus, primeiro a se instalar; posteriormente o Banco do Estado do Paraná abriu uma agência. A agência do Banco do Brasil era em Foz do Iguaçu. Atendia os financiamentos agrícolas, e nossos colonos tinham que se deslocar várias vezes até aquela cidade. Era necessário ter o Banco do Brasil em Medianeira. Iniciamos a campanha com total apoio do comércio, indústria e agropecuaristas, não só de Medianeira, mas também de São Miguel do Iguaçu, Matelândia e Céu Azul.

Houve, na época, uma reunião da cúpula do Banco do Brasil em Foz do Iguaçu, no Hotel das Cataratas, com os gerentes regionais; aproveitamos para organizar uma comissão de empresários das cidades, independentemente de cores político-partidárias, para apresentar à diretoria central do banco nossas reivindicações. Porém, para isso, fizemos um levantamento socioeconômico dos municípios de Medianeira e dos outros já citados. Dados em mãos, fizemos por intermédio de nossa assessoria um relatório completo, mostrando que Medianeira tinha condições de sediar uma agência do Banco do Brasil.



EVENTO SOCIAL. O prefeito José Della Pasqua e o primeiro juiz de Direito da Comarca de Medianeira, Milton Alceu Etzel. A imagem é de 1969.

Como resposta nos disseram que a diretoria do banco iria estudar nosso trabalho e, se houvesse viabilidade, conseguiríamos nosso intento. Em contatos que fizemos em Curitiba, nos informaram que Capanema estava pleiteando uma agência do banco, e caso saísse para Capanema, não sairia aqui ou vice-versa, pois só uma agência seria instalada na região. Em vista disso organizamos uma comissão, composta por mim e pelos senhores Wadis Dal'Oglio, Frederico Bernardo Zílio e Adair Tomasetto, de Medianeira; Arlindo Cavalca, de São Miguel do Iguaçu; Santo Zanchet, de Matelândia; e Alfredo Ruaro, de Céu Azul, e fomos ao Rio de Janeiro, onde tínhamos audiência marcada com a diretoria do banco, e saímos de lá com a certeza da instalação.

Posteriormente fomos visitados por uma comissão do banco, que escolheu o local da agência, e, por intermédio da Prefeitura, compramos o terreno e o doamos ao Banco do Brasil, que logo começou a construção do prédio. Quando a obra estava quase pronta, meu mandato terminou, cabendo ao meu sucessor a inauguração ⁽²⁾.

Ainda na nossa gestão instalamos os telefones na cidade, e isso também não foi fácil. A inauguração foi feita com uma ligação para o governador Paulo Pimentel e o general Junot Guimarães, diretor-presidente da Telepar na época. Quanto à instalação da rede de energia elétrica, no final do meu mandato o projeto estava recebendo os últimos retoques, sendo implantado pelo meu sucessor dois a três

meses após ter assumido a Prefeitura, porém estou com a consciência tranquila, porque o trabalho foi nosso e de nossa equipe. Quanto ao projeto de viabilidade e abastecimento d'água ⁽³⁾, também o entregamos pronto ao sucessor, faltando apenas a assinatura do prefeito. Não pude assiná-lo porque meu mandato acabara.

(1) A Comarca de Medianeira foi criada em 15 de julho de 1968.

A instalação ocorreu em 30 de setembro de 1969.

(2) A agência do Banco do Brasil foi inaugurada no dia 17 de maio de 1971.

(3) A estação de tratamento d'água foi inaugurada em 25 de julho de 1975.



PREFEITURA. Paço Municipal José Della Pasqua, inaugurado em 25 de julho de 2018. Reconhecimento ao contabilista, vereador e prefeito de Medianeira.

LUIZ BONATTO, O PREFEITO-INTERVENTOR

Apadrinhado por Ney Braga, ex-fiscal de obras rodoviárias governou Medianeira com mão de ferro de 1970 a 1982

Natural de Santiago (RS), o ex-capataz de obras rodoviárias Luiz Bonatto tinha 49 anos de idade ao chegar a Medianeira no final de 1969 com um propósito bem definido: lançar-se na política com o apoio de ninguém menos que o ex-governador Ney Braga, na época senador pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e um dos condestáveis da chamada “Revolução Redentora” de 31 de março de 1964 no Paraná.

O Brasil vivia sob uma ditadura civil-militar, e em 4 de junho 1968 o presidente Arthur da Costa e Silva sancionou a Lei nº 5.449 (veja a íntegra no final deste capítulo), que declarava “de interesse da segurança nacional” um total de 68 municípios localizados em 10 estados brasileiros. Ali, uma vez concluídos os



ARQUIVO PREFEITURA DE MEDIANEIRA

CAUDILHO. Luiz Bonatto em seu gabinete na Prefeitura de Medianeira, em meados dos anos 1970: “Para os amigos, tudo; para os inimigos, os rigores da lei”.

mandatos em curso, os prefeitos passariam a ser nomeados pelos governadores mediante prévia aprovação da presidência da República. Entre eles figurava Medianeira, dada a sua localização na faixa de fronteira.

Bonatto viu na lei federal a sua grande oportunidade. Primeiro, tratou de conquistar o controle do Diretório Municipal da Arena. Em seguida, manobrou para que seu nome fosse o primeiro de uma lista tríplice de candidatos a prefeito nomeado elaborada pelo partido e que seria encaminhada à instância superior. Com sua designação, “a defesa da Revolução [em Medianeira] estaria garantida”, escreveu Bonatto anos depois, em um dos raros registros de punho próprio que deixou para a posteridade.

Em 1968, militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) haviam ensaiado a instalação de um foco guerrilheiro na região. A iniciativa não prosperou. A repressão agiu rapidamente, prendeu líderes, e o movimento se desfez. Entre os presos estava o dentista Lauro Consentino Filho, que deixou a ação do MR-8 registrada em um livro muito interessante intitulado “Ocoy. O rio que levou boiando capacetes militares... e os sonhos”. Descontado o intento carbonário, praticamente não existia oposição ao regime civil-militar em Medianeira no final dos anos 1960. Os “minguados opositores mal cabiam numa Rural”, reportou o professor Davi Frosi em 2003.

Aprovada e carimbada pelo Diretório Municipal da Arena, a lista tríplice foi enviada ao padrinho político de Bonatto, o senador Ney Braga, que encaminhou o documento ao então governador do Paraná, Paulo Pimentel (1966-1971). Este sacramentou a nomeação do ex-fiscal de obras. Bonatto tornou-se prefeito de Medianeira no dia 19 de fevereiro de 1970, exercendo o cargo com autoridade praticamente inconteste - sempre teve maioria na Câmara de Vereadores -, durante 12 anos, até abril de 1982. Sem ter recebido um único voto popular.

No Paraná, além de Medianeira, a Lei nº 5.449 atingiu os municípios de Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Pérola D'Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu. Na visão de Bonatto, os militares implantaram um governo forte, sim, porém “nada além de um regime de exceção, uma ditadura branda e macia”.

Segundo o jornal “O Globo” (29/09/2016), durante a ditadura 160 comunidades brasileiras tiveram prefeitos nomeados - capitais, estâncias hidrominerais, municípios com usinas e todos os situados nas regiões de fronteira.

INTERVENTOR COM MÃO DE FERRO

Na última entrevista que concedeu ao jornal “Mensageiro”, em junho de 2014, para compor uma das edições da coluna “Memória Terrunha”, o nonage-



POPULAR. Bonatto participa de festa à moda gaúcha no interior de Medianeira. A imagem é da década de 1970, quando ele era o personagem político mais poderoso do município.

nário ex-prefeito soltou o verbo ao fazer um balanço de sua vida. Afirmou que nos 12 anos de administração “peitou” muita gente: “Para mim valia a máxima: para os amigos, tudo; para os inimigos, os rigores da lei. Isso não significa deixar a coisa rolar. Para os amigos, direitos iguais; para os críticos irresponsáveis, mais lei, e até denúncia no Ministério Público ou ação judicial.” E sentenciou: “Não me perguntem o que fiz por Medianeira; perguntem, isto sim, o que existe em Medianeira que não tem o dedo do Bonatto.”

Em 1970, relatou Bonatto, a cidade era carente em vários aspectos: “Não tinha asfalto na avenida principal, não tinha luz, não tinha água encanada, não tinha rodoviária, não tinha ginásio de esportes, a infraestrutura era precária”. Doze anos na chefia do Executivo permitiram ao prefeito-interventor formar um *portfólio* com apreciável número de obras tanto na sede urbana como no interior do município, incluindo os então distritos de Missal e Serranópolis do Iguaçu. Entre outras iniciativas que levam a sua assinatura figuram a abertura de estradas rurais, a construção da Rodoviária, do Ginásio de Esportes Antônio Lacerda Braga e das principais escolas municipais da cidade - Semíframes de Barros Braga, Jayme Canet, Plínio Tourinho e Carlos Lacerda.

Mas, é preciso admitir, Bonatto também inaugurou festivamente obras que o ex-prefeito José Della Pasqua havia deixado em andamento, entre elas a rede d’água e a agência do Banco do Brasil. Situacionista que era, o ex-preposto da ditadura queixava-se, já no final da vida, dos “poucos recursos recebidos do governo

federal”, e que a “única obra custeada pelo governo estadual foi a construção do Centro Social Urbano João Paulo II”.

Se deixou um apreciável elenco de obras, Bonatto igualmente colecionou inimigos. Entre eles, o ex-prefeito José Della Pasqua e o advogado Adolpho Mariano da Costa. Della Pasqua formou a chamada Arena 2, um grupo dissidente do partido situacionista. Adolpho Mariano escreveu “O Donatário”, uma ficção hilariante em que Medianeira alegoricamente vira a imaginária Barbaquá do Sul, governada por um “donatário”, titular de uma “capitania hereditária”. No embalo, o advogado fundou o Diretório Municipal do MDB (depois PMDB), sigla pela qual seria eleito prefeito, no voto direto e secreto, em 1986.

PERFIL DE CAUDILHO

Adolpho Mariano inspirou-se em Bonatto para retratar o “donatário” barbaquense. O prefeito-interventor acostumado a comandar peões de estrada tinha, de fato, rasgos de caudilho. Mandava e desmandava na Prefeitura, controlava com rédea curta a Arena e a bancada no Legislativo, imiscuia-se em entidades privadas e dava palpites em eventos comunitários - inclusive em concurso de miss. Para motivar o povo, sempre parafraseava seu padrinho político Ney Braga, dizendo que “pelo Brasil eu morro, pela Medianeira eu mato”.

Na metade dos anos de 1970, quando a então Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal) vivia uma profunda crise administrativa, Bonatto não se fez de rogado: passou a acumular a chefia do Executivo com o cargo de diretor-presidente da empresa. Deram-lhe um título de “associado” e ele presidiu a Cotrefal de 1976 até 1979. Em 1978 ocorreu a falência do Frigorífico Medianeira S/A (Frimesa), sendo a massa falida adquirida por um grupo de cooperativas que formaram a Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda. (Sudcoop). Bonatto gabava-se de ter “interferido junto ao governador Ney Braga [que cumpria seu segundo mandato, de 1979 a 1982] na liberação de recursos para o frigorífico voltar a funcionar depois da falência.” A unidade industrial foi reinaugurada em dezembro de 1980.

O INCÊNDIO DA PREFEITURA

Na noite de 22 de abril de 1976, a Prefeitura de Medianeira ardeu em chamas. Toda a papelada que havia no casarão foi perdida. Inclusive o arquivo, que historiava documentalmente os 16 anos de existência do município. Sobraram cinzas, cheiro de fumaça, um cofre vazio e uma população perplexa. A boataria correu solta na cidade. Os opositoristas (ou “cansados de Medianeira”, na expressão ferina de Bonatto) comentavam que o incêndio teria sido provocado para incinerar supostas irregularidades nas contas da administração municipal. “O fogo foi uma nova técnica contábil”, ironizava o advogado Adolpho Mariano da Costa.



FOGO. Na noite de 22 de abril de 1976, um incêndio destruiu a Prefeitura de Medianeira. As chamas, que consumiram toda a documentação pública, geraram uma onda de boatos.

Delegacia de

Termo de Declaração

Ano 23 de abril de 1976 (04) de mês de abril

procedimento 441 e suas anexas: Prefeitura de Medianeira

Delegacia de Polícia

onde presente as partes: o Senhor Delegado Otacílio Antunes Machado

contra escrito de seu cargo, cidade anexado e assinado por: **NILSON DEITOS**

Filho de Arnaldo Luis Deitos

e de D. Lucília Minelli Deitos

com 41 anos de idade, nacionalidade Brasileira

natural de (Município e Estado) Garibaldi, Rio Grande do Sul

estado civil Casado

de profissão Funcionário Público Municipal e residente em Av. XXIV de Outubro nº1.592, telefones 64-14-61

anexo ao arquivo, a qual apresenta partes as seguintes declarações:

Que o declarante é há 11 anos o **Tesoureiro da Prefeitura Municipal de Medianeira**; que a Prefeitura fôra destruída por **um incêndio ocorrido na noite de 22 de abril de 1976**; que na oportunidade o declarante estava ausente desta cidade e somente tivera conhecimento do fato quando do seu regresso; que o prédio da Municipalidade era **praticamente todo o mesmo construído com o sistema elétrico, oculto, esse não sofreu certa transformação por ocasião da colocação de "qr" e "cabo de aço"**; que, posteriormente, essa rede vinha apresentando um certo defeito, pois caía a chave e isto fez o declarante que prendia-se ao excesso de carga, coisa normal numa repartição onde existem aparelhos elétricos como máquinas e outros da espécie; que o declarante não tem a menor ideia de como ocorreu o incêndio em si, contudo sabe que **foi um curto-circuito**; que o incêndio destruiu todo o que encontrara no seu caminho, interessado municipal, móveis, utensílios e acabou aquilo que existia no interior de um cofre seguro, estando certa quantidade em dinheiro, escrituras, cheques, ações e outros; que, não quer o declarante que houvesse qualquer intenção ou mesmo prática criminosa no incêndio, pois o Sr. Prefeito edente tem amigos nesta cidade e inimigos não. E mais não disse aos lrs. / perguntado lido e anexado conforme foi lido e assinado. Em 23 de abril de 1976, o declarante.

AUTORIZADO: _____

DECLARANTE: _____

RECEBIDO: _____



DEPOIMENTO. Em declaração ao delegado Otacílio Antunes Machado, no dia 23 de abril de 1976, o tesoureiro da Prefeitura de Medianeira, Nilson Deitos, reforçou a tese de curto-circuito e ainda defendeu Bonatto, afirmando não crer "que houvesse qualquer intenção ou mesmo prática criminosa no incêndio, pois o Sr. Prefeito somente tem amigos nesta cidade e inimigos não".

Bonatto também acreditava que o incêndio “teve mão criminosa”. Mas afastava as suspeitas que recaíam sobre sua pessoa, lançando-as no colo do tesoureiro, que seria o responsável por desvio de verbas, “coisa de jogo no Paraguai.” Na época, o tesoureiro era Nilson Deitos. No inquérito policial, Deitos alegou que o sinistro tinha sido causado por um curto-circuito em um ar-condicionado instalado no gabinete do prefeito. O aparelho provocava constantes quedas de energia. O laudo pericial anexado ao inquérito foi na mesma direção e concluiu que o fogo “teve origem a partir de um curto-circuito nos condutores de energia elétrica.”

O prefeito-interventor dizia ter conseguido “provas para ordenar a prisão do tesoureiro”, mas antes levou o assunto ao conhecimento do comandante do então 2º Grupamento de Fronteira, sediado em Cascavel. Um caso politicamente delicado, pois o suspeito era irmão de Nilo Deitos, na época prefeito de Céu Azul e presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP). Bonatto também se dirigiu ao governador Jayme Canet. Este o aconselhou a fazer “o que coração mandasse”. Bonatto acatou a recomendação e não forçou mais a prisão do tesoureiro, pois “não queria desgraçar uma família inteira”. Deitos partiu de ônibus para Bento Gonçalves (RS), com mulher e sete filhos, para começar vida nova na serra gaúcha. Em dezembro de 1976, o processo do incêndio foi arquivado. Os investigadores “não encontraram qualquer indício de prática delituosa”.

AUTOEXÍLIO E RETORNO

Em 1982, Bonatto deixou a Prefeitura para ser candidato a deputado estadual pelo Partido Democrático Social (PDS), sucedâneo da Arena. Fez 7.739 votos. Perdeu para um novato do PMDB, José Antônio Fonseca, o “Bugre”, que obteve 20.064 sufrágios. Acuado pela oposição, o ex-mandatário rumou para São José dos Pinhais e lá permaneceu durante 10 anos. Voltou. Foi eleito vereador, em 1992, pelo PDS, com 585 votos; e reeleito em 1996, desta vez pelo PTB, com 443 votos.

Nos últimos anos de sua vida residiu algum tempo em um hotel no centro da cidade. “Meu sogro não acumulou bens materiais, mas tinha o suficiente para viver bem”, dizia a ex-mulher de seu filho Marcelo, Inês Perondi. Ainda assim, no ocaso de sua existência, teria recebido pequena ajuda financeira de amigos. Gostava de dar entrevistas - puxando tudo da memória -, passava as tardes jogando baralho no chamado “Bar dos Velhos” ou “Zanoni”, lia a revista “Veja” e a “Gazeta do Paraná”, dirigia seu carro e se dizia de extrema-direita. Pensava que as Forças Armadas deveriam estar atentas para combater uma possível “ameaça comunista”, na época representada pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Nascido em 1920, Luiz Bonatto faleceu na madrugada de 11 de julho de 2014, aos 94 anos, vítima de AVC, no Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz. Foi sepultado no Cemitério Municipal de Medianeira. Era viúvo de Beatriz Ceballo e pai de sete filhos.



ÚLTIMA FOTO. Bonatto em 14 de março de 2014, aos 94 anos, quando foi homenageado pela Lar Cooperativa Agroindustrial na condição de ex-presidente da antiga Cotrefal.

LEI Nº 5.449, DE 4 DE JUNHO DE 1968

Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São declarados de interesse da segurança nacional, para os efeitos do disposto no art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os seguintes Municípios:

I - no Estado do Acre: - os do Brasiléia; Cruzeiro do Sul; Feijó; Serra Madureira e Xapuri;

II - no Estado do Amazonas: - os de Atalaia do Norte; Barcelos; Benjamin Constant; Ilha Grande; Ipixuna; Japurá; Santo Antônio do Içá; São Paulo de Olivença e Uaupés;

III - no Estado da Bahia: - os de Paulo Afonso e São Francisco do Conde;

IV - no Estado de Mato Grosso: - os de Amambaí; Antônio João; Bela Vista; Cáceres; Caracol; Corumbá; Iguatemi; Ponta Porã e Porto Murinho;

V - no Estado do Pará: os de Almeirim; Óbidos e Oriximiná;

VI - no Estado do Paraná: - os de Barracão; Capanema; Foz do Iguaçu; Guaíra; Medianeira; Marechal Cândido Rondon; Pérola D'Oeste; Planalto; Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu;

VII - no Estado do Rio Grande do Sul: - os de Alecrim; Bagé; Crissiumal; Dom Pedrito; Eral; Horizontina; Itaqui; Jaguarão; Porto Lucena; Porto Xavier; Quaraí; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Santana do Livramento, São Borja; São Nicolau; Tenente Portela; Três Passos; Tucunduva; Tuparendi e Uruguaiana;

VIII - no Estado do Rio de Janeiro - o de Duque de Caxias;

IX - no Estado de Santa Catarina: - os de Descanso; Dionísio Cerqueira; Itapiranga; São José do Cedro e São Miguel do Oeste; e

X - no Estado de São Paulo: - os de Cubatão e São Sebastião.

Art. 2º. Os Prefeitos dos Municípios especificados no artigo primeiro serão nomeados pelo Governador do Estado respectivo, mediante prévia aprovação do Presidente da República.

Parágrafo único. Se o nome escolhido não merecer aprovação do Presidente da República, este, por intermédio do Ministério da Justiça, comunicará ao Governador do Estado, sua decisão, devendo ser feita a indicação de novo nome, dentro do prazo de dez (10) dias, a contar daquela comunicação.

Art. 3º. Nas faltas e impedimentos não superiores a sete (7) dias, os Prefeitos, nomeados de acordo com esta lei, serão substituídos na forma do disposto na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Se a falta ou impedimento do Prefeito perdurar por mais de sete (7) dias deverá ser nomeado novo Prefeito para exercer o cargo, enquanto durar o afastamento, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 4º. Os Prefeitos nomeados, nos termos do artigo anterior, serão exonerados quando decaírem da confiança do Presidente da República ou do Governador do Estado.

Parágrafo único. Comunicado pelo Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça, ao Governador do Estado, que o Prefeito deixou de merecer confiança, deverá ser imediatamente exonerado.

Art. 5º. Ficam respeitados os mandatos dos atuais Prefeitos Municipais, cujos municípios são declarados, por esta lei, de interesse da segurança nacional.

Parágrafo único. Até trinta (30) dias antes do término desses mandatos, ou, no caso de vacância do cargo, no prazo de dez (10) dias, após ocorrer a vaga, o Governador do respectivo Estado deverá enviar ao Presidente da República, o nome do Prefeito a ser nomeado para o Município, para os efeitos desta lei.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva

QUANDO A BANDEIRA TREMULOU PELA PRIMEIRA VEZ

**Pavilhão de Medianeira foi apresentado em setembro de 1976,
16 anos depois da emancipação do município**

Setembro de 1976 foi um mês chuvoso em Medianeira. A tradicional festividade de 7 de setembro, Dia da Independência, teve de ser adiada duas vezes e só se realizou no dia 19, por determinação da inspetora auxiliar de ensino, Noeli Prestes Padilha, e do prefeito Luiz Bonatto. O tempo ajudou, e a população pôde assistir “a um dos mais espetaculares desfiles dos últimos tempos”, conforme registrou entusiasticamente o jornal “O Paraná”, de Cascavel, em sua edição de 21 de setembro.



O evento reuniu centenas de estudantes, representações de entidades do município e cavaleiros trajados à moda gaúcha. Participaram alunos de oito instituições de ensino: Grupo Escolar Plínio Tourinho, Grupo Escolar Olavo Bilac, Educandário Nossa Senhora Medianeira, Grupo Escolar Marechal Arthur da Costa e Silva, Mobral, Ginásio Manoel Mondrone, Colégio Comercial de Medianeira e Escola Normal Estadual Helen Keller.

Além do desfile que tanto impressionou autoridades, população e o repórter do jornal, houve outro fato marcante: pela primeira vez, 16 anos depois da emancipação de Medianeira, foi apresentada oficialmente e hasteada a bandeira do município. Idealizada pelo vexilólogo e heraldista professor Arthur Luponi, a bandeira tem uma faixa central em azul e duas faixas (inferior e superior) em vermelho, separadas por faixas brancas. Na faixa central, duas estrelas brancas de cinco pontas.

“O vermelho, além de representar a audácia, honra e caridade, lembra a cor característica da terra de Medianeira; o azul, que em heráldica representa justiça, lealdade e perseverança, lembra o céu azul de Medianeira, nas manhãs



PALANQUE OFICIAL. O prefeito Bonatto, o juiz Arenhart e o vereador Vizotto hasteiam as bandeiras. Entre elas, pela primeira vez, a de Medianeira.



de primavera; o branco, além de representar a pureza, felicidade e paz, lembra a amizade do povo medianeirense”, diz o descritivo do pavilhão. As estrelas homenageiam dois pioneiros - Giácomo Ceconello e Emílio Henrique Gomez -, “heróicos desbravadores das matas da região, que construíram na Medianeira de hoje o primeiro casebre coberto com folhas de palmito”.

Giácomo Ceconello era marceneiro. Na década de 1970 mudou-se para Palotina, onde faleceu em 1984, aos 73 anos, vitimado por um acidente de trânsito. Emílio Gomez elegeu-se prefeito de Foz do Iguaçu em 1959 e, de certa forma, estimulou a criação do município de Medianeira, em 1960. Oito anos depois, foi eleito prefeito do recém-criado município de Céu Azul. Faleceu vítima de infarto em agosto de 1983. Tinha 60 anos.

A programação alusiva ao 154º aniversário da independência do Brasil começou com o hasteamento das bandeiras no palanque oficial, instalado defronte do Banco do Brasil, na Avenida Brasília. O prefeito Luiz Bonatto hasteou a bandeira nacional; o juiz de Direito Sérgio Arenhart içou a bandeira do Estado do Paraná; e o vereador Altair Vizotto, presidente da Câmara Municipal, a bandeira do município.

“A LISTA TRÍPLICE TEM TRÊS NOMES: IVO ANTÔNIO DA ROLT”

Diretório Municipal do PDS não teve dificuldade para indicar o sucessor de Bonatto na Prefeitura de Medianeira

ACERVO ROBERTO MARIN

Sabia-se que Ivo Antônio Da Rolt, gaúcho de Bento Gonçalves (RS) nascido em 1943, era um empresário de sucesso no setor madeireiro, destacado jogador de futebol, homem de fino trato - objetivo, simpático e humano - e discreto partidário dos governos militares. Quando Luiz Bonatto foi exonerado em 1982, a pedido, após 12 anos como prefeito-interventor de Medianeira, para ser candidato a deputado estadual, o nome de Da Rolt emergiu de imediato como a melhor opção para a Prefeitura.

O Diretório Municipal do Partido Democrático Social (PDS) se reuniu e não teve dúvida em propor a nomeação do empresário como sucessor de Bonatto. “A lista tríplice tem três nomes: Ivo Antônio Da Rolt”, teria afirmado, pausando as palavras, o vereador e líder da bancada do PDS na Câmara, Orlando Kulkamp, segundo relato do ex-prefeito Elias Carrer, que esteve presente na reunião.



FOTO OFICIAL. Imagem que o prefeito-interventor Ivo Da Rolt gostava de repassar a jornalistas para ser usada na mídia impressa.

Dito e feito. O governador Ney Braga acatou a sugestão dos pedessistas media-



INDICAÇÃO. Bonatto e o vereador Orlando Külkamp (PDS), presidente da Câmara, apoiaram a nomeação de Ivo Da Rolt para a Prefeitura. Em 14 maio de 1982, ao lado da esposa Denise, o novo prefeito-interventor tomou posse.

neirenses e sacramentou a nomeação de Ivo Antônio Da Rolt para a Prefeitura. Ele assumiu no dia 14 de maio de 1982 e permaneceu no cargo até 8 de junho de 1985.

Da Rolt organizou a primeira Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Medianeira (Expomed), com o objetivo de mostrar o “potencial agrícola, pecuário, industrial e comercial do município, e assim atrair investidores”. No embalo, deu início à construção do Parque de Exposições Tancredo Neves, que foi inaugurado pelo seu sucessor, o vereador Armindo Pandolfo, em 25 de julho de 1985. Deu apoio também à estruturação do CTG Sentinela dos Pampas, incentivou o esporte e fez melhorias na Área Industrial, além de valorizar as culturas italiana e alemã. Empenhou-se ainda na reconstrução do Educandário Nossa Senhora Medianeira, escola particular administrada desde a sua fundação (1955) pelas Irmãs Servas do Divino Espírito Santo, que havia ardido em chamas em 1982.

“DEIXEM-ME TRABALHAR EM PAZ”

Nos três anos e meio que esteve à frente do Executivo municipal, Da Rolt teve considerável apoio das elites de Medianeira, e esses laços resistiram à passagem do tempo. Prova disso é que ainda uma década depois de sua passagem pela Prefeitura, o nome do ex-mandatário era evocado seguidamente como possível candidato a cargo eletivo por saudosistas do regime militar. Mas ele nunca se deixou seduzir por esses acenos, mesmo porque não residia mais no Paraná.



DOIS MOMENTOS. Registros da vida de Ivo Da Rolt, o meio-campista que armava as jogadas do União: em 1972, quando o time conquistou a Taça Paraná, ao lado do treinador Gilmar Vencatto; e em 2003, quando veio a Medianeira para o lançamento de um livro de história.



INVESTIMENTO. O Parque de Exposições Tancredo Neves foi meta basilar da administração Da Rolt para dar visibilidade ao potencial produtivo e empresarial de Medianeira. Deixou pronto, mas não inaugurou. No espaço foram realizadas mais de 10 edições da Expomed - Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Medianeira.



ENCONTRO. Ivo Da Rolt em evento social com Alcebiades Barbosa da Silva, primeiro médico de Medianeira. O registro é dos anos 1970. À direita, entregando o cargo ao vereador Armino Pandolfo, que o sucedeu na Prefeitura em junho de 1985.

Durante seu mandato, sabia que representava um regime de exceção. À medida que a campanha das Diretas-Já avançava como um rolo compressor pelo Brasil, manifestações contra a administração do prefeito-interventor também começaram a ganhar força e corpo. Elas eram alimentadas sobretudo na Câmara Municipal, onde o oposicionista Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) reunia seis vereadores: João Alves, José Silvestre Della Pasqua, Avelino Morás, Erno Meno Muller, Valdir Sabadin e Armino Pandolfo. Os governistas, do PDS, eram apenas três: José Arlindo Sehn, Jamir Lamin e Neri Antônio Carrer.

Em entrevista ao jornal local “O Encontro” (edição de 26 de abril de 1985), Da Rolt chegou a admitir que “estava arrependido de ter assumido a Prefeitura, diante do grande número de desafetos colecionados na sua vida política”. E mandou um recado aos adversários: “Deixem-me trabalhar em paz!”

DRIBLE DE ENTORTAR O DRIBLADO

Na “Coleção ditadura”, escrita pelo jornalista e historiador Elio Gaspari, o quinto volume trata da “Ditadura acabada”. “Acabada” estava a era dos prefeitos-interventores, quando o presidente João Baptista Figueiredo assinou o Decreto-Lei 2183, de 19 de dezembro de 1984, que “descaracteriza como de interesse da Segurança Nacional os municípios na faixa de fronteira”. No Paraná, entre os descaracterizados estava Medianeira.

Tornava-se obsoleta, assim, a figura do prefeito-interventor. Da Rolt teria que deixar o poder. Menos de seis meses depois, em 4 de junho de 1985, o governador

José Richa (PMDB) firmou o Decreto 5591/85, exonerando Ivo Da Rolt do cargo. A medida baseou-se no artigo 47, item IV, da Constituição Estadual, e “tendo em vista aprovação presidencial comunicada pelo telex nº 0909, de 03 de junho de 1985, do Ministério da Justiça”. O Brasil já vivia os tempos da Nova República, com José Sarney na presidência e Fernando Soares Lyra como ministro da Justiça.

Vacante a chefia do Executivo, e como Medianeira não tinha vice-prefeito na época, prevaleceu o disposto na Lei Orgânica do Município: cabia ao presidente da Câmara assumir a Prefeitura. Este era Armino Luiz Pandolfo, um produtor rural que havia sido eleito vereador, pelo PMDB, em 1982.

Foi em uma manhã, era 8 junho de 1985. “Eu havia preparado a transmissão de cargo com o maior respeito, educação e elegância. Tudo seria transparente. Sabia que a oposição faria barulho, mas não imaginava que teria que engolir uma frase que ainda dói na minha alma, e dita por um paraquedista, um homem que nada fez por Medianeira, um forasteiro que era o deputado estadual José Antônio Fonseca, do PMDB”, relatou Da Rolt em 2002 ao autor deste livro.

No final da cerimônia, Fonseca, em discurso inflamado, pronunciou a pior das piores frases que Ivo Da Rolt teve de ouvir e engolir: “Neste momento, estamos fazendo a remoção do entulho autoritário”. Delírio total dos oposicionistas presentes no evento. “Foi um drible de entortar o driblado, que me derrubou, magoou, que deixou feridas”, recordaria o ex-prefeito anos depois.

VOLTA À TERRA NATAL

Desgostoso com a política, magoado por ter sido “praticamente expulso da cidade” que escolhera para viver desde 1967, Da Rolt foi para Mato Grosso. Não obteve os resultados que esperava nos negócios e acabou retornando à terra natal, Bento Gonçalves (RS). Lá continuou com o comércio de madeiras e passou a atuar também no transportes de cargas.

E retornou à vida pública, mas não em função eletiva. “Voltou a convite do então prefeito Darcy Pozza, que comandou os destinos de Bento Gonçalves em três mandatos, um amigo desde a juventude que sabia da sua história política exitosa em Medianeira. Foi convidado para assumir a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Casa das Artes. Permaneceu nos cargos por 12 anos, ou seja, por três administrações. Investiu no turismo profissional com a criação das rotas Vale dos Vinhedos e Caminhos das Pedras”, recordou a viúva Denise Berto, em 2020.

Ivo Antônio Da Rolt faleceu no dia 29 de setembro de 2007, em Bento Gonçalves, acometido por um infarto fulminante. Deixou a esposa Denise e os filhos Mônica Cristina, Patrícia Regina e Rodrigo Caetano.

“QUEREMOS VOTAR PARA PREFEITO”

✦ A oposição ao regime civil-militar fez da convocação de eleições livres e diretas em todos os níveis uma de suas principais bandeiras durante as mais de duas décadas de duração do regime de exceção. O Brasil assistia a um desfile de generais-presidentes desde 1964, a última eleição direta para governador no Paraná fora em 1966, e para as capitais e municípios “de interesse da segurança nacional” criou-se no final daquela década a figura do prefeito-interventor, nomeado pelo governador do Estado com a anuência do Planalto.

✦ Medianeira, que havia votado para prefeito pela última vez em outubro de 1965, sediou no dia 16 de setembro de 1978 a primeira assembleia da Associação das Câmaras de Vereadores da Faixa de Fronteira (Afront), entidade criada para unificar as campanhas em favor da volta de eleições livres e diretas em uma dezena de comunidades paranaenses. Os municípios - argumentava a Afront - estavam “sofrendo com problemas econômicos e sociais, reflexo da indicação de prefeitos à revelia da vontade do povo”. O deputado federal Sebastião Rodrigues foi o principal orador do evento.

♦ Em 1981, surgiu o Comitê Nacional pela Autonomia Municipal (Conam), presidido pelo deputado federal paranaense Mauricio Fruet. “É inadmissível - disse Fruet em entrevista ao jornal “O Paraná”, de Cascavel (edição de 27 de maio de 1981) - que moradores de uma cidade continuem sendo impedidos de dirigir seus próprios destinos, sendo obrigados a aceitarem a imaginação dos gerentes nomeados, cujas decisões atendem mais a interesses do grupo que os cerca, ou que nomeia, que os da comunidade (...)”.

✦ As eleições diretas para os governos estaduais, no final de 1982, levaram o peemedebista José Richa ao Palácio Iguaçu, em Curitiba. Em 23 de janeiro 1983, lideranças políticas se reuniram novamente e desta vez lançaram a “Carta de Medianeira”, pela qual exigiam, no item IV, a “restauração plena da Federação da República com eleições em todos os níveis para prefeitos e vice-prefeitos”.

✦ O PMDB medianeirense esperava que Richa trocasse de imediato o prefeito Ivo Da Rolt, substituindo-o por um nome do partido, a ser apresentado em lista tríplice. A legislação autoritária assegurava esse direito ao governador; entretanto, a escolha teria de passar obrigatoriamente pelo crivo da Presidência da República. A ditadura se esvaía política e economicamente, mas o general Figueiredo ainda estava em Brasília. O governador

Richa nada fez, preferiu deixar como estava, provavelmente para não entrar em atrito com o governo federal.

♦ Em 1984, com a campanha das Diretas-Já sacudindo o País, a questão das eleições na fronteira voltou à berlinda. “Não só votar para presidente; queremos votar para prefeito”, dizia uma faixa colocada na Praça Ângelo Darolt, no centro de Medianeira.

♦ O eleitorado brasileiro não votou de imediato para presidente (a eleição presidencial de 15 de janeiro de 1985 ainda seria indireta), mas para Medianeira e dezenas de outros municípios abriu-se uma luz no fim do túnel quando, no final de 1984, Figueiredo assinou o Decreto-Lei 2183 acabando com as áreas “de interesse da segurança nacional”.



PREFEITO. Pandolfo lê o discurso de posse.

♦ Richa agiu alguns meses depois - conforme já descrito -, exonerando o prefeito-interventor. O vereador Armino Pandolfo assumiu a chefia do Executivo em 8 de junho de 1985 (para um breve mandato que se estenderia até 1º de janeiro de 1986), e as primeiras eleições diretas para prefeito de Medianeira, em anos, foram marcados para o dia 15 de novembro de 1985.

♦ A posse de Pandolfo trouxe à cidade figuras relevantes do PMDB regional, como o deputado federal Paulo Marques, os deputados estaduais Sérgio Spada e José Antônio Fonseca, e o prefeito de Cascavel, Fidelcino Tolentino. Mas também não faltaram representantes da “velha ordem”, entre eles o deputado federal Antônio Mazurek e o estadual Tércio Albuquerque, ambos do PDS.

♦ Em sua edição de 22 de junho de 1985, o jornal “O Encontro” comentou: “Seria um equívoco lamentável negar, isto sim, o fato de que Pandolfo é o primeiro prefeito a nível local, a contar com o respaldo e o aval da população, conquistando 763 votos nas eleições de 1982”.

ADOLPHO MARIANO DA COSTA E A “NOVA MEDIANEIRA”

“Com duas mãos e o sentimento do mundo”, trouxe uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) para a cidade

“**N**em o poder econômico, em mãos dos poderosos grupos locais, nacionais e até binacionais, conseguiu calar o grito do povo, manifestado nas urnas em 15 de novembro de 1985” - assim o jornal “O Encontro” anunciou o resultado do pleito municipal que consagrou o advogado, escritor e intelectual de esquerda Adolpho Mariano da Costa (PMDB) como prefeito de Medianeira, após uma década e meia de interventoria. Adolpho Mariano e o vice João Alves foram eleitos com 7.650 votos. O oponente, Moysés Pistore, candidato pela coligação PDS/PFL, somou 6.626. Uma diferença de 1.024 votos.

No discurso de posse, em 1º de janeiro de 1986, ainda segundo “O Encontro”, o prefeito soltou o verbo. Mineiro que era, citou seu conterrâneo Carlos

ARQUIVO PREFEITURA DE MEDIANEIRA



TRAJETÓRIA. Mineiro de Carmo do Paranaíba, Adolpho Mariano da Costa chegou a Medianeira em 1966. Dedicou-se à advocacia, à literatura e à política. Foi vereador e prefeito.

Drummond de Andrade, dizendo que administraria com “duas mãos e o sentimento do mundo” e que defenderia os direitos dos desvalidos, objetivamente, “os engraxates, os sem-terra, os desempregados, as crianças desamparadas, os professores pagos com baixos salários”. Comprometeu-se a “ouvir a voz do povo, que também deve ser ouvida por todos os mandarins da Nova República”, referindo-se ao regime inaugurado nove meses antes com a posse do presidente José Sarney.

Assim começava a “Nova Medianeira”, uma administração de apenas três anos que conseguiu trazer para o interior do Paraná uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) com dois cursos profissionalizantes: técnico em alimentos e eletromecânica. Um feito notável - Adolpho Mariano é lembrado até hoje como “o pai da criança” -, que resultaria mais tarde na implantação da Universidade Federal Tecnológica do Paraná - Campus de Medianeira (UTFPR - MD).

Pessoa de trato difícil, às vezes agressivo nas palavras, o prefeito era no entanto um homem de ação. Empenhou-se em atrair obras de infraestrutura para Medianeira - como o viaduto sobre a BR-277, o Aeroporto Municipal e a ligação asfáltica Maralúcia-Jardinópolis - e investimentos contínuos nos setores de educação, cultura, saúde, habitação e meio ambiente.

No legado de realizações da administração “Nova Medianeira” figuram o Centro de Cultura Popular Arandurá, o incentivo às artes cênicas, o Poliesportivo Teotônio Vilella, conjuntos habitacionais com mais de mil casas, 36 salas de aula em alvenaria, o plantio de 550 mil mudas de árvores (incluindo 50 mil pés de mangas), três programas de alfabetização para jovens e adultos, postos de saúde e clínicas odontológicas simplificadas, o prédio da Escola do Trabalho e a retificação e drenagem do Rio Alegria.

Adolpho Mariano concluiu seu mandato no dia 1º de janeiro de 1989. Transferiu-se para Curitiba, onde por designação do governador Álvaro Dias (PMDB) assumiu a direção do Arquivo Público do Paraná. Exerceu essa função de 5 abril de 1990 até 21 abril de 1994.

Como escritor, o ex-prefeito deixou um legado de nove obras. A de maior repercussão foi “O Donatário” (Soma Ed., SP, 1979), uma hilariante ficção em que Medianeira vira alegoricamente a imaginária Barbaquá do Sul, governada por um “donatário”. Outros textos de sua lavra são “Parábolas da Terra Sem Males”, (Núcleo, Curitiba, 2000); “Iara Acalanto em Bronze Perene” (Arte Texto, Curitiba); “Mergulho no Mar de Minas” (Ed. autor, Curitiba, 2004); “Arquivo Público do Paraná - Espaço Nobre da Cidadania”; “Constituição do Estado do Paraná, 1989: Anotada, Atualizada, Indexada – Edição Popular para Trabalhadores” (Imprensa Oficial do Estado, 1993/1994); “Histórias da Melhor Idade” (Ed. autor, Curitiba, 2005); “Primeiro de Abril” (RG Editores, SP, 2011); e “Canal de Desvio”, peça teatral apresentado em Medianeira, Maringá, Porto Alegre e Curitiba.

ADOLPHO MARIANO POR ELE MESMO: “BUSCO UMA SOCIEDADE MENOS INJUSTA”

No dia 13 de junho de 2013, Adolpho Mariano da Costa concedeu provavelmente sua última entrevista à imprensa, antes de falecer vitimado por um infarto em 29 de março de 2014, aos 78 anos. Falou durante 10 horas em seu apartamento no bairro Juvevê, em Curitiba, onde vivia sozinho. O já ofegante ancião, ora irritado, ora brincalhão e amável, temendo talvez que o entrevistador - no caso, o autor deste livro - alterasse trechos de sua fala, impôs que o texto final passaria por seu crivo. A seguir, com transcrição editada, os principais trechos do longo depoimento do ex-prefeito de Medianeira:

MINEIRO DE NASCIMENTO

“Sou natural de Carmo do Paranaíba (MG), filho de sitiantes. Nasci em 7 de março de 1936. Migrei para Juiz de Fora, onde cursei o ginásio e até o 2º ano colegial. Em janeiro de 1956, fui morar na capital paulista, onde concluí o curso clássico, o curso técnico da Escola de Propaganda de São Paulo e também o curso de dramaturgia do Teatro de Arena. Em 1965, formei-me em Direito pela USP. Morei, durante os cinco anos da graduação, na Casa do Estudante. Colaborei com ‘O Graso’, um jornal a serviço das gloriosas classes desarmadas. Realizei estágios no Sindicato dos Bancários, na Procuradoria de Assistência Judiciária aos Necessitados, na Light, na Biblioteca Geral da Secretaria da Agricultura de São Paulo e no Sistema Prisional Paulista – Casa de Detenção e Carandiru, entre outros.”

FUGINDO DO GOLPE

“Em janeiro de 1966, após breve exílio em Resistência, na Argentina, me

ARQUIVO JORNAL MENSAGEIRO / REVISTA MOSAICOS



PALANQUE. Adolpho Mariano na campanha para prefeito, em 1985, e comemorando a vitória com o vice João Alves. Ao fundo, o oficial de Justiça Lorivaldo Farias, partidário de Adolpho.

arranchei em Medianeira em decorrência da persistente repressão político-ideológica promovida pelo golpe militar de 1964. Instalei um escritório profissional na Avenida 24 de Outubro e passei a exercer advocacia geral, clínica geral, assessoramento jurídico e afins, com ênfase em advocacia criminal, cível, trabalhista e administrativa.”

ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS EXCLUÍDOS

“Eu sempre atuei como advogado dativo, gratuitamente, em prol da grande massa de excluídos, atendendo e assistindo carentes, pleiteando em juízo e fora dele, em todas as instâncias, realizando defesas e júris em todas as comarcas das regiões Oeste e Sudoeste. Atuei em defesa de índios, expropriados, barrageiros e sem-terra na região, no período da ditadura, além de defender brasiguaios em território paraguaio. Defendo, como sempre defendi e defenderei, os pés-de-chinelo, em todas as atividades que empreendi enquanto cidadão, advogado, administrador, administrado e servidor. Não à toa sempre fui rotulado pelos adversários como representante e símbolo dos pés-de-chinelo.”

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

“Em Medianeira também fui professor de português no Colégio das Freiras, Escola Normal Helen Keller, Colégio Comercial, Colégio Mondrone e Colégio Costa e Silva.”

PRIMEIRO JORNAL DE MEDIANEIRA

“Eu e uma pequena equipe local fundamos na cidade, em setembro de 1967, o jornal ‘O Encontro’, editado na Editora Lítero-Técnica, de Curitiba, que teve a circulação interrompida na década de 1970 pelas tais de forças ocultas e também asfixiado pela falta de recursos financeiros e pela pressão contra os poucos corajosos anunciante medianeirenses. O valente periódico só voltou a circular a partir de 1986, com a redemocratização. Sobreviveu até fins de 1988.

“Com o apoio da OAB/PR, ‘O Encontro’ realizou oportuna campanha em prol da criação e instalação da Comarca de Medianeira. Tarefa difícil, pois, com o arsenal das leis de exceção, especialmente os atos institucionais e complementares, a criação de novas comarcas era difícilíssima, e os óbices não foram poucos. Mas a vontade soberana do povo, após tanta luta, acabou vitoriosa. No começo da década de 1970, Medianeira, Matelândia, São Miguel do Iguaçu e outras tiveram suas comarcas implantadas. Eu tive a honra de, em nome da OAB/PR, ser o orador oficial da instalação da Comarca de Medianeira.

“Outro tema para boas campanhas do jornal foi a criação e instalação de colégios na cidade, pois a carência de cursos era pública e notória. Existia apenas o

Colégio das Irmãs, que oferecia o curso de ginásial. Surgiram então os principais estabelecimentos educacionais de Medianeira. Também realizamos campanhas em prol da agropecuária, eletrificação rural, associativismo rural, cooperativas, sindicatos, saneamento básico (água e esgoto), meio ambiente, atenção à saúde, novas agências bancárias, atividades sociais e esportivas. A mais memorável talvez tenha sido a campanha em prol da pavimentação da Estrada do Colono.”

RETRATOS DE UMA ÉPOCA

“Na Medianeira das décadas de 1960 e 1970, os meios de comunicação eram precaríssimos. As estradas, péssimas. A energia que abastecia a sede urbana, era gerada por motores a combustão, ligados durante poucas horas diárias. Na Avenida Brasília, caminhava-se de botas, galochas, chinelos e pés descalços. O que mais se via eram troncos de grandes árvores: perobas, lapachos, cedros, marfins e outras madeiras de lei. A alimentação caseira era baseada em carnes vermelhas - gado, porco e frango -, assadas em grelhas sob forma de churrasco, preferência indiscutível dos colonos do Sul, maioria da população, daí tantos peões trajados de ponchos e bombachas. A rodovia que cortava a sede era chamada de ‘Estratégica’ por influência dos militares. Padres europeus, alguns de viés nazifascista, ditavam a ordem moral e os bons costumes. A vida social era restrita. Clubes sociais e esportivos, com sedes construídas em madeira, sobressaindo-se o União e o Grêmio, que duravam enquanto bem servissem.

“O linguajar regional foi se estabelecendo numa montagem sobre o português, o espanhol, o italiano (vêneto), alemão (pomerano), resquícios de polonês e algumas pitadas de guarani. Legítimo perfil de fronteira agrícola. Com a diáspora gaúcha, a maioria dos pioneiros era seduzida com promessas mirabolantes, seus cacarecos lançados sobre caminhões e carroças, colocando-os em movimento, transporte e mudança ao deus-dará. Os corretores imobiliários eram estilo faroeste John Wayne, matador de índios, estes já quase todos dizimados. Todo mundo em busca do ouro, pois aqui havia terras fertilíssimas. Florestas virgens cheias de madeiras de lei. Contrabando e descaminho. Café pra lá. Muamba pra cá. Armas e munições de todos os tipos e calibres. Bebidas estrangeiras, em parte falsificadas, a rodo. Jogatinas, cassinos e mulheres disponíveis. A colonização se arranchou. O entrevero se instituiu, a devastação se fez e o sistema dominou. Quem menos corria, mais voava. Cidade pequena, inferno grande. Gente chegando do sul e do norte, do leste e do oeste.

“Como contraponto, outra diáspora de fugitivos das hidrelétricas JK, todos expropriados provenientes dos mares de Minas. - Uai! Aqui que é o tal de Sul? , questionavam os mineiros trazendo seu contributo de pão de queijo e café quentinho para enfrentar o frio que nem imitava o gélido minuano. E começou um tempo que preparou um novo encontro mineirinho ou gaudério, para o enfrentamento da repressão de 1970, narrada nas páginas de ‘O Donatário’, livro que

veio a lume em março de 1979, como resposta veemente e grave contra a brutalidade da ditadura.”

ANOS DE CHUMBO

“A legislação de exceção - atos institucionais e complementares - extinguiu os partidos tradicionais (PTB, PSD, UDN e outros) e, em seu lugar, criou dois partidos novos - Arena e MDB. A Arena, para apoiar a ditadura; e o outro, de oposição consentida, para fingir que fiscalizava o governo. Ledo engano. Ambos previamente passavam por um pente fino de triagem político-ideológica, todos submetidos a atestados ideológicos do regime. Em junho de 1968, Medianeira foi incluída entre os municípios de interesse da segurança nacional, alegando-se o pretexto da faixa de fronteira, com a possibilidade eleição de eventuais prefeitos de oposição, cassando-se, assim, as eleições para prefeitos nos municípios tais, com a nomeação de prefeitos-interventores, através do comando político, permitindo-se apenas eleições para vereadores na faixa de fronteira, nas capitais e nas estâncias hidrominerais e demais áreas tidas como de segurança nacional.

“Ora, o próprio Diretório Regional do MDB, dócil e obedientemente, negava ou dificultava a criação de diretórios municipais nas tais áreas de defesa. Sugeria-se timidamente que fossem criadas apenas comissões provisórias nos municípios de fronteira. Então, tudo se tornou mais difícil. A Justiça Eleitoral endureceu e tornou tudo ainda mais penoso. Previamente, organizar as comissões provisórias. Em seguida, sair a campo para conseguir as filiações. Todo tipo de óbices burocráticos, partidários, legais, perseguições, boatos, ofensas, agressões eram perpetrados contra a equipe de filiação, com o respectivo livro de filiações, que devia ser assinado e conferido com a documentação respectiva, pois à época não existiam as fichas atuais próprias.

“Quando há vontade política, tudo se viabiliza. Após as comissões provisórias, partimos para a constituição do Diretório Municipal, pelos idos de 1969. O MDB organizou-se, lançou candidatos e cresceu. Participaram dessa peleia alguns abnegados: Adolfo Herbert, Nézio Carnieletto, Adolfo Tramontin, Lauro Loose, Lauro Consentino, Antônio Morás, Jacob Dalbosco, Antônio Gonçalves, Adolpho Mariano da Costa e centenas de militantes.”

ELEIÇÃO PARA VEREADOR

“Fui eleito vereador pelo PMDB com 1.289 votos, em 1976. Cassado e reconduzido pela Justiça.”

SER DE ESQUERDA

“Os órgãos de repressão definem quem é ou não. Pessoalmente considerava-



POLÊMICA. Capa do livro que gerou até passeata contrária à obra em Medianeira, em 1979, e o seu polêmico autor, já na condição de prefeito, na segunda metade dos anos 1980.

-me um cidadão progressista. Defendia o estado de direito democrático, a imprensa livre, a liberdade de expressão do pensamento, os direitos e garantias individuais, a pluralidade partidária, a igualdade de oportunidade para todos. Busco uma sociedade menos injusta, menos perversa e menos cruel contra os pobres, despossuídos e marginalizados. Condenava todas as formas de censura, violência e exclusão....”

“O DONATÁRIO” E AS MARCHADEIRAS

“Nos anos 1970 a ditadura estava no apogeu. Repressão, censura e violência eram as marcas do regime. Solicito apoio para o lançamento do livro ‘O Donatário’ em livrarias, igrejas, sindicatos (a maioria sob intervenção), cinemas, diretórios acadêmicos, clubes de serviço, instituições culturais, bibliotecas, faculdades, mas ninguém se dignou a ceder espaço. Apenas a sala de imprensa da Assembleia Legislativa do Paraná ofereceu suporte. Foi numa quinta-feira, meados de 1979. Aí, quando retornei a Medianeira, no sábado de manhã, encontrei meu escritório de advocacia empastelado. Por isso, acho que o livro ficou famoso. Após o lançamento do livro, as marchadeiras entraram em ação. Organizaram uma passeata de senhoras ultramontanas, batendo bumbo e fazendo algazarra pelo centro da cidade. Espécie de bloco carnavalesco grotesco, coisa arcaica, bizarra e sem sentido...”

BARBAQUÁ DO SUL

“Quando estava com a ideia de escrever o livro, fui visitar alguns barbaquás, fabriquetas de beneficiamento da erva-mate, no município de Rebouças (PR). Daí, a ideia de criar uma cidade imaginária, para homenagear *ailex paraguariensis*, já que a região de Medianeira não produz erva-mate, que é a matéria prima do chimarrão e do tererê. Tentei emplacar o decreto encomiástico da estrutura onde a erva-mate era rudimentarmente secada dando o nome de Barbaquá do Sul ao Aeroporto Municipal de Medianeira. A Câmara Municipal cassou o nome.”

ESTÁTUA PARA O COLONO

“No meu entender, quem merece estátua em Medianeira é o pobre colono que, desassistido, moureja de sol a sol no desgastante trabalho agrícola, produzindo alimentos indispensáveis ao sustento de milhões de pessoas espalhadas pelo país e pelo mundo. Por outro lado, quem não merece estátua aqui e alhures são os parasitas de todo o gênero. Segundo Paulo de Tarso, o apóstolo, ‘quem não trabalha não come’.”

TRÍADE DA ÉTICA

“Como cidadão e advogado, sempre procurei observar a tríade da ética dos nossos maiores: viver honestamente, não lesar o outro e atribuir a cada qual o que é seu. Além disso, na administração pública, como administrador, administrador, servidor ou contribuinte, sempre atuei com exatidão, cumprindo a lei e os ditames da minha consciência, praticando a urbanidade, lhanza, exercendo com afabilidade as funções que me são cometidas com a necessária brevidade e presteza. Entretanto, não sou propenso a dar de barato a minha privacidade e a minha intimidade. Pois, de conformidade com antigo bordão, intimidade só serve para gerar filhos e inconvenientes.”

GRATIDÃO

“Sou grato ao povo medianeirense pelas eleições que conquistei e também pelas eleições que perdi.”

DONA NADIR, A PRIMEIRA CARTORÁRIA

Gaúcha de Porto Alegre, Nadir Della Pasqua chegou a Medianeira em 1954 com o marido e seus quatro primeiros filhos

Nascida em Porto Alegre, em 1927, Nadir Maria França Kerber tinha formação escolar correspondente ao Ensino Médio. Em 1947, casou-se com José Della Pasqua. Sete anos depois, em 1954, o casal migrou para Medianeira. Ela foi a primeira cartorária da cidade. Respondia pelo Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato da Comarca. Ao lado do marido, que foi vereador e prefeito, teve destacada participação no dia a dia da comunidade e deixou um legado de realizações sobretudo na área social.

Em março de 2014, Dona Nadir – como era conhecida – repassou ao autor

ACERVO FAMÍLIA DELLA PASQUA



PARTICIPAÇÃO. O casal Nadir e José Della Pasqua era presença constante nos eventos comunitários, festivos, religiosos e beneficentes de Medianeira.

deste livro um depoimento escrito sobre sua trajetória de vida no Oeste paranaense. Ela faleceu no dia 5 de julho de 2020, viúva, aos 92 anos, deixando oito filhos de seu casamento com José Della Pasqua: Leda, economista; Maria Emília, professora e teóloga; José Silvestre, médico; Vitor Hugo, advogado; Jorge Luiz, engenheiro eletrônico; Reinaldo João, médico; Eni Maria, professora de inglês; e Júlio Cesar, ator.

LUZ SÓ DAS 19 ÀS 22 HORAS

“Quando chegamos a Medianeira já existiam muitas casas, mas apenas a Avenida Brasília. Tinha uma loja, a de Edmundo Biesdorf (1928-1989), que vendia de tudo, desde alimentos até roupas. Vinha o padre Martinho, de Foz do Iguaçu, rezar missa uma vez por mês. Fiquei hospedada no Hotel Fossá por um tempo, com quatro filhos. No Natal de 1954, tivemos um grande presente. Chegou a luz elétrica, a motor, que no começo era só das 19 às 22 horas. Carne de gado nós tínhamos uma vez por semana. Quando chovia, o barro era muito. A cada dois meses chegava Vergílio Bazzo (1916-1989) com gente interessada na compra de terras. Era aquela festa. Só alegria. Havia uma ‘república’ para receber os compradores, e enquanto eles permaneciam na vila, faziam festas. Quando o padre Anton Fertl chegou, em 1955, a Firma já havia construído a igreja. Ele era devoto de Nossa Senhora Medianeira, e os fiéis pediam graças e às vezes eram atendidos. Padre Anton animava, era muito alegre e comunicativo. O José ia toda semana até Foz do Iguaçu, porque era vereador e muitos pais pediam-lhe que registrasse seus filhos em Foz. Um dia eu disse ao José: - Por que não registramos essas crianças aqui? Como ele era vereador, conversou com o prefeito de Foz, Dirceu Lopes, e ele fez o possível para termos um cartório em Medianeira”, escreveu Dona Nadir.

PRIMEIRO CARTÓRIO

Nadir Della Pasqua tinha boa escolaridade, letra bonita e sabia datilografia. Submeteu-se, então, a um “exame de suficiência” em Foz do Iguaçu. Foi aprovada e, em 1958, passou a ser a primeira cartorária de Medianeira. Inicialmente, era um Cartório de Registros Civil e Tabelionato, subordinado à Comarca de Foz do Iguaçu; a partir de 1968, com a criação da Comarca de Medianeira, passou a ser também Cartório de Registro de Imóveis. No início, a repartição pública registrava apenas nascimentos, casamentos e óbitos. “Os primeiros registros foram o nascimento de Gilmar Grapiglia, filho de Fercil Grapiglia e Isa Fossá, e o casamento de Carlos Oro e Neiva Lorenzoni”, relatou Dona Nadir, que também exercia a função de escrivã de Polícia.

LEMBRANÇA DOS VIZINHOS

Em sua narrativa escrita, a primeira cartorária da cidade e ex-primeira dama relembrou vizinhos e amigos, uma relação de estima sedimentada desde a chegada



APAE. Inauguração da sede própria da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais em 1977. Dona Nadir acompanha o discurso do cunhado Antônio Della Pasqua.



NOITE DE GALA. O casal Della Pasqua em João Pessoa (PB), em outubro de 1978, participando do V Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil no Hotel Tambaú.

dos Della Pasqua ao núcleo de colonização: “Todos os vizinhos foram importantes e maravilhosos, principalmente os Grapiglia, que eram os mais próximos e os que mais ajudaram nossa família. Dona Natalina Grapiglia matava galinha para nós. Outras famílias amigas eram os Cassanego, os Toniello, os De Grandi e tantas outras... Tinha ainda minhas comadres - a Josefina Faccin, a comadre Lochs, a comadre Catarina Colombo, a comadre Clary Vanini, pessoas maravilhosas”.

Dona Nadir deixou um legado de realizações, sobretudo na área da assistência e inclusão social. Empenhou-se na fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Medianeira (APAE), criada em 28 de junho de 1973; os alunos foram atendidos inicialmente nas instalações da APMI, até que a sede própria da entidade fosse inaugurada em 1977. Foi ainda fundadora da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI), que iniciou suas atividades em 1966; da Associação de Senhoras Rotarianas (ASR); e do Clube Soroptimista.

EMÍLIO GOMEZ, UM HOMEM À FRENTE DE SEU TEMPO

**Sargento da FAB, mecânico, topógrafo, vereador,
duas vezes prefeito e uma estrela na bandeira de Medianeira**

ACERVO FAMÍLIA GOMEZ

Corria o ano de 1946. Na ensolarada Rio de Janeiro do pós-Segunda Guerra, o jovem sargento Gomez, da Aeronáutica, resolveu fazer uma demonstração de suas habilidades como piloto autodidata. Apostou que em voo passaria entre as duas torres da Igreja da Penha, no Morro do Alemão. Passou, mas por pouco não bateu em uma das torres. Foi aplaudido. E também demitido. Teria dito um oficial da Força Aérea Brasileira: “Aqui não é lugar para apresentações circenses”.



Nessa época, seu pai, Manoel Gomez Filho, estava migrando de Erechim (RS) para a localidade de Santa Helena Velha, no Oeste do Paraná, onde em 1947 montou uma serraria. Nos passos do progenitor, Emílio Gomez também veio para a região, para fazer história e ser história. E currículo para tanto tinha.

GAÚCHO. Emílio Henrique Gomez era natural de Caxias do Sul (RS), nascido a 4 de abril de 1923.

“Meu pai havia frequentado as melhores escolas, entre elas a Escola de Aviação no Estado de São Paulo e a Escola de Aeronáutica de Campos dos Afonsos (RJ), e de lá saiu 3º sargento mecânico. Também foi aluno do Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, onde aprendeu inglês, francês, espanhol e alemão”, contou Luiz Carlos Gomez, filho de Emílio, em novembro de 2020.

Ao chegar à região Oeste, o ex-militar percebeu que a representação política era praticamente nula. Existia um vazio. E foi à luta. Já em 1951 elegeu-se vereador no município de Foz do Iguaçu pelo Partido Social Progressista (PSP). De um total de 1.605 votos apurados, ele obteve 63 votos.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Zona Aérea _____ ESCOLA DE AERONÁUTICA
(Unidade ou Estabelecimento)

CERTIFICADO DE RESERVISTA DE 2ª CATEGORIA

15
1946
Nº 003875 *

Certifico que o cidadão EMÍLIO HENRIQUE GOMEZ
da classe 1923, alistado no ano de _____ pelo município de _____
, Estado _____, e incorporado no ano de 1941, é considerado reservista de 2ª Categoria.

A) Identificação

Filho de Manoel Gomes Filho
e de Josefina Bartolli

Natural Estado Rio Grande do Sul
Município de Garinas
Cidade (lugar) _____
Data de nascimento 1. IV. 1923
Estado civil Solteiro

Profissão civil _____
Lê? Sim Escreve? Sim
Outras notas _____

Emílio Henrique Gomez
(assinatura do reservista)

B) Serviço ativo

Unidades onde serviu E.T.Av. e E.Aé. Seleção e Escola de Aeronáutica
Especialidades Q. AT-IT
Cursos de E.Téc. de Aviação, com grau 89,31
Graduação 2º sargento
Tempo de serviço Incluído a 11/VII/1941, e/ouso da E.T. Aviação
Excluído a 18/XI/1946, de acordo com a Portaria nº 111, de 9-IV-1946.

C) Mobilização

Destino de mobilização Seção Mob. n° 11
Vai residir em Brasília - Estado do Rio Grande do Sul
(Cidade, rua e número)
Na mobilização deverá apresentar-se: Emílio Henrique Gomez
(Cidade ou lugar)

BRISANDIRO DO AM - VAGDO ALVES SOUZA
Comandante

SARGENTO GOMEZ. Certificado expedido pelo Ministério da Aeronáutica em 1946.

Em outubro de 1959, Emílio Henrique Gomez foi eleito prefeito de Foz do Iguaçu pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB de Jango e Brizola, obtendo 1.550 votos; em segundo lugar ficou o candidato Pedro Soccol, colonizador de Medianeira, que somou 926 votos pela legenda do Partido Social Democrático (PSD). 3.529 eleitores foram às urnas naquele pleito.



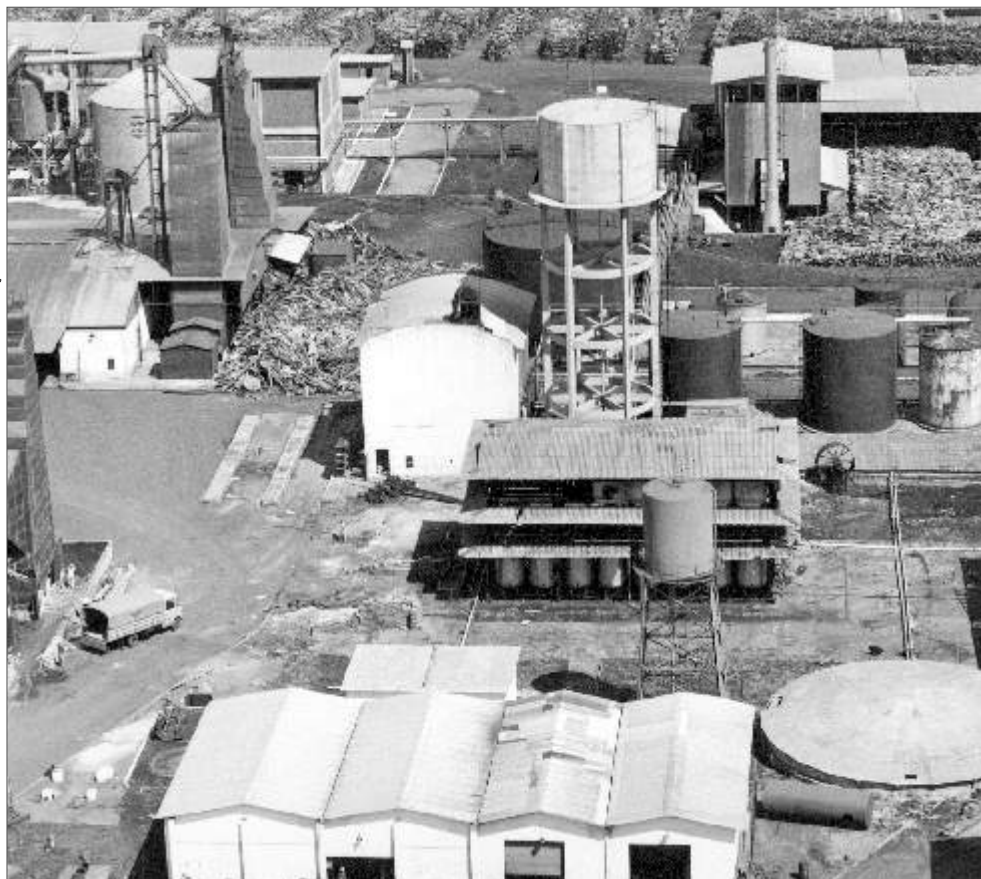
CANDIDATO A PREFEITO. Emílio Henrique Gomez discursa em um dos distritos de Foz do Iguaçu apresentando suas propostas de governo. A imagem é de 1959.

Na história de Foz do Iguaçu pouco se fala do prefeito Gomez, porque, segundo seu filho Luiz Carlos, “ele foi eleito pelos distritos e vilas, entre eles Medianeira, Matelândia, São Miguel do Iguaçu e Céu Azul”. Ali ele era realmente popular. Para muitos iguaçuenses da sede urbana, era quase um desconhecido. Durante seu mandato, que terminou em 1963, Gomez deu total apoio à emancipação político-administrativa de Medianeira e Matelândia, em 1960, e, posteriormente, de São Miguel do Iguaçu.

Após a instituição do bipartidarismo pelo regime militar, Gomez filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) e, em 1968, concorreu à Prefeitura de Céu Azul. Com o apoio da poderosa colonizadora Pinho & Terras, que tinha no comando o “fundador de cidades” Alfredo Paschoal Ruaro, tornou-se o primeiro prefeito do município.

MULTIATIVIDADES E COSMOVISÃO

No início da colonização de Medianeira, na década de 1950, Emílio Gomez, topógrafo e fotógrafo que era, desenvolveu um mapa da riqueza florestal da microrregião - infelizmente perdido o único exemplar -, que serviu para a abertura



OLEOLAR. A indústria instalada por Alfredo Ruaro, em Céu Azul, teve a participação de Emílio Gomez na montagem do maquinário. A imagem é de 1980.

de dezenas de estradas e a retirada de peroba, ipê (lapacho), cedro, angico e outras madeiras de lei.

Para o “serviço de mato” sempre andava acompanhado do um “paisano”, o argentino Carlos Saz, que usava seu “machete” (facão) para abrir picadas na floresta. Com machados e serrotes, um grupo de paraguaios vinha atrás, fazendo o trabalho pesado.

Luiz Carlos garante que seu pai foi um dos idealizadores do traçado da cidade de Medianeira, com arruamento em forma de X. Ele teria indicado também a metragem dos primeiros lotes urbanos, que deveriam ter 1.000 metros quadrados, “o espaço ideal para uma família viver bem”.

Tão logo deixou o cargo de prefeito de Foz do Iguaçu, Emílio Gomez fixou residência definitiva em Céu Azul. Funcionário das Organizações Frimesa, teve a incumbência de montar o maquinário da indústria Oleolar, que recebia soja e

transformava-a em óleo bruto e farelo. A Oleolar foi adquirida no início da década de 1980, após a falência da Frimesa, pela Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal), depois Lar Cooperativa Agroindustrial, com sede administrativa em Medianeira.

Quem conheceu Gomez nunca esquecerá da boa conversa, das piadas, das explicações científicas, das histórias - reais ou imaginárias - que contava, dos conselhos e das orientações sobre os cuidados de saúde. Foi um homem que entendia a alma humana e fez o que lhe foi possível realizar para o bem-estar das pessoas. Foi por essas e outras razões que, em 1976, o prefeito-interventor de Medianeira, Luiz Bonatto, homenageou-o com uma estrela na bandeira do município; a outra estrela homenageia o marceneiro Giácomo Ceconello.

Emílio Henrique Gomez faleceu em Céu Azul no dia em 29 de março de 1983, aos 59 anos, vítima de infarto.

BUSS: DEPOIS DA ENCHENTE EM SC, O RECOMEÇO NO PR

Família chegou a Medianeira em 1955, tangida por uma inundação que afetou casa e negócio em Trombudo Central (SC)

O catarinense Érico Buss (1922-2000) e a esposa Verônica Loch Buss (1925-2008) decidiram migrar para recém-fundada vila de Medianeira depois que uma “terrível enchente atingiu a casa e o negócio da família” em Trombudo Central (SC). No dia 20 de julho de 1955, os Buss chegaram à “nova terra” com seis filhos e a mudança. Em Medianeira nasceriam mais cinco filhos do casal. A família tinha um caminhão Ford Thames que veio carregado com móveis, colchões, as folhagens de dona Verônica e os animais: duas vacas, uma novilha, algumas galinhas e o cachorro Belinho.

“Vieram também o tio Vergílio Loch, para ajudar na construção da nossa nova casa, e o senhor Líbero Berlanda, que pegou carona para conhecer a vila e

ACERVO TERESINHA BUSS SELINKE



O INÍCIO. Medianeira em julho de 1955. Cortando a vila ao meio, a rodovia federal (futura BR-277); à esquerda, carpintaria, “república”, Hotel Lazzari e Hotel Fossá. À direita, a casa da família Breda (comércio de bebidas), que hospedou os Buss.

adiantar alguma proposta de negócio”, relatou em depoimento escrito Teresinha Buss Selinke, nascida em 1950 e terceira de uma prole de 11 irmãos.

Guardiã da memória da família Buss, ela acrescentou que alguns parentes já residiam em Medianeira. Entre eles, um irmão de Érico (Celso Buss) e um irmão de Verônica (Henrique Loch). Assim, os migrantes de Santa Catarina não partiram no escuro; tinham um rumo apontado por familiares e endossado por uma reportagem publicada em um jornal católico editado em Caxias do Sul (RS) - o “Correio Riograndense”.

A GEADA E UM CAMINHÃO NA ESTRADA

Foi “a propaganda que se fazia de Medianeira” nas páginas do periódico gaúcho, relatou Teresinha, que deu o impulso final para que a família decidisse recomeçar sua vida no Oeste do Paraná. Um texto publicado em fevereiro de 1954 apontava “as maravilhas da nova terra, vermelha e ótima para o plantio de café”.

Os Buss compraram terras na Linha Salete, providenciaram de imediato a derrubada de dois alqueires de mata (4,8 hectares) e priorizaram o plantio do café. As plantas cresceram no solo fértil, mas foram atingidas por sucessivas geadas, e a família ficou novamente no prejuízo. “O pai começou, então, a buscar nosso sustento com o caminhão, fazendo pequenos fretes e transportando pessoas até Foz do Iguaçu quando precisavam registrar os filhos ou ir ao Banco do Brasil. Também usava o veículo para levar toras de madeira derrubadas no mato até as serrarias. A mãe ajudava na renda familiar vendendo leite e manteiga”, lembrou Teresinha.

Alguns anos depois, após uma excelente safra de feijão preto, Érico Buss conseguiu dar entrada em mais um caminhão. Passou a transportar também tábuas de pinho, destinadas à exportação, até Foz Iguaçu. Sempre manteve, no entanto, um pé na agricultura e até apostou na suinocultura, chegando a comprar ações do frigorífico Frimesa. Porém, perdeu esse investimento com a falência da empresa em 1978. No final da década de 1960, o patriarca da família Buss tornou-se representante comercial de uma empresa exportadora de fumos, a Carl Leoni, que tinha sede em Ibirama (SC). Isso lhe trouxe bons resultados financeiros.

Érico e Verônica Buss sempre tiveram participação ativa na comunidade. Ele foi subdelegado de Polícia antes da criação do município e, em 1961, foi nomeado delegado, com a anuência do prefeito Ângelo Darolt. Participou também da primeira eleição municipal como candidato a vereador pela antiga União Democrática Nacional (UDN). Ficou na suplência.

“Na igreja, meus pais participaram do coro durante vários anos. Foram também responsáveis pelas novenas em preparação à festa da padroeira - Nossa



JANEIRO DE 1965. A partir da esquerda, Teresinha, Sérgio, Nilza, Célio, mãe Verônica, pai Érico, Alcides, Dolores e Miriam Buss. Em primeiro plano, as pequenas Margaret, Iolanda e Lenisse. O caçula Gilberto ainda não era nascido.

Senhora Medianeira. E foi meu pai Érico quem levou, em seu caminhão Thames, a imagem de São Cristóvão, na primeira festa dedicada ao padroeiro dos motoristas, em 1956”, contou Teresinha.

NASCE UMA PROFESSORA

Os filhos mais velhos do casal tomaram novos rumos em busca de qualificação profissional. Em 1969, Alcides - que mais tarde ficaria conhecido como poeta nos meios acadêmicos -, começou a cursar Letras, e Teresinha, Matemática. Foram alunos da Univille, em Joinville (SC).

Em 1971, Teresinha, ainda acadêmica, deu os primeiros passos no magistério. Chegou a dar aulas para pessoas mais velhas e para turmas com mais de 50 alunos. Na faculdade, conheceu o futuro marido, Alberto Selinke Jr., que era seu colega de turma. No último ano do curso, 1972, casaram na Catedral de Joinville. Todos os Buss compareceram para prestigiar a cerimônia. Afinal, era o primeiro casamento na família.

Formada em Matemática, com habilitação em física e desenho geométrico, Teresinha retornou a Medianeira com o marido. “Eu assumi aulas de matemática no Colégio Estadual João Manoel Mondrone e meu marido passou a lecionar a mesma matéria na Escola Normal Helen Keller”, relatou. A reforma educacional no final dos anos 1970 priorizou a abertura de cursos profissionalizantes em



LAZER. Piquenique no “pastinho” onde seria construído o Colégio Costa e Silva. Érico e Verônica com seus nove filhos, em 1961. Na sequência nasceriam mais dois.



GANHA-PÃO. Caminhão Mercedes Benz de Érico Buss carregado com fumo. Na imagem, datada de 1972, aparecem Teresinha, seu marido Alberto Selinke e a irmã Dolores. O motorista é Valdir Bruschi, à direita, de boné.



PROFESSORA. Teresinha Buss no início da década de 1970, aos 22 anos.

nível de Ensino Médio. A Escola Normal Colegial Hellen Keller, que a princípio funcionava no mesmo local que a Escola Costa e Silva, necessitava de mais espaço para se adequar às mudanças educacionais e, por esse motivo, em 1978 foi transferida para uma ampliação da Escola Olavo Bilac. “Foram criados os cursos Básico em Saúde e Básico em Agropecuária, e o Normal passou a ser Magistério”, relatou Teresinha.

Todos os alunos teriam aulas de física a partir do segundo ano, e ela assumiu essa matéria. Em 1980, quando o governo do Estado abriu concurso público para o magistério, a professora se inscreveu e passou. Foi designada para o Colégio Mondrone e logo cedida ao Hellen Keller para continuar com as aulas de física, agora para um número maior de alunos.

Em 1981, o Ensino Médio foi transferido para o Mondrone sob o argumento de que era preciso construir um laboratório para validar os cursos profissionalizantes, e no Olavo Bilac não havia espaço para isso. Houve protestos. Políticos garantiram que a Escola Helen Keller “não seria esquecida”, mas a promessa não se concretizou. O estabelecimento deixou de existir. E também ficou no esquecimento histórico, restando somente alguns recortes de memória. “Foi uma pena”, lamentou Teresinha.

A professora evocou com uma ponta de saudade os festivais folclóricos que aconteciam na cidade. O primeiro foi realizado no ano de 1976, com participação

ACERVO TERESINHA BUSS SELINKE



SÃO CRISTÓVÃO. Desde 1956, a população de Medianeira participa da procissão de São Cristóvão, padroeiro dos motoristas. Naquele ano, a imagem do santo foi conduzida por Érico Buss. A foto mostra uma das edições da festa na década de 1960.

de todas as escolas da cidade e também de municípios vizinhos, como Cascavel e Foz do Iguaçu. Era o maior evento cultural da região, contando com o apoio da Secretaria Estadual de Cultura. “Deixou saudades, apesar do grande trabalho, voluntário, que nos cabia”, diz Teresinha. O último festival aconteceu em 1982, no mandato do prefeito Ivo Antônio Da Rolt. “Os festivais deixaram de ser realizados anualmente por motivos políticos. A rivalidade política da época afetava até mesmo a cultura”, lamentou.

Depois de aposentada, Teresinha passou a dedicar grande parte de seu tempo à Igreja Católica. Voluntariamente. Coordenou equipe de liturgia, ministrou aulas no Seminário Diocesano de Medianeira, fez formação para ministra de Eucaristia e foi coordenadora dos ministros da Igreja Matriz. Chegou a atuar, durante quatro anos, na equipe diocesana de pastoral, compromisso que a obrigava a deslocar-se uma vez por semana até Foz do Iguaçu.

REALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Teresinha Buss Selinke estima que, ao longo de sua trajetória no magistério, ministrou mais de 35 mil aulas. Foram 28 anos de trabalho. Além do Colégio Mondrone, lecionou também no CEFET, no Colégio Posialfa e na Facemed - Faculdade de Medianeira, e deu aulas particulares.

“O magistério é o que mais nos realiza profissionalmente; porém, não podemos esperar realização financeira. Saber que fui responsável por muitos alunos terem tido a coragem de encarar uma faculdade naquele tempo em que era preciso ir para outro centro estudar, me deixa realizada. Tenho a certeza de que fui um anjo para muitos alunos”, finalizou.



UNIÃO. Érico e Verônica Buss em 1976: pioneiros de Medianeira.

QUANDO AS MADEIREIRAS DESFILAVAM PELA AVENIDA

Caminhões carregados com toras de ipê, peroba e canafístula arrancavam aplausos em datas cívicas. Vivia-se o ciclo da madeira

Durante mais de 30 anos - de 1950 até o início de 1980 -, pelo menos oito serrarias ou madeireiras detinham grande parte do poder econômico e da geração de empregos em Medianeira. Foi o ciclo da madeira no município. Matéria-prima não faltava. A Mata Atlântica era rica em madeiras de lei de alta qualidade. Destacavam-se as gigantescas perobas, os ipês roxos (também chamados de lapachos pelos paraguaios), canafístulas das lindas flores amarelas, marfim, angicos, cedros, guajuviras e cabriúvas.

Quem trabalhava nas serrarias, ou para elas, enfrentava uma tarefa pesada. Antes das motosserras, árvores eram derrubadas praticamente “no muque”. Gol-

ACERVO VENICIO CARRER



PARA A HISTÓRIA. Funcionários da madeireira Irmãos Darolt, a maior de Medianeira, reunidos em 1965. À direita, no alto (vestindo camisa clara), Venicio Da Roli Carrer, que arrendava áreas de mata a serviço da empresa para a retirada de madeiras.

pes de machado abriam uma cunha no tronco e direcionavam, assim, o tombo da árvore; depois, entrava em ação uma serra topiadora manejada por dois homens de braços fortes. A queda da árvore produzia um estrondo espetacular. Muitos peões não se continham e gritavam de alegria.

O tronco era dividido em toras menores, arrastadas por juntas de bois, no início da colonização. Depois, passaram a ser carregadas com o uso de bimbarras em caminhões das marcas Chevrolet ou Mercedes. Pronto. O que restava do mato era queimado para a formação de lavouras. Muita madeira de boa qualidade virou cinzas, ou pela grande oferta ou pela enorme dificuldade de ser retirada.

Venício Da Roli Carrer, catarinense de Orleans nascido em 1942, migrou para Medianeira em 1958 e durante muitos anos atuou no serviço de “arrendamento de mato para a retirada da madeira”, empregado que era da empresa Irmãos Darolt. Ele relatou em 2021, sentado na varanda de sua casa construída com encaixes de peroba, que a partir de 1969 até meados de 1984 vasculhou muitas matas nos municípios de Medianeira, Serranópolis, Missal e Diamante D’Oeste, sempre à procura de toras.

“Conheci a região como a palma da minha mão. Devo ter intermediado o arrendamento de mais de 20 áreas de florestas. Lembro-me da Fazenda Mineira, localizada na divisa de Medianeira com Missal, próxima ao Rio Ocoy; ali negocieei 115 alqueires (278 hectares) de mato, o que deve ter rendido cerca de 8 mil metros cúbicos de madeira serrada. A madeireira Darolt serrava em média 550 metros cúbicos de madeira por mês, resultado do trabalho de aproximadamente 110 funcionários. O que foi retirado, abasteceu a empresa com matéria-prima durante mais de um ano”, disse Carrer.

Na época, Carrer fez o que era possível e permitido. No entanto, avaliando o desmatamento acelerado na Amazônia e em outras regiões do Brasil, desabafou como alerta: “Eu estou pobre. Acho que é um castigo pela quantidade de árvores que derrubei”.

LOCOMÓVEL, MUITA FUMAÇA E DESFILE

Nas serrarias usava-se o locomóvel, máquina a vapor automotora que movimentava serras, plainas e circulares. “Era só buscar toras no mato e levar para a ‘fita’, como se chamava, e transformar em tábuas, caibros, vigamentos, barrotes, palanques, esteios e cortes de madeira bruta, muito usados na construção de galpões, chiqueiros e mangueiras... De todas as madeiras, uma se destacava, a canafístula: por ser oca, era bastante usada na construção de bueiros e por isso fazia a alegria de prefeitos e vereadores”, contou Agenor Merlo, um gaúcho de Lajeado que em 1969 passou a ser chefe de funcionários da madeireira Irmãos Darolt, permanecendo na empresa até 1985.



DESFILE PÁTRIO. Caminhões da madeireira Irmãos Darolt preparados para o desfile de 7 de setembro de 1976. As imensas toras, devidamente identificadas, eram uma atração.



PROGRESSO. Serragem e cavacos descartados eram queimados em fornos próprios. A fumaça era símbolo de desenvolvimento.



TROFÉU. Agenor Merlo junto a um tronco de ipê roxo que mediu 22 metros de tora corrida. A imagem é de 1976.



UTILIDADE. Toras ocas de canafistula eram utilizadas na construção de bueiros, que chegavam a durar mais de 20 anos. A imagem é da década de 1970.

Merlo, comunicativo que era, também ajudava na preparação dos caminhões carregados de madeira que desfilavam pela Avenida Brasília, em Medianeira, a cada 7 de setembro, no início dos anos 1970. Ele relembrou que em 1976 foi derubado um ipê gigante - retirado de uma propriedade rural em Linha Santa Cruz, no município de Santa Helena -, que, nas suas contas, “mediu 22 metros de torra corrida e, para transportá-la, foram usados três caminhões Chevrolet Brasil e Mercedes Benz. Na ‘fita’, o ipê rendeu cerca de 20 metros cúbicos de madeira de primeira qualidade”. Não só isso. “Essas toras foram devidamente preparadas, identificadas e desfilaram, sob aplausos, como era costume, triunfalmente no Dia da Pátria”, observou Édolo Da Rolt, um dos sócios da madeireira.

Quem era criança no auge das madeireiras não esquece das brincadeiras nas pilhas de serragem ou maravalha. “Era bonito ver a gurizada se entretendo nos montes de serragem, escorregando, abrindo tocas, pulando e se escondendo”, contou o engenheiro agrônomo Vitor Hugo Zanella. Outra marca das madeireiras era o forno com sua chaminé. O que sobrava do corte - maravalha, serragem e cavacos -, sempre tinha o mesmo destino: o fogo. As chaminés soltavam uma densa e preta nuvem de fumaça, que na época tinha um único significado: progresso.

PRODUÇÃO EM GRANDE ESCALA

A madeireira Irmãos Darolt foi a maior de Medianeira, segundo relato de pioneiros. As atividades começaram em 1961 com uma sociedade formada pelos



MEMÓRIA. Agenor Merlo e Venício Da Roli Carrer em 2021. Funcionários de madeireiras, eles foram testemunhas privilegiadas do ciclo que movimentou a economia de Medianeira.

irmãos Caetano Celeste e Ângelo - este, na época, prefeito de Medianeira. Em 1967, a empresa passou a ser Irmãos Da Rolt*, formada por Caetano, Ivo (que viria a ser prefeito-interventor de Medianeira em 1982), Edmar e Édolo Da Rolt, e com uma pequena participação do empresário Wadis Dall Oglio.

Além dos cortes tradicionais, a empresa passou a investir em peças de madeira mais elaboradas, personalizadas, para atender a demanda regional e também os Estados de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Sergipe e Rio Grande do Sul. “Eram fabricados parquet, assoalhos, forros, paredes internas e externas, e lambri, tudo sob medida, para o encaixe rápido”, registrou Denise Da Rolt, viúva de Ivo Da Rolt, em depoimento escrito.

Mas o grande sucesso das peças de madeira foi quando empresa passou a fornecer cortes de ipê para a fabricação de cabos de facas da empresa Metalúrgica Tramontina, de Caxias do Sul (RS). “Na mesma época, na década de 1970, também fornecemos madeira para a indústria naval do Rio de Janeiro e chegamos exportar alguma coisa para a Argentina”, relatou Édolo Da Rolt.

Depois de desativar as atividades em Medianeira, em 1985, a madeireira teve continuidade em Brasnorte, no Estado de Mato Grosso, até fechar as portas, definitivamente, em junho de 1990.

* O sobrenome Darolt não constava nos registros de italianos emigrados para o Brasil. Existia Da Rolt. Para conseguir a cidadania italiana, a família deixou de assinar Darolt e ficou com Da Rolt.



FROTA. Caminhões da empresa Sadi Signore Cia. Ltda. carregados com toras de ipê e peroba, prontos para o desfile de 7 de setembro em Medianeira. A imagem data de 1972.

SIGNORE OCUPA ESPAÇO COM FROTA PRÓPRIA

A madeireira “do Sadi”, como ficou conhecida a empresa Sadi Signore Cia. Ltda., surgiu com força em 1966. Era formada pelos irmãos Delfino, Sadi e Antônio Signore Primo, eles que haviam migrado do município de Espumoso (RS) para a localidade de Rincão Torcido (PR), depois Santa Izabel do Oeste, e finalmente para Medianeira. As madeiras eram as tradicionais - ipê, peroba, marfim e outras; as “fitas”, tocadas por locomóvel.

A princípio, as toras eram recebidas no pátio de empresa localizada no bairro São Cristóvão. Depois, a madeireira comprou 10 caminhões e passou a buscar a matéria-prima nas propriedades rurais. “Isso nos ajudou bastante, pois os funcionários eram bem treinados”, comentou Antônio Signore Primo, que nasceu em 1941 em Espumoso (RS) e chegou ao Oeste paranaense em 1966.

A empresa chegou a ter 80 funcionários que trabalhavam muitas vezes em dois turnos e respondiam por uma produção mensal de 500 metros cúbicos de madeira. A serraria deixou de existir em 1977 e em seu lugar surgiu, na década de 1990, a Tropical Madeiras, que passou a operar como depósito de madeiras brutas e beneficiadas, todas oriundas de reflorestamentos. A Tropical continua em pleno funcionamento até hoje.



FESTA. Confraternização de madeireiros amigos de Sadi Signore (ao centro, com a garrafa erguida). A churrascada foi realizada por volta de 1968 no bairro São Cristóvão, onde anos depois passaria a funcionar a Tropical Madeiras.



MORADIA. Tanto na cidade como no interior de Medianeira ainda são centenas as casas construídas com madeiras nobres, feitas no capricho, que resistem à passagem do tempo.



O QUE RESTOU. Em pequenas reservas florestais, em Medianeira, ainda é possível encontrar perobas. A imagem foi captada em 2021 no Bosque Sepé Tiaraju, situado no Bairro Nazaré.

NO TEMPO DO PALMITO ABUNDANTE

Palmitos Ivaí chegou a processar 25 toneladas/mês da espécie juçara. Foi a primeira indústria de enlatados de Medianeira

Waldemar Correa Produtos Alimentícios Ltda., ou Palmitos Ivaí, ou ainda “Palmiteira”, pode ser apontada como uma das primeiras indústrias de Medianeira, ao lado de serrarias e alambiques de hortelã. A “Palmiteira” começou a operar em uma área do atual bairro Ipê por volta de 1958. Não existe literatura sobre a empresa. Existem alguns recortes de memória oral.

Maria Deola, nascida em 1945, é uma delas. Ela trabalhou na indústria durante cinco anos. “Eu era uma menina, tinha apenas 13 anos, quando entrei na fábrica”, explicou em entrevista ao autor em sua residência no bairro Ipê, Medianeira, em outubro de 2020.

FOTOS: ROBERTO MARIN



MEMÓRIA. Maria Deola e Febraro Périco, ex-funcionários da “Palmiteira”: recordações da indústria que operou em Medianeira no período de 1958 a 1971.

Em 1960, um incêndio destruiu as instalações da “Palmiteira”. Tudo foi perdido. Uma nova planta industrial surgiu na saída de Medianeira para Missal, nas proximidades do Rio Alegria.

Febraro Périco, também nascido em 1945, trabalhou no novo endereço como auxiliar de produção. Foi por pouco tempo, mas ele se lembra que o recebimento de palmito, o de primeira, do tipo juçara, era de aproximadamente “mil quilos por dia, ou 25 toneladas por mês, no auge da produção”. Isso na década de 1960.



TESTEMUNHA. Ainda adolescente, Dilce Genari foi secretária da indústria de 1963 a 1971.

UM PAULISTA NO COMANDO

Waldemar Correa, o dono da empresa, residia em São Paulo e de lá administrava seus negócios no interior do Paraná. A comunicação era feita por rádio. A matriz estava localizada em Toledo, com filiais em Formosa do Oeste, Medianeira, Guaraniaçu, Mato Grosso e também no Paraguai.

Dilce Genari era adolescente quando conseguiu emprego na fábrica como secretária. Ali trabalhou de 1963 a 1971, ingressando posteriormente no magistério. Ela relatou em depoimento escrito que a Palmitos Ivaí comercializava sua produção em latas de meio quilo e um quilo. Em 1963, a “Palmiteira” reunia de 20 a 30 funcionários. Os palmitos - abundantes em toda a região -, chegavam a Medianeira das mais variadas formas: transportados em cavalos, carroças, caminhões e até no ombro das pessoas. “Não importava o meio de transporte, o importante era ter a matéria-prima”, registrou a ex-secretária.

Segundo Dilce, duas pessoas foram muito importantes na trajetória da fábrica, dois homens de confiança: “Nego Célio” e “Dedé”, como eram popularmente conhecidos, sem sobrenome. Os dois foram gerentes da filial de Medianeira. “Eram pessoas muito competentes e muito queridas por todos”, relatou Dilce, irmã do ex-prefeito de Toledo e ex-deputado estadual Duílio Genari, que sempre teve expressiva votação em Medianeira e somou sete mandatos consecutivos.

Em agosto de 1969, a razão social foi alterada para Indústria e Comércio de Conservas Ivaí Ltda. Dois anos depois, encerraria suas atividades. Ao contrário do que se chegou a comentar na época, “a empresa estava dentro da lei, pagando os devidos impostos, funcionários recebendo salários em dia. Muita gente contou tempo de serviço para se aposentar. Mesmo estando com tudo certo perante as leis, a



CHEFIA. “Nego Célio”, assim era chamado, foi o gerente da Ivaí por mais de uma década. Descrito por quem o conheceu como homem de fino trato com os funcionários. À direita, grupo de colaboradores reunidos diante da indústria em 1963.



RESTOS. O que sobrou da primeira “Palmiteira” depois do incêndio, em 1960. Entre as moças, à esquerda, a mais alta é Maria Deola.

fábrica foi obrigada a fechar as portas por falta de matéria-prima”, escreveu Dilce. O tempo do palmito, na forma primária de extrativismo, havia acabado. Com o avanço da mecanização agrícola e da monocultura da soja, os proprietários de terras derrubavam as matas sem se importar muito com a presença de palmeiras das quais é extraído o “miolo” que leva o nome de palmito. Assim, a fábrica ficou sem sua fonte de matéria-prima e encerrou as atividades no Paraná, rumando para a região Norte do Brasil. Isso foi em 1971.



ABUNDANTE. O palmito juçara existia em praticamente todo o Oeste do Paraná. Em Medianeira, ainda há muitos quintais e lotes baldios ornados com belas palmeiras.

A FUMAÇA QUE SUSTENTOU A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL

O cultivo de tabaco foi uma importante fonte de renda durante pelo menos três décadas

Muitos sulistas que chegaram ao Oeste paranaense na década de 1950 tinham razoável conhecimento técnico sobre a cultura do tabaco. Precisavam apenas de algum apoio financeiro e infraestrutura mínima para deslanchar a atividade. Em 1963, a empresa Souza Cruz implantou na região um sistema integrado de produção de tabaco Comum (depois vieram a variedades Borley, Virgínia e Dark), oferecendo assistência técnica, financiamentos e um posto de compras em Toledo (PR).

O plantio do fumo era feito nas chamadas “terras novas”, depois de derrubado e queimado o mato. Os produtores usavam apenas inseticida para controlar as pragas na lavoura. A empresa compradora - no caso, a Souza Cruz - financiava

ACERVO LOTARIO FISCHBORN



DIA DE CAMPO. Grupo de fumicultores participa de aula a céu aberto ministrada pelo técnico Lotario Fischborn (quinto a partir da esquerda) em uma pequena propriedade rural na década de 1970, no interior do município de Medianeira.



“TROCAR DIAS”. Construção de um galpão de tabaco, no interior de Medianeira, na década de 1970. O trabalho em regime de mutirão era habitual na fumicultura.



NA BOLEIA. Hildebrando Antonio (à direita, junto ao caminhão) fazia o transporte de fardos de fumo de Medianeira até Rio Negro. A imagem é de 1968.

a construção de galpões via sistema bancário, tornava-se fiadora do investimento e assumia os juros do empréstimo. Os prazos variavam de três a quatro anos para o produtor pagar a dívida. Os agricultores utilizavam o galpão para curar o tabaco e, no pós-safra, para guardar outros produtos oriundos de suas lavouras - em geral, milho, trigo e feijão.

DIA A DIA

“Depois do frio, durante quatro meses, de setembro até início de janeiro, toda a família estava envolvida na cultura do tabaco. Primeiro, fazia-se o canteiro de mudas; depois, acontecia o plantio manual muda por muda, pé por pé. Também era preciso limpar a lavoura com a enxada ou envergar com uma junta de bois. Quando a planta do tabaco começava a colocar flor, muito bonita, acontecia o desponte, manejo indispensável para que as folhas ficassem grossas e vigorosas, o que renderia uma boa classificação e um excelente preço”, descreveu o fumicultor Roque Dametto, com a experiência de quatro décadas “mexendo com tabaco” na comunidade de Ouro Verde, em Medianeira.

Quando as folhas de tabaco começavam a amarelar, os pés eram cortados e pendurados no galpão. Com as folhas secas, esperava-se o tempo úmido para despencar, classificar, enfardar e carregar a produção. Em Medianeira, um dos principais transportadores era Hildebrando Antonio (1944-2021), que semanalmente despachava caminhões carregados com 10 toneladas de fardos de fumo cada um até o município de Rio Negro (PR). Lá, a produção medianeirense era industrializada.

“No plantio, no corte, no galpão, na folga do pega, era bonito ver duas ou três famílias tomando mate, comendo uma ‘cueca-virada’, contando causos, escutando rádio de pilha e a gurizada brincando, dentro do galpão ou embaixo de uma sombra”, lembrou o agricultor Ildo Domingos Centenário, ele que trabalhou na cultura do fumo durante 29 anos em Ouro Verde. Era o sistema de “trocar dias”, em regime de mutirão. As famílias se reuniam “para adiantar o serviço não só no fumo, mas em outras atividades, como hortelã, milho, suinocultura e gado de leite, e depois devolviam os dias trabalhados, tudo na confiança”, recordou Centenário.

ATIVIDADE RENTÁVEL

O cultivo do fumo acompanhou pequenos agricultores, que tinham entre quatro a seis hectares, por décadas. Não precisavam mais que 1,2 hectare para obter uma produção média de 2.500 quilos, ou 166 arrobas. “O cultivo do tabaco sempre deu dinheiro”, escreveu em suas memórias Lotario Guenter Fischborn, que foi um dos primeiros técnicos da Souza Cruz na região de Medianeira. Segundo ele, “os produtores tinham confiança na cultura, pois sempre foi um comércio que teve pagamento à vista, com frete pago pelas empresas compradoras”.



REFERÊNCIAS. Lotario Fischborn (esquerda) tornou-se técnico a serviço da Souza Cruz em 1966. Roque Dametto (direita), da comunidade de Ouro Verde, interior de Medianeira, mostra como se desponta a flor do tabaco. Tarefa que realizou durante mais de 40 anos.

Lotario calcula que até o início dos anos de 1980, “mais de 80% da população rural tinha na cultura do tabaco a principal fonte de renda”. Com a mecanização da agricultura, o predomínio do binômio soja-milho, as campanhas contra o cigarro e o mau uso ou abuso de defensivos agrícolas na fumicultura, o tabaco foi perdendo espaço a partir dos anos 2000.

Mas, acabar, não acabou. Na avaliação de Lotario, “a produção de tabaco fez e faz parte da diversificação das culturas no campo, e foi decisiva para o desenvolvimento das pequenas propriedades agrícolas na região”.

LIVRO REGISTRA A CULTURA

♦ A jornalista Patrícia Gallas Buche escreveu “Sob a Fumaça da Existência”, sem editora, 2015, obra que retrata o dia a dia de famílias que há décadas vivem da cultura do tabaco na microrregião de Missal. Os pais da autora, Nivaldo e Regina Buche são produtores de fumo na localidade de Cabeceira do Cedro.

♦ Patrícia destaca o trabalho braçal-familiar e os prejuízos com as intempéries climáticas. E também denuncia os traumas dos colonos que deixaram o campo e, quando muito, foram beneficiados por um programa habitacional, recebendo “uma casa de moradia, construída no meio do nada”.



♦ A autora se despiu da vida urbana, das suas vaidades, crenças, superstições, ideologias e sonhos, e passou, novamente, a habitar e a entender o mundo dos outros, dos produtores de tabaco, que também foi o seu mundo.

ROBERTO MARIN



TABACO. Gerações de pequenos produtores não enriqueceram, mas viveram relativamente bem com os ganhos da lavoura de fumo.

AS ORGANIZAÇÕES FRIMESA E O FRIGORÍFICO MEDIANEIRA

Unidade industrial deu visibilidade a Medianeira. Colocou o município no mapa da economia paranaense já nos anos 1960

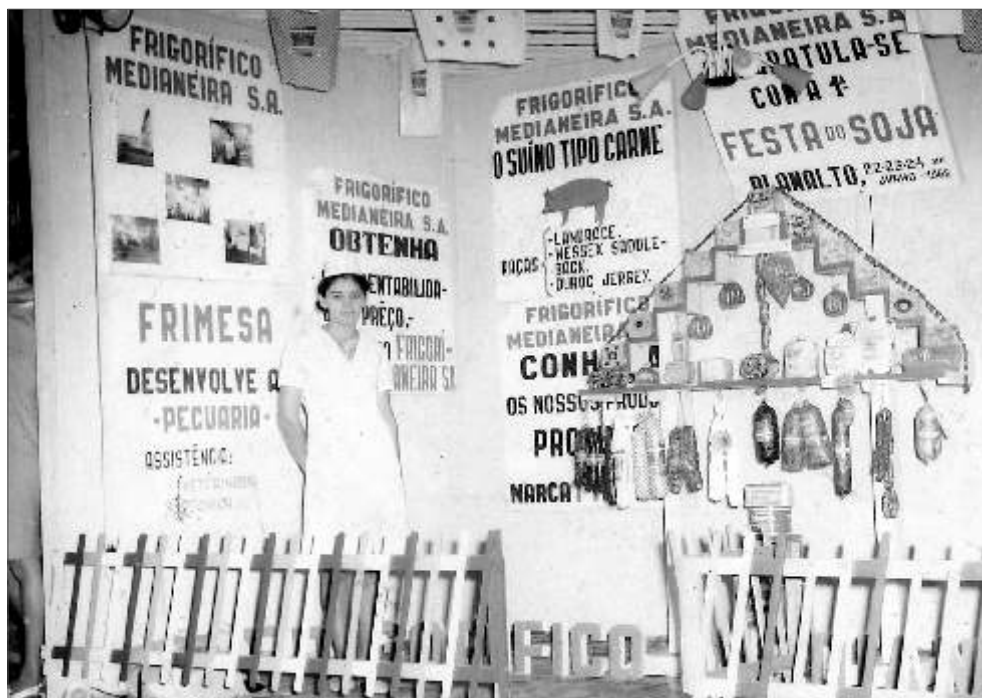
Organizações Frimesa foi um conglomerado agroindustrial e comercial que a seu tempo, na década de 1960 e parte dos anos 1970, foi o mais importante empreendimento empresarial do Oeste paranaense. Constituído em 1959 sob a presidência de Alfredo Paschoal Ruaro, que era também acionista majoritário da colonizadora Pinho & Terras (com sede em Céu Azul), o grupo tinha no Frigorífico Medianeira S/A, instalado na cidade homônima, a sua principal unidade industrial.

Além de Ruaro, estavam no comando das Organizações Frimesa os diretores Egon W. Bercht, Adair Tomasetto e Carlos Pacchioni. Ao frigorífico somaram-se no decorrer dos anos mais cinco empresas: Oleolar S/A Indústria e Comércio de

ACERVO MAURO TOMASETTO



INÍCIO. Imagem datada de 1964, quando as obras do frigorífico estavam praticamente concluídas. O abate começou em janeiro de 1965. Ao centro, o diretor Adair Tomasetto.



EXPOSIÇÃO. A funcionária Maria Faccin Cappellari divulga os produtos do Frigorífico Medianeira na Festa da Soja em Planalto (PR), em 1968.

Óleos Vegetais, instalada em Céu Azul; Armazéns Gerais Medianeira Ltda., com sede na cidade homônima; Frigorífico Rondon S/A, com sede em Marechal Cândido Rondon; CIRSA Indústria e Comércio de Rações S/A, sediada em Cascavel; e Distribuidora de Alimentos Frimesa S/A, com sede em Medianeira.

“Frimesa: em ritmo de Oeste grande”, alardeava o título de duas páginas institucionais sobre as atividades do Frigorífico Medianeira S/A publicadas no primeiro número da revista “Mosaicos”, em 25 de julho de 1975. O frigorífico - informava o texto - “situa-se entre as 5 primeiras indústrias do gênero no país”, reúne 313 funcionários e oferece a seus colaboradores 103 habitações funcionais, além de assistência social e local para a prática de desportos.

Na edição seguinte de “Mosaicos”, datada de julho de 1976, um gráfico intitulado “Às vezes os números dizem mais do que palavras” mostrava a ascendente evolução das atividades da empresa no período de 1965 até 1975. Os dados relativos a 1975 eram surpreendentes. Naquele ano, a maior agroindústria do Oeste paranaense abateu nada menos que 192.478 suínos, 528.074 aves e 1.100 bovinos. Nas contas do médico veterinário Milton Bortolini, considerando-se 260 dias úteis de trabalho, a média diária de abates foi de 740 suínos, 2.000 aves e quatro bois. “Para a época era muita coisa”, comentou Bortolini em 2021, observando que “os porcos abatidos pesavam igual ou mais que 150 quilos, porque era preci-



ORGULHO. Carro alegórico do Frimesa no desfile de 1975, quando Medianeira comemorava 15 anos de emancipação político-administrativa.

so produzir banha”. Verdade. “Naquele tempo, o quilo de banha valia mais que o quilo de pernil”, explicou Elias Zydek, diretor-executivo da Frimesa Cooperativa Central, em junho de 2021.

O *portfólio* de produtos do frigorífico era composto por salame tipo italiano, fiambre sortido, salaminho, dois tipos de mortadela, copa, pasta de fígado, linguças siciliana e camponesa, calabresa, queijo de porco, torresmo, charque de boi, salsicha, banha e sabão, além de cortes *in natura*.

Para construção da unidade, já em 1954 a Sociedade Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., colonizadora de Medianeira, havia reservado uma área de aproximadamente 10 alqueires. As obras tiveram início em 1961, com projeto do engenheiro civil italiano Maximiliano Cremonese. Quatro anos depois, em janeiro de 1965, o frigorífico começou a operar com o abate de 35 suínos/dia.

Maria Faccin Cappellari, nascida em 1945, participou desse momento. Foi a primeira mulher com carteira assinada na empresa. “Para abater 35 cabeças diariamente, éramos dez funcionários. Depois, passei a trabalhar no setor de vendas e, finalmente, como divulgadora da empresa. Sempre que vinha uma excursão, principalmente do Rio Grande de Sul, o pessoal visitava primeiro as Cataratas e, em seguida, o frigorífico Frimesa. Todos queriam conhecer. Eu mostrava os



FUNCIONÁRIOS. Cestílio Felini (na foto, com familiares) realizou o primeiro abate. Pedro Tonin contava ter ouvido “o primeiro (1965) e último grito do porco (1978)” na indústria.

produtos com degustação, em geral aos sábados e domingos”, contou Maria em dezembro de 2002, em entrevista ao jornal “Mensageiro”. Em 1968, o frigorífico participou pela primeira vez de uma exposição-feira. Foi no município de Planalto (PR) e Maria foi destacada para o atendimento no estande.

O pioneiro medianeirense Cestílio Felini “executou o primeiro sangramento”, segundo contou sua filha Nailor, em 2021. O contador era Armando Polita, que viria a ser prefeito de São Miguel do Iguaçu (gestões 1986-1988; 1997-2004 e 2009-2012). Pedro Tonin respondia pelo setor de recursos humanos e disse ter ouvido “o primeiro e o último grito do porco, em 1965 e 1978, respectivamente”. Gilmar Vencatto foi gerente de produção e deixou para a posteridade um manuscrito com o receituário dos produtos do frigorífico.

EMPRESA À FRENTE DO SEU TEMPO

Quando Medianeira completou 16 anos de emancipação, em 1976, os diretores do Frigorífico Medianeira fizeram divulgar mensagem que dizia: “Ser pioneiro não é apenas chegar antes. É saber enxergar o futuro possível e trabalhar para transformá-lo no presente concreto. É criar certezas em lugar de dúvidas. É acreditar no futuro enquanto ainda é semente”. Uma das marcas de vanguarda foi a instalação de uma pequena hidrelétrica, com barragem e turbinas no Rio



NA CONTABILIDADE. Armando Polita e a esposa Nailor. Ele foi o primeiro contador do frigorífico. Ela é filha de Cestilio Felini, o funcionário que sangrou o primeiro suíno em 1965.

Alegria, para garantir o fornecimento de energia elétrica à unidade industrial. As obras começaram em 1961, sob a responsabilidade do engenheiro Maximiliano Cremonese, que chefiava uma equipe de 25 operários.

Virginio Vanzetto foi um deles. Em entrevista ao jornal “Mensageiro” (edição de 29 de abril de 2004), ele afirmou que a barragem apresentava “uma altura de seis metros de pedras encaixadas, tendo somente uma cinta de concreto no alto, comprimento de aproximadamente 90 metros, e um lago com extensão de ~~800~~ros”.

Segundo Vanzetto, a capacidade de geração de energia era em torno de 80 kVA, “o que daria para iluminar tranquilamente cerca de 100 casas na cidade”, potência essa confirmada pela engenheira elétrica Milena Maidana, que fez o cálculo levando em consideração a ausência de eletrodomésticos nas residências, naquela época. Mais tarde, dado o aumento do abate, houve a necessidade de instalar adicionalmente dois geradores, que eram acionados por locomóveis a vapor. Vanzetto e outros também construíram a gigantesca chaminé que passou a ser o símbolo do desenvolvimento de Medianeira. Tanto a hidrelétrica quanto os geradores foram desativados no início dos anos 1980.

O frigorífico deu visibilidade a Medianeira. Colocou o município no mapa



HIDRELÉTRICA. Detalhe da barragem construída no Rio Alegria. A obra teve início em 1961 e a geração de energia começou três anos depois, com capacidade de 80 kVA.

da economia paranaense. Antes do ciclo da soja, a suinocultura era a principal atividade dos agricultores da região. E tinham onde vender. Medianeira recebia cargas de suínos de vários municípios do Oeste e Sudoeste do Paraná. Isso gerava empregos e renda, e dava impulso também ao crescimento demográfico.

Em 1960, Medianeira contava 5.732 habitantes, incluindo as vilas de Flor da Serra, Jardinópolis e Missal. Já o censo de 1970 registrou 31.378 habitantes no mesmo espaço geográfico - um crescimento de 547%. Na década de 1980, com o frigorífico sob nova administração (Sudcoop - Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda.), a população saltou para 49.361 habitantes, configurando um crescimento de 157%; os distritos ainda pertenciam a Medianeira.

E O PIOR CHEGOU

Os rumores de que o Frigorífico Medianeira S/A estava em dificuldades financeiras começaram a circular em 1976 e foram confirmados em 23 de novembro de 1977, quando a empresa ingressou na Justiça com um pedido de concordata preventiva. O juiz Vicente de Paula Xavier, da Comarca de Medianeira, acolheu o pedido e nomeou o advogado Ressoly Ferreira dos Santos para ser o comissário da concordata. Durante meses o advogado vasculhou e confrontou a documentação contábil da empresa, solicitou o parecer de auditores independentes e em outubro

61

Salame Tipo Italiano 1ª

	DÉBITO	CRÉDITO	D/C	SALDO
180 Kgr.	Carne Suínos	de 8-10 milímetros moida		
30 "	"	Boi moida 5 milímetros		
40 "	Foucinho	Picado Maquina		
8.500 gr.	Sal	Verde e 8K no inverno		
300 "	Açúcar			
250 "	Pimenta do Reino ou Branca			
200 "	Salitre	(ou Pó Ungaro 300 por kg)		
150 "	Nóscada	(ou Rúscada 600 gr)		
200 "	Alho			

250K B.

RECEITA. Assim se fabricava salame italiano. O gerente de produção Gilmar Vencatto deixou para a posteridade um manuscrito com o receituário dos produtos Frimesa.

de 1978 concluiu que estava diante de uma imensa fraude. Em seu relatório ao juiz, Ressoly desmascarou os diretores do Frigorífico Medianeira, acusando-os de adulterar balancetes com o objetivo de obter novos créditos bancários. Segundo ele, faziam uso “de meios ruinosos para obtenção de empréstimos bancários, ou sucessivas reformas de contrato de hipoteca, dando, inclusive, em garantia, imóveis já compromissados por terceiros, na sua maioria totalmente pagos, forjando lucros para engordar credores e bancos”. O advogado apontou que no exercício de 1976 o Frigorífico Medianeira relatou um aumento de capital de 8,17 milhões de cruzeiros, quando, na realidade, os prejuízos já somavam 44,22 milhões de cruzeiros.

Ressoly requereu o convolamento da concordata preventiva em processo de falência, “por fartamente comprovadas as práticas de crimes falimentares”. O juiz Xavier acatou o pedido, depois de concluir que o relatório do comissário “leva a comprovar cabalmente a impossibilidade de cumprimento da concordata”. A sentença de 14 páginas foi publicada no dia 20 de outubro de 1978.

O SILÊNCIO DA SIRENE

Naquele 20 de outubro, uma sexta-feira, a população de Medianeira deixou de ouvir o tradicional apito da sirene. O silêncio da sirene não deixava dúvidas. O

frigorífico estava fechado, falido. De uma hora para outra, cerca de 450 funcionários ficaram desempregados. A população não queria acreditar, não entendia e até se desesperava. Muitas famílias passaram por grandes dificuldades. Outras levantaram acampamento rumo ao Paraguai ou às novas fronteiras agrícolas em Mato Grosso, Rondônia e Bahia. A falência do Frigorífico Medianeira S/A foi um dos episódios mais significativos e traumáticos da história de Medianeira, superando o incêndio da Prefeitura, em 1976, e o fechamento da Estrada do Colono, em 1986.

Ao decretar a falência, o juiz Vicente de Paula Xavier também determinou a prisão preventiva do diretor-presidente Alfredo Paschoal Ruaro e do gerente administrativo da empresa, Adair Tomasetto, “por promoverem o estado falimentar através do caos contábil que simulava lucros, para a aquisição de novos empréstimos, quando na verdade o frigorífico acumulava gigantescos prejuízos”.

MANCHETES NOS JORNAIS

No dia 24 de outubro de 1978, a sentença de falência ganhou destaque na primeira página do jornal “O Estado do Paraná”, que circulou com a manchete “Frimesa: prisão para os diretores”. Sob o título “Juiz decreta a falência do frigorífico e manda prender presidente do grupo Frimesa”, o “Jornal do Brasil”, do Rio de Janeiro, também dedicou ampla reportagem ao caso.

Segundo o diário carioca, as dívidas reais somavam 1,1 bilhão de cruzeiros. Os principais credores eram o Banco do Brasil (220 milhões de cruzeiros), o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (170 milhões de cruzeiros), o Banco de Desenvolvimento do Paraná e o Citybank, além de outras instituições financeiras oficiais, de desenvolvimento e particulares. O diário destacava a emissão de Notas Promisórias Rurais (NPRs), no total estimado de 100 milhões de cruzeiros, que tinham agricultores como avalistas.

Ressoly Ferreira dos Santos foi nomeado síndico da massa falida e passou a administrar a liquidação da empresa, tendo como preocupação primordial a indenização dos ex-funcionários. Segundo ele, “ninguém ficou sem receber um centavo do que tinha direito”.

Porém, nos primeiros dias após a bancarrota do frigorífico, o advogado e sua família passaram por situações angustiantes. “Teve um momento – relatou Ressoly em dezembro de 2002 – em que a população achou que eu era o responsável pela falência, pelo desemprego e até pela fome de algumas famílias. Minha casa foi cercada. Fui xingado, ameaçado e minha família teve que se mudar para Passo Fundo. Recebi proteção policial e por vários dias meu escritório ficou cercado. Mas os ânimos aos poucos foram se acalmando.”

A falência da unidade industrial instalada em Medianeira acabaria levando



MISSÃO INGRATA. O advogado Ressoly Ferreira dos Santos foi nomeado comissário da concordata do Frigorífico Medianeira e, na sequência, síndico da massa falida.

também à bancarrota outras empresas das Organizações Frimesa. Entre elas, a Oleolar, de Céu Azul, cuja massa falida seria adquirida pela Cotrefal.

NPRs: PAGAR PARA TRABALHAR

O Frigorífico Medianeira não pagava em dinheiro vivo os agricultores, mas em Notas Promissórias Rurais (NPRs) endossadas ou assinadas pelos próprios agricultores, “sem noção do que isso significava: responsabilidade financeira numa eventual falência ou concordata”, relatou o padre Adriano van de Ven ao

Juiz decreta a falência de frigorífico e manda prender presidente do grupo Frimesa

Curitiba — O Juiz Vicente de Paula Xavier, da Comarca de Medianeira, Oeste paranaense, cancelou a concordata e decretou estado de falência do Frigorífico Medianeira S/A, uma das sete empresas do Grupo Frimesa que no final do ano passado entrou em concordata com dívidas reais de Cr\$ 1 bilhão 100 milhões. Na sua sentença, o juiz pediu também a prisão preventiva do diretor-presidente da Frimesa, Sr Alfredo Paschoal Ruaro e de seu contador, Sr Adair Tomazetto.

A decretação da falência e o pedido de prisão preventiva foram baseados num extenso relatório preparado pelo comissário da concordata, o advogado Rossely Ferreira dos Santos que, entre outras irregularidades, apontou um aumento de capital fraudulento registrado, em 31 de outubro de 1976, uma manobra contábil que registrava lucros de Cr\$ 30 milhões 679 mil quando, na verdade, em 30 de outubro daquele ano, os prejuízos eram de Cr\$ 44 milhões 321 mil, forçando o lucro, portanto, para a concessão de empréstimos bancários, que acabaram sendo concedidos.

FALÊNCIA

No seu relatório, o advo-

sidente Alfredo Paschoal Ruaro e sua família, dona de 70% das ações do grupo.

Sul inicia as remessas de arroz

Porto Alegre — O Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA) começou a liberar a partir deste mês um volume mensal de 140 mil sacos de arroz beneficiado (8 mil 400 t.) para os supermercados do Rio de Janeiro e igual volume para São Paulo, cujos mercados terão prioridade na comercialização dos estoques do IRGA — que são de 1 milhão 400 mil sacos de arroz beneficiado (94 mil t.) — por determinação da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda.

Caberá à Comissão de Financiamento da Produção (CFP) suprir os mercados do resto do país, suplementando Rio e São Paulo, com seu estoque regulador, informou a agência local do órgão, em Porto Alegre. Neste mês começam a ser liberadas 34 mil t. de arroz

O ESTADO DO PARANÁ

ANO XXVII — CADERNOS 325 A 332

QUINTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 1978

NÚMERO 333

James  James, filho de... ...e sua esposa... ...e sua esposa...	Rei  Rei, filho de... ...e sua esposa... ...e sua esposa...	Polição  Polícia, filho de... ...e sua esposa... ...e sua esposa...	Sofrido carteiro francês  Sofrido, filho de... ...e sua esposa... ...e sua esposa...	Hoje  Hoje, filho de... ...e sua esposa... ...e sua esposa...	Sup  Sup, filho de... ...e sua esposa... ...e sua esposa...
---	---	---	--	---	--

Frimesa: prisão para diretores

Derram continua

...e sua esposa...

Os negócios de Paranaense

Alvito

...e sua esposa...

NA MÍDIA. A falência do Frigorífico Medianeira e a decretação da prisão de diretores teve repercussão nacional: trechos de reportagens publicadas pelo influente "Jornal do Brasil" e pelo diário curitibano "O Estado do Paraná", em 24 de outubro de 1978.

historiador Frank Mezzomo no livro “Memórias dos Movimentos Sociais no Oeste do Paraná”.

O produtor rural tinha de ir ao banco para trocar a NPR, mas a certa altura, em 1978, começou a voltar para casa de mãos vazias porque a promissória não tinha lastro. No caso de Medianeira, o Banco do Brasil passou a executar os agricultores.

“Quando os diretores do frigorífico deixaram de pagar empréstimos junto aos bancos, estes foram exigir o pagamento da dívida dos agricultores, que tinham assinado uma ou mais NPRs. Isto é, o pagamento da venda dos suínos (...). Isso levou os lavradores a pagarem pelos produtos que eles mesmos tinham vendido, pois, sem entenderem, tinham assinado documentos de compromissos do pagamento da dívida da empresa falida”, escreveu Mezzomo citando o padre Adriano.

Com o apoio de sacerdotes católicos, pastores protestantes e do bispo da Diocese de Foz do Iguaçu, dom Olívio Aurélio Fazza, a Igreja Matriz de Medianeira abriu suas portas no dia 21 de março de 1979 para uma assembléia convocada Comissão Pastoral da Terra (CPT) em torno da questão das NPRs. 1.200 agricultores compareceram. Depois de um culto ecumênico e de acalorados debates, a assembleia decidiu formar uma comissão representativa de agricultores de Medianeira e de outras localidades do Oeste e Sudoeste do Paraná. E a comissão, entre tantas propostas, decidiu: “Não assinar termo de compromisso e muito menos pagar as NPRs”.

Houve uma segunda assembleia, realizada no dia 2 maio de 1979, com a presença de 1.000 produtores. Policiais militares montaram um forte aparato de segurança, o que irritou os agricultores e dom Olívio, que interpelou duramente o comandante: “Quem te enviou? Por que tanta polícia aqui? Na Igreja Matriz tem o povo melhor e mais pacífico do Paraná! Aqui não precisa de polícia! Onde vocês estão, não deveriam estar; e onde não estão, deveriam estar”. O comandante da tropa ficou calado.

Finalmente, no dia 19 de junho de 1979, a Câmara dos Deputados aprovou a nova lei das NPRs, que desvinculava o aval do produtor. O Senado Federal confirmou.

Alívio geral em Medianeira e em dezenas de outros municípios do Paraná. Mais de mil suinocultores livravam-se, assim, de uma situação que ameaçava levá-los à ruína. A falência do frigorífico foi, por si só, uma tragédia. E quase arrastou consigo uma legião de iludidos em sua boa-fé.

TOMASETTO, O GERENTE ADMINISTRATIVO

♦ Durante anos, Adair Tomasetto foi um dos cidadãos de destaque em Medianeira. Visionário, empreendedor, alto, de boa aparência e rico, foi um dos principais dirigentes das Organizações Frimesa e, por extensão, do Frigorífico Medianeira S/A, onde ocupava a função de gerente administrativo.

♦ Nascido em Guaporé (RS), em 1936, Tomasetto chegou a Medianeira em 1959 com a missão de instalar e administrar o frigorífico, razão pela qual veio acompanhado do engenheiro Maximiliano Cremonese, a convite de Alfredo Paschoal Ruaro, diretor da Colonizadora Pinho & Terras.

✦ Aqui, fomentou a criação de suínos com fornecimento de insumos, rações e assistência técnica, e enajou-se na instalação da agência do Banco do Brasil. Foi presidente do Country Clube e membro do Lions. Resumindo a trajetória do pai, Mauro Tomasetto registrou em maio de 2021: “Ele deu o pontapé no agronegócio no Oeste do Paraná, atividade que impulsiona o desenvolvimento do país. Batia o ponto no frigorífico às 5 horas e era o último a sair”.

✦ Era contabilista e, segundo o filho, “aos 16 anos começou a trabalhar no Curtume Guaporé, sendo responsável por cerca de 200 funcionários”. Atuou nas Organizações Frimesa durante quase 20 anos. Antevendo a derrocada do frigorífico, Tomasetto afastou-se do empreendimento cinco meses antes do pedido de concordata. A Justiça decretou sua prisão preventiva em 20 de outubro de 1978 e ele só não foi para a cadeia graças a um habeas corpus.

✦ O ex-diretor construiu uma bela residência defronte da Prefeitura. Isso, segundo amigos, gerou comentários maldosos após a falência do frigorífico. Entretanto, a quebra foi causada por “má gestão administrativa de minha parte”, admitiu Alfredo Paschoal Ruaro ao completar 100 anos de idade, em 2013.

✦ Adair Tomasetto faleceu de infarto no dia 23 de julho de 1991. Tinha 55 anos. Foi enterrado no Cemitério Jardim da Paz, em Medianeira, no espaço destinado aos pioneiros do município. Compareceram ao funeral “umas 12 pessoas, fiéis amigos de meu pai, que, a bem da verdade, começou a morrer meses antes da falência do frigorífico”, escreveu Mauro Tomasetto.

♦ Pode-se acusar Tomasetto de tudo. Menos negar o papel saliente que teve como um dos principais agentes do desenvolvimento de Medianeira.



EXECUTIVO. O gaúcho Adair Tomasetto foi diretor das Organizações Frimesa e gerente administrativo do Frigorífico Medianeira S/A. Visionário e empreendedor, era uma personalidade influente em Medianeira nas décadas de 1960 e 1970.

COOPERATIVAS ASSUMEM MASSA FALIDA E REATIVAM O FRIGORÍFICO

Já na década de 1970 Medianeira mostrava sua vocação cooperativista. O ponto de partida foi a transferência da antiga Cooperativa Mista Agropecuária Sipal Ltda. (Comasil), de Missal para a cidade à beira da BR-277, onde sua razão social foi alterada para Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal).

O frigorífico fechado era uma cicatriz aberta na economia de Medianeira. Veio da região Sudoeste o primeiro movimento para sua reativação. Em 13 de dezembro de 1977, foi fundada em Francisco Beltrão a Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda. (Sudcoop) com o propósito de instalar ou comprar um abatedouro. Em 1979, já com a participação das cooperativas do Oeste do Paraná e sob a liderança de Ignácio Aloysio Donel, a Sudcoop adquiriu a massa falida do Frimesa.

Em 25 de julho de 1980, a população voltou a ouvir o apito da sirene. Depois de 443 dias de paralisação, a unidade industrial era reativada. Gerando renovadas esperanças, oportunidades de trabalho e renda.

No início da década de 1980, as cooperativas do Sudoeste do Paraná deixaram de fazer parte da Central Sudcoop, devido ao alto investimento que deveriam aportar no negócio. Ficaram somente as cooperativas do Oeste: Lar, de Medianeira; C. Vale, de Palotina; Copacol, de Cafelândia; Copagril, de Marechal Cândido Rondon; e Primato, de Toledo.

Em 2007, a Central Sudcoop passou a se chamar Central Frimesa. Uma das razões para a alteração foi que a denominação Sudcoop “causava certa confusão geográfica: uma empresa do Sudoeste do Paraná, com sede e indústrias no Oeste”, explicou Elias José Zydek, diretor executivo da Central Frimesa.

Em 2017, a Central Frimesa (ex-Sudcoop) completou 40 anos de atividades. Além de shows e outros eventos, a população medianeirense foi contemplada com o livro “Memórias Frimesa: 40 anos de história 1977/2017”, que levava a assinatura da jornalista Elis D’Alessandro. Veterana funcionária da central cooperativista, ela contava na época 26 anos de trabalho na empresa.

D’Alessandro resgatou tudo o que era possível em documentos e depoimentos no pós-falência. Assim, o livro detalha como um grupo de cooperativas fundou a Sudcoop e, posteriormente, adquiriu a massa falida do Frigorífico Medianeira S/A, reformando as instalações e reiniciando as atividades com o abate 70 suínos em julho de 1980. A obra destaca o papel das cooperativas fundadoras e o trabalho de Ignácio Aloysio Donel, do juiz de Direito Olivar Coneglian e do governador Ney Braga, entre outras lideranças.



EM MEDIANEIRA. Sede administrativa e unidade industrial de carnes da Central Frimesa. Em 2017, a capacidade de abate já alcançava 7 mil suínos/dia.

DERIVADOS DE CARNE SUÍNA E LÁCTEOS

Através de seus associados, as cooperativas vinculadas à Central Frimesa fornecem a matéria-prima necessária - notadamente suínos e leite - que abastece quatro indústrias: a Unidade Frigorífica de Medianeira; a Unidade Fabril de Queijos e a Unidade Frigorífica de Marechal Cândido Rondon; e a Unidade Fabril de Refrigerados de Matelândia.

Em 2020, segundo relatório da Frimesa, o quadro de fornecedores era constituído por 949 suinocultores e 2.486 produtores de leite, responsáveis pela entrega, em média, de 8.400 suínos/dia e de 700 mil litros de leite/dia. A matéria-prima é convertida em salame, presunto, bacon, lombo, pernil, picanha suína, iogurte, queijo (vários tipos), leite em caixinha, doces e outros produtos. Os funcionários somam 8 mil. Em 2020, o faturamento da Central Frimesa chegou a R\$ 4,29 bilhões, com resultado líquido de R\$ 202 milhões.

NA GLEBA DOS BISPOS NASCE A LAR COOPERATIVA

**Uma história voltada para a produção agropecuária,
geração de empregos e desenvolvimento regional**

Em 1956, cinco bispos representando as dioceses de Londrina, Maringá, Palmas, Jacarezinho e Foz do Iguaçu (na época prelazia) foram até o governador Moysés Lupion e solicitaram “auxílio financeiro” para que pudessem melhor atender as almas católicas. O governador, sensibilizado, encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná requerendo autorização para doar terras devolutas às instituições eclesiais. O projeto foi aprovado e deu origem à Lei nº 2672, que autorizava o governo do Paraná a ceder 5.000 alqueires - mil para cada diocese -, a “título de auxílio para formarem seus respectivos patrimônios”.

Esse é o marco inicial da trajetória que daria origem à Lar Cooperativa Agroindustrial, segundo o livro “Lar na História. Os 40 anos da Cooperativa Agroindustrial Lar”, do historiador Roberto Marin. Foi em cima da chamada Gle-

ARQUIVO LAR



O COMEÇO. Em um modesto galpão na antiga Gleba dos Bispos (hoje Missal) tiveram início em 19 de março de 1964 as atividades da Comasil, atual Lar Cooperativa Agroindustrial.

ba dos Bispos, depois município de Missal, que 55 agricultores, entre eles três imigrantes europeus e os demais provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, de ascendência alemã e praticantes da religião católica, fundaram em 19 de março de 1964, dia de São José, uma associação denominada Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. - Comasil.

A reunião de fundação foi presidida pelo padre do clero secular José Pascoalino Backes (1915-1988), que também se elegeu presidente da cooperativa. A Backes foi dada ainda uma procuração pelo bispo dom Geraldo Sigaud, de Campo Mourão, para, através da Colonizadora Sipal - Sociedade de Incremento à Propriedade Agrícola, vender os mil alqueires, dividindo-os em colônias de 24 hectares, e assim atender “a função social da terra”, como sugeria a encíclica *Mater et Magistra*, promulgada pelo papa João XXIII em 1961.

O primeiro escritório da Comasil, que 50 anos depois seria a Lar Cooperativa Agroindustrial, a terceira maior do gênero no Paraná (Revista “Exame”, 2015), localizava-se ao lado de uma roça, cercada de mato por todos os lados, “longe de tudo e perto de nada”, no falar dos pioneiros. Além de sede administrativa era uma espécie de venda, ou bolicho, onde se comercializava um pouco de tudo: querosene, tecidos, bebidas, remédios, pregos, cordas, correntes, arames e até munição usada na caça, que era abundante. “Os colonos criavam suínos, plantavam milho, tabaco, feijão, arroz, mandioca e alguns cantos de terra com soja”, revelou Eugênio Lenz em 2004, ele que foi o associado de nº 33 da cooperativa. A extração e o beneficiamento de madeira - ipê, peroba e angico - geravam empregos e uma fonte de renda extra.

DONEL: LEGENDA DO COOPERATIVISMO

Para gerenciamento da Comasil, os agricultores foram buscar na localidade de Pinheiro Machado, em Cerro Largo (RS), o ex-seminarista, catequista e professor primário Ignácio Aloysio Donel. De baixa estatura, disciplinado, católico fervoroso, olhar límpido por trás dos óculos de grossas lentes, fala mansa, pausada e didática, Donel esteve no comando da cooperativa durante 26 anos, quase sempre na presidência, ou em cargos de relevância. Organizou a primeira Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 16 de janeiro de 1966. Trabalhou pela regularização fundiária e se elegeu vereador em Medianeira, concorrendo pelo PSD, em 1965. Fez 239 votos.

Na antiga vila de Missal, jurisdicionada então ao município de Medianeira, a Comasil deu os primeiros passos no “cooperativismo de resultados, na união e cooperação familiar, na educação cooperativista, tudo baseado no lema: um por todos; todos por um”, destacava Donel, o dirigente que antigos associados, ainda em 2014, apontavam como o “verdadeiro fundador da cooperativa, o cooperativista raiz, um homem de fé, trabalhador, enfim, uma legenda”.



DIRIGENTES. O padre José Backes foi o primeiro dirigente da Comasil. Ignácio Aloysio Donel chegou a Missal nos anos 1960 para assumir a gerência e depois se tornou presidente.

PROJETO IGUAÇU E TRANSFERÊNCIA PARA MEDIANEIRA

No início dos anos 1970, havia um quadro de certa confusão no setor cooperativista. Existiam cooperativas inviáveis, interesses conflitantes, disputa por áreas de atuação e questões de logística. Havia a necessidade imperiosa de um novo direcionamento. Para resolver o impasse, surgiu o Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), que analisou a realidade socioeconômica de 51 municípios da área de atuação de 13 cooperativas do Oeste e Sudoeste do Paraná. O PIC concluiu que a Comasil, como estava, não poderia continuar. Contava apenas 126 sócios, carecia de infraestrutura e estava muito isolada devido à carência de boas estradas. Ou mudava de endereço, ou estaria condenada ao fechamento.

A alternativa encontrada pelos associados, em assembleia, foi a transferência da sede para Medianeira, cidade distante 29 quilômetros de Missal, à beira da BR-277 asfaltada. O PIC previa que a mudança administrativa deveria ser acompanhada pela construção de armazéns graneleiros. Assim, em 1972, teve início a fase das grandes obras, com financiamentos fartos a juros módicos. Estruturas de armazenagem com capacidade para 100 mil, 250 mil e 500 mil sacas de grãos foram construídas em Medianeira. Em menor escala, em São Miguel do Iguaçu



DIA DA PÁTRIA. Desfile cívico de 7 de setembro de 1975 em Medianeira. Sempre presente nos principais eventos da comunidade, a Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras (Cotrefal), ex-Comasil, participou com um carro alegórico enaltecendo o cooperativismo.

e Santa Helena. Em 1973, o número de sócios saltou para 1.414, configurando um aumento de 1.222% . Nesse mesmo ano, a Comasil alterou sua razão social. Passou a ser Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal).

No período de 1975 até 1980, a Cotrefal passou por momentos difíceis devido à frustração de safras, instabilidade de preços, falência do Frigorífico Medianeira S/A e disputas internas pelo poder que levaram o prefeito-interventor de Medianeira, Luiz Bonatto, a ocupar também a cargo de presidente da cooperativa de 1975 até 1978.

O fechamento do frigorífico afetou diretamente os suinocultores, fato que levou o líder cooperativista Ignácio Aloysio Donel a formar um consórcio de cooperativas para a aquisição da massa falida da indústria. Surgiu assim a Central Sudcoop - Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda. -, posteriormente Central Frimesa, tendo a Cotrefal como uma das filiadas.



GRANELEIRO. Inauguração do silo da Cotrefal em Medianeira, em 26 de julho de 1976. Donel presidiu o evento na presença do governador do Paraná, Jayme Canet Júnior, prefeito-interventor Luiz Bonatto, bispo dom Armando Círio e deputado federal Norton Macedo.

No embalo do negócio, a Cotrefal comprou a Oleolar, indústria de farelo e óleo de soja bruto localizada em Céu Azul, que fazia parte da massa falida das Organizações Frimesa. A cooperativa dava, assim, início ao ciclo da industrialização e o ponta-pé inicial ao processo que resultaria, na sequência, na fixação da marca Lar. Esses fatos aconteceram no início dos anos de 1980, quando a Cotrefal já reunia 3.161 associados.

Em março de 1980 foi lançado o “Informativo Cotrefal”, jornal bimestral até a edição 209, em 2006, quando deu lugar à “Revista da Lar”, com tiragem de 5.500 exemplares e distribuição gratuita. A Lar tinha até o final de 2019 um arquivo fotográfico formado por 30 mil imagens, além de três livros sobre sua história.

JUBILEU DE PRATA DA COTREFAL

Sendo a cooperativa uma associação de pessoas, a partir da década 1980 deu-se a criação e consolidação dos chamados comitês educativos, para a for-

mação de lideranças e o repasse de informações técnicas aos produtores rurais associados e familiares.

Em 1983, surgiu o primeiro Supermercado Cotrefal, uma iniciativa que no decorrer dos anos se estenderia a 13 municípios da área de abrangência da cooperativa, no Oeste do Paraná. Em 2019, a rede de supermercados - agora ostentando a marca Lar - contava 15 lojas.

Em março de 1989, a Cotrefal realizou sua até então maior assembleia geral e comemorou o jubileu de prata. A festa dos 25 anos da cooperativa reuniu grande público no Parque de Exposições Tancredo Neves, em Medianeira. Dom Olívio Aurélio Fazza, bispo da Diocese de Foz do Iguaçu, celebrou missa. Pioneiros foram homenageados. Uma equipe de 500 funcionários preparou o almoço para mais de 8.000 pessoas. Quatro tipos de carne foram assados no “espeto de pau à moda Cotrefal”. Foi uma festa à altura de uma grande empresa que anos seguintes passaria por profundas transformações.

IRINEO RODRIGUES: DIVERSIFICAÇÃO E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

Foi em 8 fevereiro de 1991, quando Ignácio Donel entregou a presidência da Cotrefal para o engenheiro-agrônomo Irineo da Costa Rodrigues, um gaúcho de Canguçu com visão futurista, politicamente hábil, bom comunicador e profundo conhecedor da vida no campo, que a cooperativa ingressou em uma nova etapa de expansão. O quadro de associados cresceu, a produção agropecuária se diversificou e se tornou mais profissionalizada graças ao decisivo incentivo técnico da empresa, e o processo agroindustrial registrou notável incremento, inclusive com a conquista de novos mercados no Brasil e no exterior para produtos de Medianeira e região.

O primeiro passo do novo diretor-presidente foi a execução de um reordenamento administrativo, que - entre outras alterações - implicou a extinção de 14 cargos de chefia. Ato contínuo, nos contatos com associados, passou a bater na tecla da diversificação agrícola. “Não só soja e milho; também aves de corte e postura, suínos, leite e mandioca. Nada de amadorismo ou improvisações”, recomendava Rodrigues nas maratonas de reuniões, as chamadas pré-assembleias, muitas vezes realizadas em salas abafadas e pequenas, mas que ofereciam a oportunidade de discutir olho no olho temas de interesse da cooperativa e de seu quadro social.

Em 1994, a Cotrefal colocou em funcionamento a Unidade Industrial de Mandioca, uma fecularia instalada em Dom Armando, no interior de Missal. Em 1998, foi instalada em Itaipulândia a Unidade Industrial de Vegetais. As indústrias funcionaram até 2019 e 2012, respectivamente.

Em busca de soja e milho para atender o fomento avícola de corte e postu-



NOVOS RUMOS. O engenheiro-agrônomo Irineo da Costa Rodrigues ao assumir a presidência da cooperativa, em 1991: incentivo à diversificação agrícola e agroindustrialização

ra, além da suinocultura, a cooperativa chegou ao território guarani através da Lar Paraguay, em 1996. Em 2002, estendeu suas atividades para a Fronteira Sul, em Mato Grosso do Sul.

No dia 9 de setembro de 1999, teve início o abate de frangos na Unidade Industrial de Aves, instalada na localidade de Agrocafeeira, à margem da BR 277, no município de Matelândia. Ao longo de duas décadas, a indústria não parou de crescer. Em 2019, o abate alcançou 520 mil aves/dia.

Em 2001, a Cotrefal deixou de existir. A nova razão social passou a ser Lar Cooperativa Agroindustrial. Todos os produtos da empresa passaram a levar a marca “Lar” e o símbolo do coração. A cooperativa chegou ao ano de 2023 com 13.004 produtores associados e 25.390 funcionários. Um dado relevante é que



DESTAQUE NO CAMPO I. Elídio Variane em sua propriedade na Linha Thomé: prática de uma agricultura sustentável fez com que se destacasse entre os associados da Lar.

66,41% dos associados são proprietários de áreas rurais com até 30 hectares.

Rotação e diversificação culturas, adubação verde, plantio direto, proteção de solos e preservação de nascentes fazem parte das boas práticas adotadas pela maioria dos associados a Lar. Entre eles figura Elídio Variane, que em sua propriedade localizada na Linha Thomé, onde nasce o Rio Alegria (que abastece a cidade de Medianeira), tornou-se um produtor modelo entre os associados da cooperativa pela prática de uma agricultura sustentável.

Já os irmãos Vendrame se destacam na produção de soja e milho com a prática de uma “agricultura feita de detalhes”. Ou seja, “cada pedaço de terra cultivado deve apresentar uma produtividade média; não deu o esperado, é hora de agir”, explicou Nilton Vendrame, o irmão mais velho. A família chegou a Medianeira na década de 1950.

JUBILEU DE OURO E NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO

Em 19 de março de 2014, a cooperativa completou 50 anos de fundação “fazendo a diferença”, como dizia o selo comemorativo. Houve homenagens aos



DESTAQUE NO CAMPO II. Os irmãos Nilvo, Nilton, Neuso e Neucir Vendrame cultivam soja e milho em área de 1.400 hectares. A imagem é de 2017.

pioneiros e dirigentes, missa em ação de graças celebrada por dom Armando Círio, arcebispo emérito de Cascavel, lançamento do livro “Lar 50 anos. Uma história de Cooperação, Atitude e Amor”, do jornalista Eloy Setti, inauguração do monumento à família associada e shows dos cantores sertanejos Michel Teló, em Medianeira, e Leonardo na cidade de Missal.

O ponto alto do jubileu de ouro foi a inauguração do novo Centro Administrativo da Lar localizado à margem da BR-277, na Área Industrial de Medianeira. São cinco andares, tendo no entorno o Centro de Eventos (espaço para assembleias, shows e palestras), refeitório, Laboratório Central, heliponto e a Unidade Tecnológica da cooperativa, espaço onde é realizado o Dia de Campo.

SUPERINTENDÊNCIAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A nova estruturação da Lar, em vigor desde outubro de 2017, teve por base a criação de três superintendências: Negócios Agrícolas, Administrativa/Financeira, Suprimentos e Alimentos. Os funcionários Vandeir Conrad, Clédio Roberto Marschall e Jair Meyer foram os indicados para essas funções. Entretanto, as decisões da gestão de negócios da cooperativa são sempre colegiadas, entre diretoria



COMPLEXO. O Centro Administrativo da Lar, inaugurado em 19 de março de 2014. No detalhe, esculturas em bronze do artista plástico Ladislau Chary Filho homenageiam agricultores. À direita, parte do mix de produtos comercializados pela cooperativa.

executiva e superintendências, com base em diretrizes anteriormente definidas pelo Conselho de Administração.

A marca Lar está presente em aproximadamente 300 produtos - congelados, ovos, cortes de frangos e rações -, além de milho, soja e trigo. A cooperativa exporta para o continente americano, Europa, Ásia e países árabes. Unidades da Lar estão presentes em 11 municípios do Oeste do Paraná, no Leste do Paraguai e em Mato Grosso do Sul, além de Xanxerê (SC), onde funciona uma unidade de produção de sementes.

Nas últimas décadas, os associados têm sido contemplados a cada exercício com as chamadas “sobras” - o lucro da Lar, em dinheiro, proporcional ao movimento de compra e venda junto à cooperativa; os funcionários recebem o 14º salário.

Nada é feito na empresa sem planejamento estratégico de longo prazo. O primeiro foi de 2014 até 2024; o próximo será até 2030, quando a cooperativa espera atingir um faturamento de R\$ 32 bilhões e geração de 30 mil empregos.

O PAPEL DA LAR NO DESENVOLVIMENTO DE MEDIANEIRA

Depoimento de Irineo da Costa Rodrigues

♦A cooperativa nasceu na vila de Missal e, passo seguinte, a sede foi transferida para Medianeira, no início da década de 1970. Assim, Medianeira e a Lar Cooperativa se desenvolveram simultaneamente.

♦Embora o município de Medianeira tenha uma área rural pequena, recebeu estruturas para operar com grãos semelhantes às de municípios com maior área territorial agricultável, como São Miguel do Iguaçu e Santa Helena.

♦ A Lar, além de ter no município o seu Centro Administrativo, possui uma importante estrutura operacional, industrial e comercial, o que coloca Medianeira entre as quatro principais cidades do Oeste do Paraná. Junto com Matelândia, está entre as cidades que mais empregam desde os anos 2000.

♦Vale ressaltar que a cooperativa apoia fortemente entidades como igrejas, Associação Recanto Parque Iguaçu (recuperação de dependentes químicos), Lar dos Idosos, APAE, Semear (entidade filantrópica que atua na inclusão social), Amesfi (Associação de Surdos e Fissurados), hospitais e clubes de serviço, além de patrocinar iniciativas nas áreas de lazer, esporte e cultura. Colaborou também na reconstrução do antigo Colégio das Irmãs e na instalação da Incubadora Industrial.

♦ É preciso ser creditada à Lar, ainda, a sede da Frimesa em Medianeira, a criação de cooperativas de crédito e da Lar Transportes, e a dinamização do varejo. O comércio de Medianeira e o setor de serviços, especialmente nas áreas de saúde, jurídica e de ensino, igualmente foram potencializados pelo crescimento da cooperativa

♦ No entanto, a maior contribuição da cooperativa está ligada às pessoas, à sua evolução profissional, cultural e de renda. A expansão da Lar exigiu centenas de profissionais com melhor remuneração e a atração de mão de obra qualificada para garantir uma gestão empreendedora e de sucesso. Isso, sem dúvida, também teve reflexos positivos na economia de Medianeira e da microrregião.



PRIMEIRO PRESIDENTE DA ACIME FOI UM URUGUAIO

Comerciante do ramo de bebidas, Erestitu Chibiaque ficou quatro anos à frente da Associação Empresarial de Medianeira

Foi em uma reunião do Rotary Clube Medianeira, por iniciativa do contador Antônio Della Pasqua, que começaram as articulações para a criação de uma associação empresarial no município. No dia 28 de julho de 1971, mais de 100 empresários e profissionais liberais - entre eles, Erestitu Chibiaque, Francisco Pereira Neto, Adolpho Mariano da Costa, Armindo Frandoloso, Wadis Dal'Óglio e Antônio Della Pasqua - constituíram a Associação Empresarial de Medianeira (Acime). A entidade nascia com o objetivo, segundo os fundadores, de “defender e representar os interesses de novos investidores, o intercâmbio de ideias e levar

ACERVO FAMÍLIA CHIBIAQUE

ARQUIVO ACIME



PRESIDENTE. O uruguaio Erestitu Chibiaque, naturalizado brasileiro em 1972, em dois momentos: na época em que presidia a Associação Empresarial de Medianeira (Acime) e ao lado da esposa Helga Orlamünder, em 2020, ao comemorar seu 99º aniversário.

de forma unificada informações através de uma comunicação direta e objetiva”.

A primeira diretoria da Acime foi presidida por um uruguaio naturalizado brasileiro, Erestitu Chibiaque, empresário do ramo de bebidas. Ficou quatro anos à frente da associação, tendo como vice o contador Armindo Doro Frandoloso.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Dados do IBGE registram que, em 1960, Medianeira reunia 5.732 habitantes (incluindo as localidades de Flor da Serra, Jardinópolis e Missal). Em 1970, na mesma área, a população havia saltado para 31.378 habitantes, configurando um crescimento demográfico de 547%. “Eram tantos chegando que, quando se ia na missa aos domingos, a gente só via pessoas e famílias desconhecidas”, lembrou o ex-prefeito Elias Carrer.

O Frigorífico Medianeira (Frimesa) empregava mais de 400 funcionários e abatia diariamente, segundo relatório de 1975, 700 suínos, 2.000 aves e significativo número de bovinos. A Cotrefal, depois Lar Cooperativa Agroindustrial, transferia a sede de Missal para Medianeira e inaugurava um silo com capacidade para 500 mil sacas. As serrarias e fábricas de móveis também geravam muitos empregos. A cultura do tabaco era praticada por 80% dos pequenos produtores rurais, com a participação de mão de obra familiar, segundo relato de Lotario Fischborn, primeiro técnico da Souza Cruz em Medianeira.

Em 1968, foi criada a Comarca. Em 1971, a agência do Banco do Brasil abriu suas portas. Em 1975, inaugurou-se a estação de tratamento d’água. Tudo era crescimento.

Foi nesse contexto que Erestitu Chibiaque decidiu, em julho de 1968, deixar suas atividades em Ponta Grossa e se estabelecer no Oeste do Paraná. Chegou, olhou, avaliou, e no ano seguinte toda a família residia em Medianeira. “Quando chegamos encontramos as ruas sem asfalto, muita poeira ou barro, a terra vermelha grudava nos calçados e em alguns pontos da BR- 277 a pavimentação não estava concluída”, registrou o filho Edilson Chibiaque.

Segundo ele, “na época os principais meios de locomoção eram o jipe, a picape Williams, caminhões, cavalos e carroças; os automóveis mais baixos atolavam com facilidade na avenida, em dias de chuva”.

Erestitu passou a trabalhar em sociedade com seu irmão Idylio na distribuição de bebidas, através da empresa Comércio e Representações Iguaçu Ltda. Foi revendedor da Brahma por mais de três décadas, até os 73 anos, sendo também representante da Caninha Oncinha, famosa na época. A empresa teve depósito na Avenida Brasília e, mais tarde, na Avenida 24 de Outubro.



“BATER À MÁQUINA”. Saber datilografia era essencial para buscar “um bom emprego” longe da roça. Durante anos, a Acime ofereceu cursos. A imagem é provavelmente de 1976. O contador Armindo Frandoloso (à direita) foi o segundo presidente da associação e ao longo de seu mandato incentivou a formação profissional.

HOMEM AFEITO AO DIÁLOGO

Erestitu Chibiaque nasceu em 5 de setembro de 1921, em Rivera, no Uruguai. Quando tinha cinco anos, o pai viúvo emigrou para o Brasil. Erestitu morou em Uruguaiana e mais tarde em Dom Pedrito, cidades da fronteira gaúcha. Aos 17 anos, ele e seu inseparável irmão Idyllo, na época com 19 anos (falecido em 2013), saíram “para ganhar o mundo, somente com a roupa do corpo”.

No município catarinense de Mafra, Erestitu começou a trabalhar na construção de pontes para a Rede Ferroviária Federal (RFFSA); depois andou pelo estado da Bahia, também construindo pontes. Voltou para Mafra, onde conheceu sua esposa Helga Orlamünder. Em seguida, migrou para o Paraná, estabelecendo-se na região de Laranjeiras do Sul.

Em 1954, instalou-se em Ponta Grossa, devido à doença do filho Devonir. Nessa época, Erestitu tornou-se sócio da Transportadora Brol e, mais tarde, único proprietário. A transportadora enviava mercadorias para Foz do Iguaçu, onde mantinha um depósito de secos e molhados administrado por Idyllo.

Homem afeito ao diálogo, em Medianeira, já como presidente da Acime, o uruguaio Erestitu Chibiaque caracterizou-se pelas boas relações com os colegas da classe empresarial, com os pioneiros e também com o prefeito-interventor Luiz Bonatto.



ESPAÇO PRÓPRIO. Depois de 25 anos ocupando salas alugadas, a Acime inaugurou sua sede própria em 5 de setembro de 1996. A partir da esquerda, prefeito Antonio Luiz Baú, Helena de Bona Civiero, Dali Humberto Zadinello e Luís Aguiar de Oliveira. Em segundo plano, o ex-prefeito-interventor Luiz Bonatto e o padre Cláudio Güntzel.

Até o início da pandemia de Covid-19, em fevereiro de 2020, o empresário frequentava duas vezes por semana a Academia Vitalize. Esse hábito ele manteve até os 98 anos. Parou por causa das restrições de prevenção à Covid-19. Erestitu e a esposa Helga tiveram sete filhos: Derlim, Edson, Eliete, Edite, Devonir (in memoriam), Edilson e Emerson. A descendência inclui, hoje, netos e bisnetos.

SERVIÇOS E AÇÕES DA ACIME

O primeiro serviço oferecido pela Associação Empresarial de Medianeira a seus sócios foi o SPC - Serviço de Proteção ao Crédito. A entidade também firmou convênio com o Ministério do Trabalho, para a emissão de carteiras profissionais, e manteve durante anos um curso de datilografia.

Em parceria com outras entidades, a Acime participou da criação da Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresarias do Oeste do Paraná (Caciopar), em 1976, e incentivou a criação de novas associações na microrregião de Medianeira, entre elas as de São Miguel do Iguaçu e Matelândia.

O grande marco da Acime foi a construção da sede própria na Avenida José

Callegari, ao lado do Parque Municipal 25 de Julho e da Prefeitura de Medianeira. “Foi uma grande trabalho para aglutinar lideranças e arrecadar fundos através de rifas, bingos, jantares, doações, trabalho voluntário e, assim, edificar a obra, que foi inaugurada em 5 de setembro de 1996”, lembrou Dali Humberto Zadinello, presidente da entidade quando o projeto da casa do empresário foi lançado.

Nas últimas quatro décadas, a entidade desenvolveu dezenas de ações e eventos em prol de Medianeira e da microrregião, entre eles: campanhas pela reabertura da Estrada do Colono e pela duplicação da BR-277; apoio à realização da Feira Agropecuária e Industrial de Medianeira (Expomed), Feira de Ofertas de Medianeira (Feon), Feira Multisetorial de Negócios, Gastronomia, Cultura e Responsabilidade Socioambiental (Femult) e Top em Excelência; apoio ao Programa Empreender, Juizado Especial Civil, Fórum Permanente de Desenvolvimento de Medianeira, Natal Ecológico, Conselhos da Mulher Empresária e do Jovem Empresário; campanhas promocionais de vendas; campanha “Vote Certo” (indicativo para votar em candidatos da região); respaldo ao Observatório Social e campanha pela implantação de um parque tecnológico em Medianeira.

O mandato do presidente da Acime é de um ano, com possibilidade de reeleição. Geralmente o vice de uma gestão é eleito presidente para a próxima e assim sucessivamente. Nunca houve uma chapa de oposição.

ARQUIVO ACIME



SEDE DA ACIME. Ponto de encontro da classe empresarial medianeirense.

O DIA EM QUE O UNIÃO CONQUISTOU A TAÇA PARANÁ

Foi em janeiro de 1973. Mais de 8 mil pessoas assistiram ao jogo, o maior evento esportivo até então registrado na cidade

“**M**edianeira acordou mais cedo no último domingo. E, logo que o sol saiu, centenas de bandeiras azul e branca começaram a ser agitadas. Gente agarrada em carroceria de caminhão vinha de longe e a cidade ficava com um ar de festa, nunca antes visto na redondeza. Depois vinha um longo período de tensão, de angústia. Era a espera do grande momento.” Com essas palavras um cronista esportivo do jornal “Diário do Paraná”, editado em Curitiba, abriu sua reportagem para registrar um dos grandes momentos do esporte medianeirense: o dia em que o União conquistou a Taça Paraná 1972 de futebol amador.

Vitória de 3 x 2 sobre o Loanda, na tarde de 15 de janeiro de 1973, com o União

ARQUIVO JORNAL MENSAGEIRO / REVISTA MOSAICOS



TIMAÇO CAMPEÃO. A partir da esquerda, em pé: Gilmar Vencatto (treinador), Tadeu (massagista), Paraguaio, Somis, Arthur Alberti (presidente do União), Cascata (goleiro reserva), Antonio Vasconcelos, Darci Novelo, Romeu Vencatto, Edir (goleiro titular) e Murilo. Agachados: Primo Valério, Rui Vencatto, Ivo Da Rolt, Renê, Vanderlei Nandi, Nenê da Farmácia, Pedrinho, Gabriel e Ivo Brod.

Medianeirense jogando em casa. No dia seguinte - segunda-feira, 16 de janeiro - o “Diário do Paraná” trazia a reportagem completa na página 5 do segundo caderno.

“Quando os onze jogadores do União entraram em campo - relatou o cronista curitibano -, a multidão quase chegou ao delírio. Por mais de 15 minutos, os foguetes não pararam de espocar. Havia mais de oito mil pessoas se espremendo, forçando o alambrado debaixo de um sol de 40 graus. A banda do Batalhão de Fronteiras, de Foz do Iguaçu, repetia sempre ‘Fio Maravilha’ e ‘Pra frente Brasil’.

“Prefeitos de toda a região, o bispo de Toledo e muitas outras autoridades tomaram seus lugares dentro do alambrado. Água mineral e gelo eram distribuídos a todo momento, para tentar amenizar o calor. O calor que a ninguém importava.

“Estão todos perfilados em campo, o time do União de Medianeira e o Loandense, de Loanda. A banda executa o Hino Nacional. Há muita gente chorando. Medianeira jamais vivera um momento tão empolgante. Está começando a final da Taça Paraná. Uma disputa amadorística que congregou mais de uma dezena de times do interior do Estado.”

A partida era de vida ou morte. O Loandense havia vencido o União, em Loanda, por 2 a 1. Se empatasse, seria o campeão. Isso não podia acontecer. E não aconteceu

OS GRITOS, O SILÊNCIO, A FESTA

Traduzindo o estado de espírito da torcida, o repórter escreveu. “O juiz Plínio Duenas autorizou a saída e, com ele, o sofrimento da multidão, que só foi compensado depois de mais de 120 minutos de jogo. Primeiro gol do União. Os foguetes, os gritos. Os jogadores eram facilmente chamados pelos seus nomes e a proximidade com o campo dava à torcida uma função muito maior que espectadora, para transformar muitos em técnicos e até mesmo jogadores, que se seguravam no alambrado, forçando para entrar no campo e decidir.

“Veio o gol do Loandense. A multidão emudeceu e o calor parecia aumentar com a tensão. Passado o choque, os gritos voltaram para levar o time à vitória. O gol saiu, por fim, seguido de uma explosão e de muito consumo de cerveja e refrigerante. O gelo era distribuído como prêmio àqueles heróis.”

Com a vitória do União por 2 x 1, tudo iria partir do zero. Prorrogação de 30 minutos. O cansaço estava presente para os dois times do futebol amador.

“Vários deles sofreram câimbras e suas contorções em dores eram sentidas profundamente na multidão”, escreveu o cronista do “Diário”. “De vez em quando uma garrafa caía no campo e o juiz pedia mais segurança para o jogo continuar. Todos compreendiam e deixavam a bola rolar (...).”



CRAQUE. Novembro de 2020: Ivo Brod ostenta a camiseta e a faixa original da grande conquista dos anos 1970. Ele foi o quarto zagueiro “mais determinado e firme” do União.

Na prorrogação, “o Loandense marcou o primeiro e todos se calaram. Era como se o mundo houvesse desabado. Os policiais rondavam todo o campo, mais nervosos, como se temessem algo muito terrível. Os gritos começaram a surgir novamente. Mas tudo parecia acabado. Faltavam três minutos para terminar o jogo e tudo estava na mesma. Meio minuto depois, um apito de Plínio Duenas devolveu à multidão sua alegria incontida. Apitou um pênalti. Somis correu, bateu e marcou.”

Com a prorrogação terminando em 1 x 1, a decisão foi para os pênaltis. E o União levou a melhor. Placar final de 3 x 2 para a equipe medianeirense.

Então, a grande festa começou: “O povo invadiu o gramado. Os jogadores, carregados. Muitos pularam das árvores de onde assistiam ao jogo e vieram saudar os campeões. Depois do campo, o carnaval tomou conta das ruas e foi terminar de madrugada no salão do União Medianeirense, pela primeira vez campeão da Taça Paraná”.

POUCA TÉCNICA, MAS MUITA GARRA

Ao comentar aspectos da partida, o repórter escreveu: “Embora os dois times não estivessem bem tecnicamente, o espetáculo valeu pelo entusiasmo com que o jogo foi disputado, no seu tempo regulamentar e na prorrogação. Mesmo

FLASHES QUE O REPÓRTER REGISTROU

♦“Dom Armando Círio, bispo de Toledo, fez sucesso na sua chegada ao estádio do União. Juntamente com diversos prefeitos da região, inclusive o de Loanda, assistiu ao jogo dentro do campo.”

♦“Para entrar nas dependências do estádio, de carro, levava-se no mínimo 15 minutos. Os policiais abriram desde o motor até o porta-malas, passando por uma minuciosa revista pessoal. As garrafadas, eles não tiveram condições de evitar. Depois do jogo, milhares de garrafas estavam quebradas.”

♦“O calor insuportável fez faltar refrigerantes. No fim, todos apelavam para o gelo, que havia à vontade.”

♦“A Rádio de Matelândia, única emissora a transmitir o jogo, inclusive em cadeia com rádios de Curitiba, ficou no ar até o fim da festa, nos salões do União. Na transmissão do jogo não ficou perdendo nada para as rádios de Curitiba.”.

assim, o time de Loanda demonstrou superioridade durante todo o jogo, principalmente no seu setor de defesa (...) O União, por sua vez, foi um time que jogou só na base do entusiasmo. Mesmo assim, o meio de campo Nenê deu um show à parte, provocando jogadas espetaculares. Rui, que já foi inclusive profissional, demonstrou estar completamente fora de forma”.

“O primeiro gol da partida - continuou o cronista - foi marcado por Ivo Da Rolt, que aproveitou uma sobra dentro da área para colocar a bola no canto esquerdo de Tica. Aos 12 minutos do primeiro tempo. Nessa altura, era o União o time mais ofensivo. No segundo tempo, o Loandense aumentou a ofensividade, e o gol de empate surgiu aos quatro minutos, de uma cobrança de escanteio (...). O desempate do União, surgiu de um lance duvidoso, em que todos os jogadores do Loandense reclamaram impedimento do atacante Rui, que sozinho encobriu o goleiro para marcar e garantir assim a prorrogação.

“Por mais entusiasmados que estivessem os 22 jogadores, o cansaço físico transformou o jogo. Alguns jogadores não conseguiram sequer dominar a bola. O Loandense soube tirar proveito disso e começou a tocar a bola. Mas o gol surgiu de uma outra cobrança de escanteio. Com a mesma perfeição, Toninho cruzou direto para cabeça de Jair, que colocou no canto esquerdo de Edir. Levado pelo entusiasmo, o União chegou a colocar duas bolas na trave, sempre com jogadas armadas por Nenê.”

COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES

UNIÃO: Edir; Somis, Murilo, Ivo Brod e Toninho; Darci e Nenê; Rui, Renê, Ivo Da Rolt e Pedrinho (Vanderlei).

LOANDENSE: Tica; Durinho, Tião Anísio e Amadeu; João e Tito (Chico); Zé Home, Donato (Artista), Jair e Toninho.

GRITO DO QUERO-QUERO ATIÇOU A CHAMA DA CULTURA GAÚCHA

**Pássaro guardião das estâncias é o símbolo
do Centro de Tradições Gaúchas Sentinela dos Pampas**

Muitos gaúchos que migraram para Medianeira em chusmas, durante quatro décadas, traziam a “Chama Crioula” nas mãos, no lombo do cavalo, na poesia, no ronco da gaita, na trova, nos fandangos, no churrasco, no mate amargo, nos rodeios, nas tertúlias, nas lendas, na bombacha, no lenço, no chapéu tapeado, no tiro de laço, no vestido da prenda e, acima de tudo, na hospitalidade, porque, como reza a tradição, “em rancho de gaúcho não existe tramela”.

A gauchada de Medianeira precisava de uma entidade sócio-cultural e de um espaço físico para manter as tradições dos pagos do Sul. “A memória e a herança dos antepassados devem ser transmitidas à juventude antes que o progresso da

ACERVO ROBERTO MARIN



FANDANGO. Baile tradicionalista realizado em 1987 no CTG Sentinela dos Pampas. Vestindo suas pilchas de gala, peões e prendas dançam até o dia clarear.



PATRÕES. Ressoly Ferreira dos Santos (esq.) e Narciso Vannini foram os dois primeiros patrões do CTG Sentinela dos Pampas. Na foto, Ressoly passa o cargo a Vannini em 1983. À direita, cartaz de divulgação do CTG datado de 1983.

chamada modernidade as sufoquem”, costumava sentenciar o advogado e tradicionalista Ressoly Ferreira dos Santos (1931-2014).

Sem muitos rodeios, como se dizia nos pagos do Rio Grande do Sul, numa fria segunda-feira, boca da noite de 2 de junho de 1980, um grupo de tradicionalistas enfrentou o vento gelado assoviando por entre as frestas das paredes de tábuas do pavilhão de festas da Igreja Matriz de Medianeira, e foi “pra já, tchê” que fundaram o CTG Sentinela dos Pampas, tendo como símbolo o quero-quero, pássaro guardião das estâncias gaúchas.

Em assembleia geral ordinária foi eleita a primeira patronagem, assim constituída: patrão - Ressoly Ferreira dos Santos; 1º capataz - Narciso Vannini; 2º capataz - Jaime Zilio; patrão conselheiro - Ademiro Pasquali; 1º sota-capataz - Dilmo Pedrolo; 2º sota-capataz - Arthur Marasca; 1º agregado das chelpas - Ivan Pelissari; e 2º agregado das chelpas - Seroni Petry. Na assembleia ficou definido o lema da entidade: “Povo que não cultua suas tradições e não reverencia seus heróis, é povo sem alma”. Em 2002, por sugestão de uma socióloga, após muita discussão, o lema foi alterado por repetir na frase duas vezes o advérbio “não”. E ficou assim: “Povo que cultua suas tradições e reverencia seus heróis é povo com alma.”



VANGUARDA. Dois momentos na vida de Vanderlei Durão: pronto para um desfile de 7 de setembro na década de 1980; e entregando a Chama Crioula ao patrão João Zanotelli, na abertura da Semana Farroupilha, em 1993, no CTG Sentinela dos Pampas.

Coube à primeira patronagem promover ampla campanha de venda de títulos patrimoniais e, assim, “arrumar alguns pilas” para a construção do galpão em uma área de oito hectares. O terreno foi doado pela Prefeitura de Medianeira, na época comandada pelo prefeito-interventor Luiz Bonatto.

“MAIS BONITO DO SUL”

Um esboço elaborado por Marilene Dilva Matte e entregue ao seu esposo, o engenheiro civil Ademir Matte, resultou em um modelo arquitetônico inovador na construção da sede social do CTG. Ao invés de um rudimentar galpão de madeira, como os encontrados em muitas cidades do Sul, em Medianeira emergiu uma construção de alvenaria, com tijolos à vista, e telhado sustentado por tesouras de araucária, sem pilares ao centro. Isso resultou em um enorme vão livre capaz de acomodar 800 pessoas confortavelmente. Por sua estrutura diferenciada, o galpão passou ser divulgado como “o mais bonito do Sul do Brasil”, na visão do gaiteiro e compositor Edson Dutra, líder do grupo “Os Serranos”, quando animava um cambicho no Sentinela dos Pampas.

A sede social foi inaugurada no dia 21 de abril de 1983 com a presença do poeta Dimas Costa e do padre Paulo Aripe, o “Potrilho”, que celebrou missa

crioula louvando o “Pai Celeste” (Deus), a “Primeira Prenda do Céu” (Nossa Senhora), “Divino Tropeiro” (Jesus), “Divino Candeeiro” (Divino Espírito Santo) e o “Capataz da Estância Gaúcha” (São Pedro).

Durante a cerimônia religiosa, as armas, representadas por facões, foram colocadas aos pés do altar e dois lenços - um branco e outro vermelho - foram amarrados em uma cruz de madeira bruta para celebrar a paz entre maragatos (vermelho) e chimangos (branco) que por anos pelearam nos pagos dos Sul. À noite, um fandango animado pelo conjunto “Os Piás”, de Santa Maria, fez “levantar poeira do salão, e ninguém ficou sentado”.

“GAÚCHO DE PASSO FUNDO”

Conhecido como “gaúcho de Passo Fundo”, o advogado Ressoly Ferreira dos Santos foi eleito por unanimidade como primeiro patrão do CTG Sentinela dos Pampas em 1980. “Foi ele quem organizou a papelada, elaborou o estatuto, definiu o lema, os símbolos e a bandeira, sempre acatando sugestões dos amigos. Era um tradicionalista que sabia o que era um CTG. E um grande pacificador entre os tradicionalistas oriundos dos CTGs e os que se tornaram por opção”, relatou Décio Pedro Winter, membro das primeiras patronagens na década de 1980.

Ressoly acompanhou passo a passo a construção do galpão do CTG, muitas vezes deixando seus afazeres profissionais de lado. Entregou a patronagem para Narciso Vannini e posteriormente voltou para mais um mandato, em 1985.

O “gaúcho de Passo Fundo” valorizou ao máximo o setor artístico do CTG. Incentivou a formação de músicos (gaiteiros), o canto nativo, a poesia e as invernadas de danças para crianças, jovens e adultos. O apoio para a formação musical ficou na marca de artistas consagrados e premiados em diversas tertúlias. Entre eles, Maryanne Francescon, Irmãos Mazzola, Laércio Schoeler e o conjunto “Raízes dos Sul”.

“MAS NÃO É À TOA - CHOMISCO! QUE SOU DE SÃO LUIZ GONZAGA”

Com esses versos do poema “Bochincho”, de Jaime Caetano Braun, Arci Vanderlei Durão (1951-1997) marcava seu território como vanguarda do CTG Sentinela dos Pampas. “Era um gaúcho de cepa que cultivava desde a infância os costumes e as tradições gaúchas”, lembrou a viúva Valcir Miranda Durão, em dezembro de 2020. Foi o criador da Invernada Campeira, do Piquete de Laçadores e organizava a participação do CTG no desfile de setembro e em eventos como a “Chama Crioula” na Semana Farroupilha.

Vanderlei Durão era exímio laçador e ginete e, nessas categorias, conqui-



GAITEIROS. Eles são egressos do curso de música do Sentinela dos Pampas: Maryanne Francescon (esq.), Laércio Schoeler (dir., acima), em registro datado dos anos 1990; e os Irmãos Mazzola - Alessandro e Fellip - em apresentação no CTG, em 2007.

tou dezenas de troféus, individualmente e em equipe. Os filhos Carlos Bento e Rodrigo Durão seguiram os passos do pai e foram premiados no tiro de laço, no concurso de rédeas e na declamação.

Quando se arranchou em Medianeira, em 1979, Durão trabalhou no Frigorífico Frimesa e posteriormente na Casa de Carnes, onde foi de peão a proprietário. Criava ovelhas e cavalos – entre eles, “Petição”, que era a alegria da gurizada.

Para Durão, “os rodeios tinham que acontecer rigorosamente conforme o planejado”, relatou o empresário e gaitero Laércio Schoeler. Por isso, na hora da encrenca, não hesitava um segundo em empunhar sua adaga e causar espanto no oponente ao gritar: “Mas não é à toa – chomisco! que sou lá de São Luiz Gonzaga”.

Vanderlei Durão foi assassinado em 8 de setembro de 1997, aos 46 anos. O caso teve grande repercussão. Segundo Graciliano Pegoretto, o enterro do gaúcho de São Luiz Gonzaga foi um dos maiores eventos públicos da história de Medianeira: “O cemitério foi tomado por um batalhão de gaúchos. Vieram amigos tradicionalistas de toda a região, de Foz do Iguaçu, de Cascavel... Era gente a perder de vista. E todos trajados a rigor”.

SÍMBOLO DE AMIZADE

Um monumento chama a atenção de quem passa por Medianeira, na altura do Km 667 da BR-277. É a Cuia do CTG, uma obra em concreto e aço instalada defronte do Sentinela dos Pampas que se converteu em cartão postal da cidade.

Simboliza acolhimento e amizade aos visitantes, assim como a cuia do chimarrão que passa de mão em mão representa compartilhamento e fraternidade. A cuia pesa cerca de duas toneladas, e a bomba tem 2,5 metros de comprimento em aço inox com o bico de bronze.

O engenheiro civil Rubilar Fachinetto desenvolveu o projeto, o pedreiro Valmir Barros edificou a estrutura, e as metalúrgicas Rold (Medianeira) e Metal Arte (Cascavel) fabricaram a bomba. Construído na gestão do patrão Arthur Marasca (1944-2016), o monumento foi inaugurado em 20 de setembro de 1987, Dia do Gaúcho.

ROBERTO MARIN



MONUMENTO. A Cuia defronte do CTG Sentinela dos Pampas é o principal cartão postal de Medianeira. A obra foi inaugurada em 20 de setembro de 1987, Dia do Gaúcho.



RELIGIOSIDADE E COMUNIDADES DE FIÉIS

Católicos, evangélicos luteranos e crentes da Assembleia de Deus foram os primeiros a se organizar para praticar sua fé

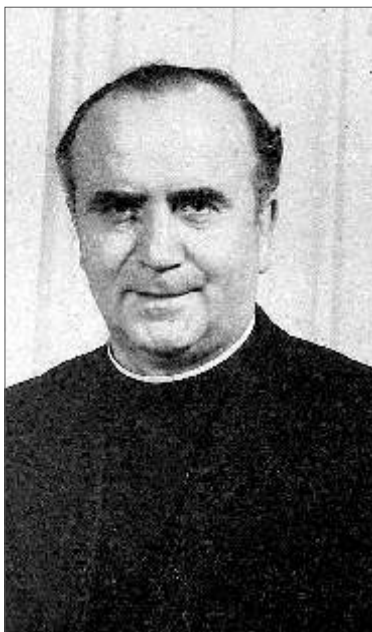
Na visão dos sócios da Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., um projeto de colonização bem sucedido não poderia resumir-se à atividade agropecuária, mas deveria contemplar também aspectos como industrialização, educação, saúde e atividade religiosa. Ainda na década de 1950 começou a construção do Frigorífico Medianeira S/A (Frimesa), foi criada a Paróquia Nossa Senhora Medianeira, o educandário conhecido como “Colégio das Irmãs” entrou em funcionamento, e o médico Alcebíades Barbosa da Silva deixou Porto Alegre para atender a população medianeirense, inicialmente em um hotel e depois no hospital da congregação Servas do Espírito Santo.

As igrejas sempre foram ponto de encontro de amigos velhos e novos, compadres, padrinhos, madrinhas e afilhados. Locais de oração, confissão e comunhão, enfim, um espaço democrático para todos. “Todo mundo ia à igreja para

ARQUIVO PREFEITURA DE MEDIANEIRA



CATOLICISMO. Uma construção simples, de madeira, ponto de encontro da fervorosa comunidade católica: a Igreja Matriz de Medianeira nos idos de 1950.



ALEMÃES. O sacerdote alemão Martin Seitz (padre Martinho) rezou a primeira missa em Medianeira. Seu conterrâneo Anton Fertl (na foto, celebrando um casamento em 1963) foi o primeiro pároco. Seitz chegou ao Brasil em 1940. Fertl, no segundo semestre de 1953.

rezar, agradecer, conversar e se queixar: do clima, dos preços e das estradas. Não tinha escolha. Ou missa ou culto, ou ficar em casa”, sintetizou o pastor Carlos Goebel, que atuou na estruturação da Congregação Evangélica Luterana Santíssima Trindade de Medianeira em 1964.

Não era só rezar. Centenas de festas foram realizadas pelas comunidades católicas, na cidade e no interior, para louvar santos padroeiros e arrecadar fundos destinados à Diocese ou para reformas e ampliações dos templos e salões paroquiais. A organização de uma festa religiosa era quase perfeita, com hierarquia patriarcal rígida. As mulheres na cozinha, no preparo de saladas, maionese, sobremesas, pães e cucas. Também eram elas que lavavam pratos e panelas. As moças arrumavam as mesas.

Os homens ocupavam-se do churrasco: cuidando do fogo de chão, espetando carnes em varas de pau verde e costelões de quatro quilos em agulhas de carroças. Os rapazes, junto com alguns senhores mais velhos, ficavam na copa, vendendo bebidas, doces e bolachas, e cuidando do gelo. Crianças bem vestidas, muitas com sapatos novos, corriam de um lado para outro na esperança de ganhar o grande presente - uma garrafa de gasosa, de preferência com sabor framboesa.

Nos primeiros anos, quando não havia salão coberto, uma ramada era construída com folhas de coqueiro e palmito para se ter boa sombra. À tarde era a vez



MOMENTO SOLENE. Dom Olívio Fazza (centro), bispo da Diocese de Foz do Iguaçu, participa do lançamento da pedra fundamental da nova Igreja Matriz, em dezembro de 1983. A seu lado estão os padres Enrique Helleinge (esq.) e Thomas Hughes (dir.).

da tômbola, a disputa no grito para ver quem pagava mais por um bolo, torta, pudim, choca de pintos ou carneiro. Leiloeiros como o barbeiro e vereador Hilário Bordignon e o técnico em máquinas de costuras Gabriel Delazari ficaram famosos pela habilidade na venda de produtos pelo maior preço. Tinha “pescaria” para a gurizada, matinê para os jovens e, vez por outra, alguma encenca.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MEDIANEIRA DE TODAS AS GRAÇAS

Nos idos de 1950, sacerdotes católicos partiam de Guarapuava, a cavalo, e percorriam quase 400 quilômetros até Foz do Iguaçu. No percurso celebravam missas, ouviam confissões, batizavam crianças e ministravam o sacramento da extrema-unção. Faziam paradas em Cascavel, Céu Azul, Matelândia, Medianeira e São Miguel do Iguaçu. Eram religiosos da Congregação do Verbo Divino.

Em fevereiro de 1952, um padre alemão chamado Martin Seitz se hospedou no Hotel Fossá e foi instado por moradores a rezar aquela que seria considerada a primeira missa celebrada no incipiente núcleo colonial, segundo reporta o livreto “Resgate Histórico da Paróquia de Medianeira - 60 Anos” (agosto de 2014). Um altar improvisado e uma imagem de Nossa Senhora Medianeira foram instalados defronte do hotel. Nascido em 1911 em Spiesen (Saarland), no sudoeste da Alemanha, o sacerdote verbita Seitz chegou ao Brasil no início de 1940. Seu primeiro destino foi Juiz de Fora (MG).



COMEMORAÇÃO. Já octogenário, o padre Anton Fertl retornou a Medianeira em 1992 para celebrar seu 56º aniversário de ordenação sacerdotal. A partir da esquerda, Nereu Bortolato, padre Anton, padre Adriano van de Ven, Jonas Fellini e Lurdes Andreola.

Ainda em 1952 a vila de Medianeira passou à condição de distrito do Foz do Iguaçu e, em 3 de novembro 1954, foi criada a Paróquia Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. Subordinada à Prelazia de Foz do Iguaçu, na época administrada por monsenhor dom Manoel Könnner (1885-1968), a nova paróquia abrangia as localidades de Gaúcha (São Miguel do Iguaçu), Matelândia, Céu Azul, Boa Vista e outras pequenas comunidades.

Outro alemão, também da Congregação do Verbo Divino, foi o primeiro pároco de Medianeira. Nascido em Munique, em 1906, o padre Anton Fertl teve uma breve passagem pela China e no segundo semestre de 1953 chegou ao Brasil.

Foi nomeado vigário geral da Paróquia São João Batista, de Foz do Iguaçu, e, em seguida, titular da Paróquia de Medianeira, segundo relatou dom Laurindo Guizzardi no livro “História da Diocese de Foz do Iguaçu” (2014, Edições CNBB).

Em 1954, “a Colonizadora assumiu este padre, oferecendo-lhe honorário mensal e convidando-o a instalar-se definitivamente em Medianeira”. Fertl atuou no município até 1964, sendo substituído pelo padre Luiz Mark. Com o apoio da Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., viabilizou a vinda das irmãs Servas do Espírito Santo (1955), que passaram a administrar o Educandário Nossa Senhora Medianeira e, posteriormente, o Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz. Anton Fertl faleceu em 2003, na cidade de São Paulo (SP).



PROCISSÃO. Todos os anos, no dia 31 de maio, a Paróquia Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças promove a festa da padroeira. A imagem da santa é conduzida pelos fiéis em caminhada ao redor da igreja. Ao meio-dia, serve-se o tradicional costelão.

13 BISPOS NA CIDADE

No sábado, 26 de junho de 1965, os moradores de Medianeira acordaram em clima de expectativa. Uma visita inédita era aguardada. Nada menos que 13 bispos do Paraná estariam na cidade, em visita pastoral. A chamada “Marcha dos Bispos pelo Oeste Paranaense” comemorava os 25 anos de ordenação sacerdotal de dom Armando Círio - o primeiro bispo da região - e o quinto aniversário da Diocese de Toledo.

Segundo relato de monsenhor Pedro Fedalto (posteriormente arcebispo de Curitiba), foi “digna de louvor a manifestação de Medianeira”. À distância, registrou Fedalto, “esperavam os bispos, caminhões e automóveis tipicamente ornamentados, mais próximo aguardavam ciclistas, cavaleiros em trajes originais, carros puxados por burros e bois”. Nesse dia foram inaugurados a casa paroquial, a sede da Prefeitura e as instalações da Câmara de Vereadores.

Proferiram homilias os bispos de Ponta Grossa, dom Geraldo Pellanda, de Londrina, dom Geraldo Fernandes, e de Palmas, dom Carlos Eduardo Saboia de Mello. Os religiosos fizeram “eloquentes orações impregnadas de conceitos doutrinários, convictos de atuação de Maria na Igreja - a de Medianeira”, expressando “os mais profundos sentimentos à população briosa”. Aos prelados foi oferecido um almoço acompanhado de cantos e danças. José Della Pasqua era o prefeito na época.



OBRA. A Igreja Matriz da comunidade católica pouco depois de sua inauguração, em 1994. Com linhas arquitetônicas modernas, sua construção demandou mais de uma década. Um mutirão com apoio financeiro de empresários possibilitou a conclusão da obra.

OS PADRES “PROGRESSISTAS”

Durante duas décadas - de 1970 até o início dos anos 1990 -, o catolicismo foi marcado em Medianeira pela presença e atuação de sacerdotes vinculados à Teologia da Libertação, uma vertente teológica nascida depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte do princípio de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e especifica que a teologia, para concretizar essa opção, deve usar também as ciências humanas e sociais.

O primeiro dos chamados padres “progressistas” foi Adriano van de Ven, nascido nos Países Baixos em 1940. Ele chegou ao Brasil em 1965 e assumiu a função de pároco e vigário geral da Paróquia Nossa Senhora Medianeira em 1972, depois de uma temporada de estudos na Universidade de Louvain (Bélgica), onde defendeu a dissertação temática “Violência ou não violência na América Latina: uma comparação entre Dom Hélder Câmara e Che Guevara”.

De baixa estatura, passos rápidos, rosto avermelhado e intelectualmente preparado, padre Adriano atuou durante uma década em Medianeira sem esconder seu compromisso com a Teologia da Libertação. O livro “De sol e lua. Por onde anda? Fatos e personagens da história de Medianeira e região” (Roberto Marin, 2003) assim registra sua passagem pela cidade: “Batizou muita gente, sim; fez inúmeros casamentos, sim; preparou muitas crianças para a primeira comunhão,

sim. No lado social, apoio às manifestações dos sem-terra, dos desalojados pelo Lago de Itaipu, dos desempregados quando da falência do Frigorífico Medianeira - Frimesa, e dos agricultores atingidos pelo escândalo da NPRs - Notas Promissórias Rurais (...)

O sacerdote defendia a ocupação de terras anteriormente tomadas por grileiros. “A invasão é um termo usado pela burguesia, pelos latifundiários. Eles é que foram invadindo terras... e deixaram o povo sem terra. É preciso fazer das ocupações de terras que já foram invadidas, um ato legítimo”, declarou em 2002, em Dourados (MS), para o livro “De sol e lua”.

Padre Adriano não era uma estrela solitária. Em muitos países da América Latina, na época sob o tacão de ditaduras, a Teologia da Libertação ganhou espaço e até certa legitimidade. Mas também produziu fortes reações de setores conservadores do catolicismo e da sociedade contra os “padres vermelhos”, inclusive em Medianeira.

O sacerdote neerlandês resistiu até onde pôde, sendo substituído em 1982 por Thomas Hughes (1947-2017), o quinto titular da Paróquia de Medianeira. Natural da Irlanda, esperava-se que o religioso estaria mais à direita. Foi o contrário; era um fervoroso defensor “da opção preferencial pelos pobres”. Nos nove anos em que comandou a paróquia (até 1991), as almas católicas estiveram divididas entre “os da Casa-Grande; e os operários e pequenos agricultores”.

SEM-TERRA, PASSEATA E ROMARIA

Padre Thomas ampliou a participação do clero, com leniência de dom Olívio Fazza, bispo da Diocese de Foz do Iguaçu, no fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), através de 23 pastorais, entre elas, a dos jovens, das mulheres, de estudos bíblicos, de formação política, operária, da terra e a da catequese. Todas alinhados com a Teologia da Libertação. Também deu decidido apoio ao Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (Mastro).

Três fatos dividiram a comunidade católica na década de 1980. Em 30 de junho de 1984, 124 famílias - num total de 502 pessoas - que haviam sido desalojadas por decisão judicial da Fazenda Mineira, nas proximidades da comunidade de São Bernardo, foram “acolhidas no pátio da Igreja Matriz de Medianeira”, segundo registra o Livro Tombo da paróquia. Formou-se no centro da cidade um acampamento de sem-terra, local de muitas visitas, doações, insultos - “vão trabalhar, tropa de vagabundos!” -, e discursos políticos. Os agricultores foram reassentados pelo Incra no final 1984. Cada família recebeu cerca de 14 hectares de terra. A nova comunidade rural passou a ser conhecida como Assentamento Sávio, em homenagem ao líder sindical Miguel Sloar Sávio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, falecido em 2002.

Em 14 e 15 de março de 1989, centrais sindicais convocaram um greve geral em todo o país contra a carestia, o desemprego e a política econômica do governo Sarney. Religiosos de Medianeira acompanharam cerca de 500 trabalhadores em passeata pelo centro da cidade, exigindo que o “comércio fechasse as portas em apoio à manifestação, o que provocou tumultos no centro da cidade, empurra-empurra, vidros de vitrines quebrados e gritos de fecha!, fecha!”, noticiou o jornal “Folha Regional”.

Caminhando ao lado dos manifestantes estavam o padre Thomas e irmãos do Hospital Maternidade. “Eu fui na greve em solidariedade ao povo oprimido e também para mediar possíveis excessos, para que o movimento não tomasse o rumo da violência”, justificou-se o sacerdote em diversas entrevistas. Mesmo assim, foi processado e atacado na imprensa (Rádio Independência) e por um porta-voz informal da extrema-direita medianeirense, um gaúcho de Encantado (RS) que, assim como chegou, partiu.

Em 2 de julho de 1989, a cidade foi palco da 5ª Romaria da Terra, que teve como lema: “Terra partilhada; terra produtiva; povo organizado; povo libertado”. Mais de mil trabalhadores, com ou sem terra, participaram da manifestação. No final do evento, ocuparam a nova Igreja Matriz, ainda em construção, para um culto ecumênico. No último discurso, um líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medianeira levantou a plateia ao dizer: “Esta igreja está há anos em construção, e a burguesia não quer inaugurá-la para não dar gosto ao povo trabalhador. Portanto, neste momento, dou por inaugurada esta igreja”.

Sintetizando o pensamento de parte do público católico em relação a sacerdotes que não se limitavam apenas a rezar missa e ministrar sacramentos, o ex-prefeito-interventor Luiz Bonatto disse à “Folha Regional” em outubro 1987: “Na minha época já tínhamos os chamados padres progressistas. Reconheço que a igreja deve trabalhar no campo social, mas ela começou a invadir áreas que não são de sua competência. Eles estão pregando a justiça na distribuição da terra, da riqueza, quando na realidade os padres não fazem o mesmo. Eles têm propriedades de terras e não distribuem para população... Eu tive problemas com os padres em Medianeira. Para mim, eles eram mais agitadores do que colaboradores da comunidade”.

UM CONSERVADOR PARA PACIFICAR

Em 1991, segundo registrou dom Laurindo Guizzardi, o padre Thomas Hughes “enfrentava uma surda oposição das pessoas contrárias ao seu empenho nas causas sociais”. Não restou alternativa ao bispo dom Olívio senão substituí-lo. Assumiu padre Elírio Dal Piva (1931-2015), que acalmou resistências e, finalmente, através de um mutirão com apoio empresarial, conseguiu retomar a construção e inaugurar a nova Igreja Matriz em 1994.

No ano seguinte, a Diocese de Foz passou aos cuidados de padres diocesanos. Em missa celebrada no dia 3 de setembro de 1995, dom Olívio anunciou “que viria com os padres diocesanos tomar posse da Paróquia de Medianeira” e que padre Elírio seria substituído até 31 de dezembro daquele ano.

Lideranças católicas reagiram, forrando a igreja com 32 faixas de apoio ao pároco. Diziam: “Dom Olívio, precisamos do padre Elírio, deixe-o conosco. Padre Elírio nos ensinou o caminho da verdade, por que mudar?”. Não houve jeito. Padre Elírio, sob lamentos, foi transferido. Assumiu em seu lugar o sacerdote Claudio Güntzel, um alemão de bem com a vida, tradicionalista (usava bombacha quando havia rodeio no CTG Sentinela dos Pampas), amigo dos idosos no baralho e no jogo de bochas, não raro saboreando um copo de cerveja. Padre Claudio pode ser considerado um pacificador. A partir dele, outros sacerdotes não tiveram maiores conflitos com a sociedade.

OS LUTERANOS DA IECLB E DA IELB

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, sigla IECLB, e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, sigla IELB, são as duas principais denominações do luteranismo em território brasileiro. A primeira é tida com igreja da imigração e fortemente ligada à Alemanha. A segunda foi fundada por missionários americanos no início do século XX. Ambas seguem a doutrina lançada por Martin Luther (citado no Brasil como Martin Lutero) em Wittenberg, na Alemanha, no século XVI, movimento conhecido na história como Reforma Protestante.

Os primórdios do luteranismo em Medianeira datam dos anos 1960, quando colonos de ascendência alemã estabelecidos em Jardinópolis (posteriormente município de Serranópolis do Iguaçu) começaram a se reunir para praticar a sua fé, lançando as bases das comunidades eclesiais estruturadas que se formariam em seguida na sede urbana. Eles traziam do sul sua vinculação com uma ou outra vertente luterana.

As reuniões se davam em casas de famílias. “Eram encontros de cinco a sete pessoas que tinham conhecimentos bíblicos e uma tradição familiar para ouvir a palavra de Deus”, registrou Lotario Guenter Fischborn, pesquisador e cronista da Paróquia Evangélica Martin Luther (IECLB), no opúsculo “Os 50 Anos da Comunidade Evangélica Luterana em Medianeira”.

O TRABALHO DO PASTOR GOEBEL

O primeiro pastor da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) em Medianeira foi Carlos Henrique Goebel. Ele iniciou seu ministério em Jardinópolis, em 1964, “praticamente no meio do mato”, conforme recordou em 2019. Além da vila, atendia Medianeira, Céu Azul, Agrocafeira, São Miguel do Iguaçu (comuni-



NO SERTÃO. O pastor Carlos Goebel, da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), celebrando culto e casamento nos anos 1960, em Jardinópolis. À direita, como convidado, fazendo a “consagração do altar” na inauguração do templo da IELB em Medianeira, em 1981.

dade no interior do Parque Nacional do Iguaçu), Portão Ocoy e Dom Armando.

Ainda em 1964, os luteranos da IELB se desmembraram da paróquia de Marechal Cândido Rondon, à qual até então estavam vinculados. Nascia assim, em Medianeira, a Congregação Evangélica Santíssima Trindade.

Goebel revelou-se um pastor muito ativo. Ficou em Medianeira até 1971. “Eu dei aulas de inglês no Colégio João Manoel Mondrone, fui inspetor de Ensino Municipal, trabalhei na distribuição da merenda escolar, ajudei a descarregar uma caldeira para o Frigorífico Medianeira S/A e ainda joguei futebol no time do União, tudo isso na gestão do prefeito José Della Pasqua”, escreveu em suas memórias.

Os evangélicos da Santíssima Trindade têm um pequeno templo à Rua Santa Catarina, ao lado do Colégio Olavo Bilac. Não promovem festas nem shows. Nos cultos, cerca de 50 pessoas, a maioria idosos, usam roupas simples e não ostentam luxo. O presidente da congregação é o mecânico e comerciante Carlos Kogut, eleito em 2021.

Em 2014, de forma discreta, a IELB de Medianeira comemorou os 50 anos de fundação da comunidade com cultos e orações para “proclamar Cristo para todos”. Sob a direção do pastor Ailton José Müller, a congregação abrange ainda Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Vila Esmeralda, Itaipulândia e Portão Ocoy. Os luteranos mantêm o programa “Cinco Minutos com Jesus”, que vai ao ar diariamente pela Rádio Cultura.

PASTOR WERNER: DA ALEMANHA PARA O BRASIL

Quando o pastor Klaus-Ulrich Werner emigrou da Alemanha, no final de 1960, e fixou residência em Capanema, no Sudoeste do Paraná, em fevereiro de 1961, para atender os fiéis da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) ali radicados, eram escassos os seus conhecimentos de português. Mas isso não foi empecilho para o trabalho pastoral, pois a maioria dos membros da comunidade falavam o idioma dos antepassados “e o culto poderia ser feito em alemão”, registrou Werner em depoimento escrito datado de 2014.

Ainda pregando em alemão, o pastor Werner estendeu sua atuação a serviço da IECLB à região de Medianeira por volta de 1963/64. O “Portal Luteranos” registra que o primeiro culto em Jardimópolis aconteceu em 1963, na propriedade de Reinoldo Sitman. Nesse mesmo ano, ou no início do ano seguinte, Werner celebrou o primeiro culto na cidade de Medianeira. “Não lembro mais o nome da família, em cuja casa fora realizado o culto. Era uma casa bonita e grande, no lado esquerdo da rua principal, em direção a Foz do Iguaçu. A semente foi lançada. Eram poucas famílias no início”, relembrou Werner.

Durante pelo menos cinco anos os cultos foram celebrados nas residências de fiéis. Outros pastores que atenderam a incipiente comunidade, segundo o “Portal Luteranos”, foram Albrecht Franke, da IECLB de Toledo, e Werner Wedel, da Paróquia de Matelândia, que havia sido instalada em 1966 e à qual os luteranos medianeirenses ficaram vinculados.

Nascido em 1937, em região da antiga Prússia Ocidental que hoje é parte da Polônia, Klaus-Ulrich Werner era filho de Heinz Werner e Edeltrud Rückert-Werner. Em 2002, após se aposentar, o pastor passou a residir em Rio Pardo, distrito de Sinimbu (RS).

Em 1967, a IECLB de Medianeira reunia sete famílias. Entre elas, as dos



LUTERANOS DA IECLB. Acima, o pastor Klaus-Ulrich Werner, que chegou ao Paraná em 1961, e fiéis da Igreja Evangélica de Confissão Luterana reunidos diante do antigo templo em Medianeira, em 1968. Abaixo, a atual estrutura da IECLB na cidade - igreja e salão.

imigrantes Heinrich Kraft e Bruno Stark. De origem teuto-russa, o marceneiro Kraft era casado com Rosa. Stark era alemão, casado com Irmgard, e atuava no setor madeireiro. Chegou muito jovem ao Brasil, retornando posteriormente à Alemanha, onde foi colhido pela Segunda Guerra Mundial. Foi soldado da Wehrmacht, sobreviveu e retornou ao Brasil.

Outros pioneiros da IECLB de Medianeira foram Celestino Benetti (agricultor), Edmundo Hoffmann (carpinteiro e construtor de casas), Lotario Fischborn (técnico da Souza Cruz), Helmuth Kock (agricultor) e Lauro Loose (gráfico).

As famílias reuniram esforços para construir sua igreja e o pavilhão de fes-

tas. Tentaram obter um terreno da Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., mediante doação, mas não tiveram sucesso. Encontraram três lotes defronte do Colégio Mondrone pertencentes ao motorista Armandio Bantle, que residia em Planalto (PR). Compraram os imóveis à vista. Para as obras, precisavam de mais dinheiro. Promoveram a 1ª Festa do Chopp de Medianeira, com o apoio do jornal “O Encontro”, do advogado Adolpho Mariano da Costa. Teve baile, desfile de carros alegóricos, danças folclóricas, venda de cucas, tripa grossa e “Eisbein” (joelho de porco), pratos tradicionais da culinária alemã.

Finalmente, em 16 de outubro de 1968, a igreja e o pavilhão de festas puderam ser inaugurados. A comunidade cresceu e, em 13 de setembro de 1987, foi lançada a pedra fundamental da atual igreja, inaugurada em 8 de outubro de 1989.

Em 15 de dezembro de 1996, devido a remanejamento de campos de trabalho pastoral e outros fatores, Medianeira passou a ser cidade-sede de paróquia da IECLB, condição até então ostentada por Matelândia. Com a denominação Paróquia Evangélica Martin Luther - IECLB de Medianeira, a unidade eclesial é composta pelas seguintes comunidades: Matelândia, Medianeira, Flor da Serra, Jardimópolis, Agro Cafeeira, Vila Esmeralda, Palmital e Aurora do Iguaçu.

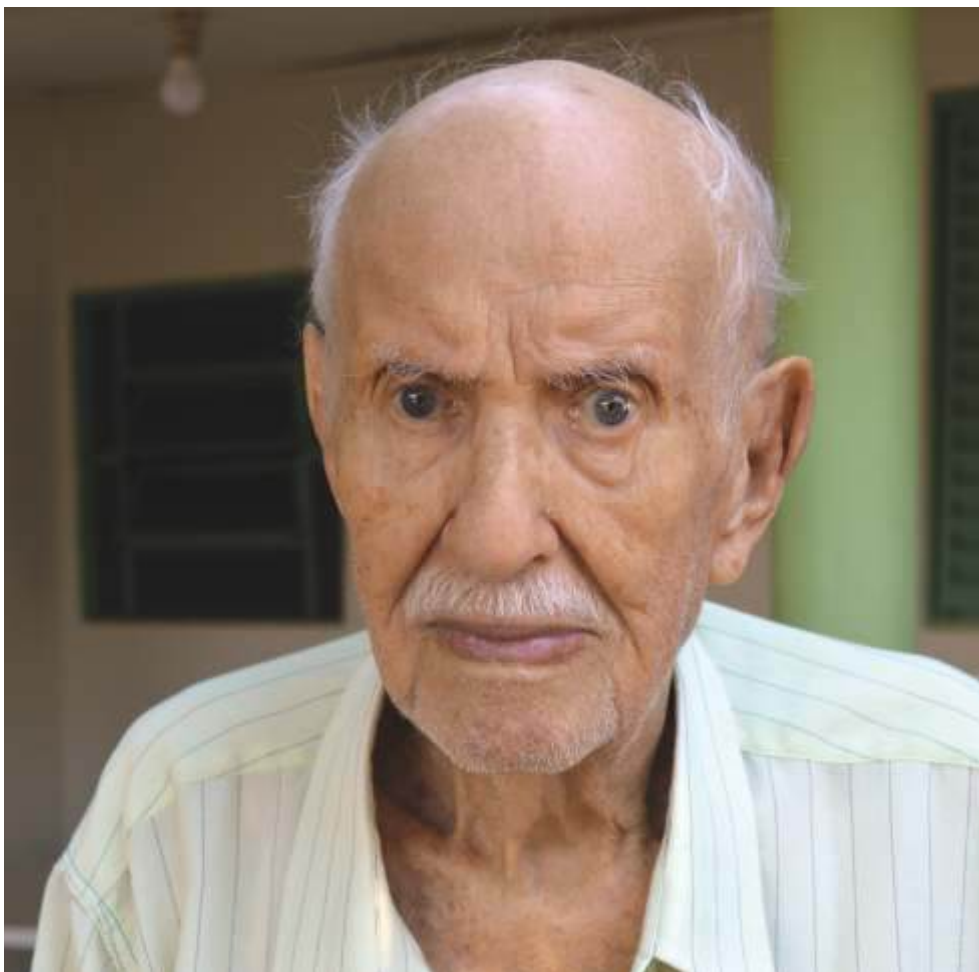
O HOMEM DO LIVRO DA CAPA PRETA

Apolinário Zeferino Elias (1920-2010) era um operário que trabalhava na construção de estradas. Em 1952, chegou à vila de Medianeira. Parou e gostou. Decidiu ser agricultor. Foi para a vila de Jardimópolis, na divisa com o Parque Nacional do Iguaçu.

A ausência de Deus em sua vida o incomodava. Sabia que existia “um livro da capa preta que falava de Deus”, relatou sua filha Ivanilde. Ganhou um exemplar de um compadre e, analfabeto que era, com muito esforço, quase um milagre, aprendeu a ler. “Em dois anos, leu duas vezes a Bíblia Sagrada”, registra a publicação “Resumo da História dos 50 Anos da Assembleia de Deus de Medianeira, anexa à Bíblia, 2018”.

Em 1959, chegou à propriedade de Apolinário um mascate chamado João Marques. O agricultor perguntou-lhe se sabia de alguém que seguia os ensinamentos do “livro da capa preta”. Marques indicou a Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Foz do Iguaçu. Antes, Marques, que já era obreiro da igreja, orou e “afirmou que a partir daquele momento Apolinário era um homem cristão e que seguiria a palavra de Deus”. Foi naquela mesma oração que toda “família se rendeu à palavra do Senhor”.

Em 1963, Fredolino José Ribeiro deixou seu minifúndio no município gaúcho de Santa Rosa para ser colono em Medianeira. Já era um crente. Participou



CRENTE. Oriundo de Santa Rosa (RS), Fredolino José Ribeiro tirou tábuas de sua própria casa para construir bancos destinados à igreja da Assembleia de Deus em Medianeira.

ativamente da construção do templo da Assembleia de Deus, uma obra modesta no centro da cidade. Chegou a desmanchar uma parede interna de sua casa e, com a madeira, construiu seis bancos. Hoje, após reformas e ampliações, a igreja tem capacidade para até 500 fiéis.

Nos cultos, muitas ministrações bíblicas, hinos interpretados por afinados cantores e uma orquestra, louvores e falas em glossolalia (cada um usa uma linguagem incompreensível) que é a “manifestação do Divino Espírito Santo”. Os pastores usam terno e gravata. Um grupo de cinco a seis obreiros, muito simpáticos, recepciona os fiéis na entrada do templo.

A Assembleia de Deus em Medianeira foi oficialmente autorizada pela direção superior da igreja em 1968. Em 2018, a congregação era formada por 24



PIONEIROS. Apolinário Zeferino Elias (1920-2010), “o homem do livro da capa preta”, ao completar 50 anos de casamento com Lídia Scaini. À direita, o pastor José Escoriça Neto.

templos distribuídos nos municípios de Medianeira, Missal, Ramilândia, Diamante D'Oeste e Serranópolis do Iguaçu. Atuaram os pastores José Escoriça Netto, Clodomir Batista Ribeiro, Geronimo Moreira, e, desde 2004, Augusto Furmann. Os três primeiros, já falecidos.

Os fiéis da Assembleia têm a Bíblia como a revelação Deus, dada aos homens por inspiração do Espírito Santo, e reconhecem-na como “autoridade única e infalível quanto a fé e à conduta”. Assim está escrito.

CRITÉRIO DA COMPETÊNCIA TROUXE O CEFET, HOJE UTFPR

Instituição veio atender e respaldar o potencial de uma região agropecuária em pleno desenvolvimento

Tão logo o prefeito Adolpho Mariano da Costa assumiu a Prefeitura de Medianeira, em janeiro de 1986, começou a executar um projeto administrativo, elaborado bem antes da eleição, que seria conhecido como “Nova Medianeira”. De formação marxista, Mariano resumia seu pensamento na frase: “Não basta conhecer o mundo, sentencia o teórico, urge transformá-lo, para melhor”.

Transformar, fazer, executar eram palavras de ordem. Assim que tomou conhecimento que o governo do presidente José Sarney tinha um projeto para a implantação de 200 escolas técnicas federais em todo o país, Mariano foi à luta. Elaborou um plano de ação que incluía descrição para que outros municípios “não chegassem antes”, estabeleceu contatos no mais elevado escalão da República - incluindo o deputado federal e presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, e os ministros Dilson Funaro (Fazenda), Renato Archer (Ciência e Tecnologia), Íris Rezende (Agricultura) e Jorge Bornhausen (Educação).

No plano local, o prefeito contou com a assessoria de uma equipe formada por Antonio Luiz Baú, Clecy Maria Capellari, Inês Carnieletto, Edmar Braz Bolsi, Rubi Brockmann, Benevenuto Augusto de Carvalho, Valdir Sabadin, Ezequiel de Lima e Airtton Vivian, para a elaboração da proposta de Medianeira que seria encaminhada ao diretor-geral do CEFET-PR, professor Ataíde Moacyr Ferrazza, e a outras instâncias.

A PROPOSTA DE MEDIANEIRA

O projeto apresentado por Medianeira elencava o município como “parte de uma região com economia baseada na agropecuária e agroindustrialização, com alto grau de produtividade”. Apesar disso e das terras mais férteis do país, não existia “nenhuma escola técnica” em um raio de 500 quilômetros.

Como contrapartida para a instalação da unidade técnica, o município oferecia em doação uma área privilegiada no bairro Independência, com infraestrutura viária, energia elétrica, urbanização, rede d’água e telefone.



CONSTRUÇÃO. Início das obras do CEFET - Medianeira em 22 julho de 1987. O prefeito Adolpho Mariano da Costa e o professor Ataíde Ferrazza descerram a placa comemorativa.

MINISTRO BORNHAUSEN BATE O MARTELO

Segundo o manuscrito “Resgate Histórico do Campus de Medianeira da UTFPR”, no final de 1986 houve uma reunião com o governador em exercício, João Elísio, o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Nilson Sguarezzi, 25 prefeitos e o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, que faria o anúncio dos municípios contemplados com uma escola técnica.

Quando Bornhausen anunciou Medianeira, um político cutucou: “Por que não uma cidade mais poderosa e de maior porte?” O ministro respondeu: “Sou catarinense, voto no meu Estado e não sou do partido do prefeito. Recebi mais de 500 pedidos de diversas autoridades e, como não poderia construir uma escola para cada uma dessas solicitações, determinei aos técnicos que enquadrassem os pedidos seguinte forma: viabilidade técnica do projeto, viabilidade socioeconômica e contrapartida do município. Medianeira atende integralmente a tais pré-requisitos”.

Dias depois, o professor Ferrazza, diretor do CEFET-PR, telefonou para Adolpho Mariano da Costa:

- Prefeito, Medianeira acaba de ganhar um CEFET. Não sei quais os critérios, se políticos ou não, que o senhor utilizou para essa conquista...

Ao que Adolpho respondeu na veia:

- O critério da competência, professor.



NO SEU TEMPO. Antonio Luiz Baú era o diretor do CEFET - Medianeira quando a unidade foi transformada em Universidade Tecnológica Federal, em 2005.

- Isso é o que veremos.
- Claro que veremos, professor, com a ajuda dos senhor, de seus técnicos e professores.

Cornélio Procópio e Umuarama foram os dois outros municípios paranaenses contemplados com a instalação de unidades do CEFET.

6 DE FEVEREIRO DE 1987

Foi nessa data, uma sexta-feira, através da Portaria 067/87, que nascia Unidade de Medianeira do CEFET-PR, que seria transformada 18 anos depois em Universidade Federal Tecnológica do Paraná - Campus de Medianeira, através da Lei 11.184, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de outubro de 2005.

A inauguração oficial da escola deu-se em 30 de maio de 1990 com a presença do ministro da Educação, Carlos Alberto Chiarelli. Também participaram o prefeito de Medianeira, Elias Carrer, o diretor-geral do CEFET- PR, Artur Antonio Bertuol, o deputado federal Werner Wanderer, o deputado estadual Élio Rusch e prefeitos da região. O professor Alexandre Francisco de Moraes foi nomeado diretor.

O ministro Chiarelli enfatizou em seu discurso “que a unidade instalada em Medianeira representará em curto prazo uma verdadeira agência de desenvolvi-

mento na região”. Entusiasmado com as instalações, acrescentou que o “CEFET de Medianeira poderia estar localizado em qualquer país do primeiro mundo”.

Dois cursos foram autorizados: Técnico em Alimentos (carnes) e Técnico em Eletromecânica. Cada curso ofertou 120 vagas. Para o exame de admissão inscreveram-se 627 candidatos. A maioria dos aprovados era proveniente de municípios da região Oeste do Paraná. A situação aos poucos foi se alterando. A partir de 2010, “mais de 60% dos alunos eram oriundos de outros estados, mais precisamente de São Paulo”, comentou o ex-prefeito e diretor-geral da UTFPR - Medianeira, Antonio Luiz Baú, em janeiro de 2021.

CURSOS SUPERIORES

Com a criação da UTFPR - Medianeira, gradativamente os cursos técnicos em nível de 2º grau deixaram de existir. O foco passou a ser a graduação, formação de professores, pós-graduação, mestrado e doutorado. Em 2020, a UTFPR oferecia os cursos de: Ciência da Computação; engenharias: Ambiental, de Alimentos, de Produção e Elétrica; licenciatura em Química; tecnologia: em Alimentos, Gestão Ambiental e Manutenção Industrial; pós-graduação: Ensino de Física, Tecnologias de Alimentos, Tecnologias Computacionais para o Agronegócio e Administração Pública (Rede Nacional). E a “menina dos olhos” da unidade, o Parque Tecnológico com espaço definido no antigo Parque de Exposições de Medianeira.

A UTFPR é um orgulho para Medianeira. Movimenta a cidade. Gera empregos e oportunidade de negócios. Dezenas de pequenas agroindústrias surgiram porque os proprietários tiveram formação nessa instituição de ensino superior. Empresas de grande porte - como Lar e Frimesa - passaram a ter mão de obra qualificada no quadro de colaboradores. Em 2019, a UTFPR tinha 179 professores e 90 técnicos administrativos.

Só os cursos de tecnologia colocaram no mercado em mais de 30 anos cerca de 2.300 profissionais e outros 3.700 com especialização *lato sensu*. É um belo legado.



ORGULHO. Referência em educação técnica de qualidade e pesquisa científica, a UTFPR - Medianeira atrai estudantes e professores de todo o país.

SEMEAR. UMA SEMENTE QUE GERMINOU E PRODUZIU FRUTOS

Entidade filantrópica atendeu mais de 7 mil crianças e jovens em duas décadas de trabalho exemplar

ROBERTO MARIN

No mundo cada vez mais marcado por algoritmos, quando as pessoas são avaliadas por dados numéricos, em um local da cidade de Medianeira pode-se ver e ouvir o canto da fé, do trabalho e da esperança para uma geração de crianças e jovens que encontraram abrigo na Sociedade Filantrópica Semear.

A Sociedade Semear chegou em 2021 aos 20 anos de história de atuação filantrópica com um trabalho exemplar. Não ficou na retórica. Fez acontecer no bairro Belo Horizonte, uma área marcada pela criminalidade, por um certo abandono das políticas públicas e pela vulnerabilidade social.



FUNDADORES. Leci Desbessel e o pastor Kleber Gonçalves quando do lançamento do livro “Semear 20 anos de história”, em 2021

Existia um terreno fértil, à espera de sementes para serem plantadas por uma geração de jovens que viviam no pesadelo da distopia. Os pensadores das ciências sociais, os utópicos, escreveram que “onde há um desafio haverá uma resposta”. E a resposta veio através de um grupo de idealistas liderados pela determinação e coragem de Leci Desbessel, do pastor Kleber Gonçalves e de outros que colocaram “a mão na massa” para transformar a realidade de uma comunidade carente.

Procuraram apoio de Prefeituras, empresas estatais, cooperativas e voluntários, e construíram uma obra meritória, fantástica e bonita, voltada principalmente para o futuro educativo e profissional de crianças e adolescentes. Assim, em duas décadas mais de 2 mil crianças carentes foram acolhidas e outros 5 mil adolescentes ganharam vez e voz na sociedade através do Programa Jovem Aprendiz, do governo federal.



SEDE. Localizada no bairro Belo Horizonte, em Medianeira, a Semear atende crianças e jovens carentes em um espaço limpo e bem organizado.

Percorrer as instalações da Semear é caminhar em um espaço organizado, extremamente limpo, professores e funcionários recebendo pais, alunos e visitantes em geral com simpatia e respeito. Há um refeitório (que serve almoço e lanches), biblioteca, ginásio de esportes e área de lazer. Na laje, uma horta, onde verduras e legumes são cultivados em canteiros suspensos.

Se os olhos ficam encantados, os ouvidos são brindados com belas melodias – de MPB, clássica e popular-, que brotam dos instrumentos da Orquestra da Semear sob a orientação do maestro Vanderlei Aparecido da Silva. Os jovens músicos são oriundos da periferia de Medianeira e de municípios da região.

Para manter a instituição funcionando, recursos são alocados junto às Prefeituras de 12 municípios do Oeste paranaense, entre eles Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Missal, Céu Azul, Serranópolis do Iguaçu, Ramilândia, Vera Cruz do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, e junto a empresas como Lar, Frimesa, Friella, Ninfa, Disan e Construtora Zanella. Fundamental foi o projeto aprovado pela Unesco/Criança Esperança, da Rede Globo, com significativos recursos repassados para a entidade a partir de 2015.

Não resta a menor dúvida que a semente só germinou porque teve chuva, cuidado, dedicação e muito amor dos que diuturnamente trabalharam para ter boas safras, em abundância. E os frutos? Simples. São saboreados por todas as pessoas que encontraram uma oportunidade para florir e serem felizes.



ATIVIDADES. Apresentação da Orquestra da Semear (foto superior) sob a regência do maestro Vanderlei Aparecido da Silva, no Centro de Cultura Popular Arandurá, em Medianeira, e horta cultivada pelos alunos da instituição.

DO PRIMEIRO JORNAL AO CANAL DE TELEVISÃO

Trajетória da mídia medianeirense começa em 1967 com o lançamento de “O Encontro”, editado por Adolpho Mariano da Costa

Egresso do curso de Direito da Universidade de São Paulo e simpatizante do “Partidão” (Partido Comunista Brasileiro), o jovem advogado Adolpho Mariano da Costa teve de fugir da capital paulista após o golpe civil-militar de 31 março de 1964, que depôs o presidente João Goulart e implantou uma ditadura no país. Refugiou-se em Resistência, na Argentina, e só voltou para o Brasil em 1966, fixando residência em Medianeira.

Homem de fina cultura e personalidade forte, Adolpho Mariano reuniu um grupo de amigos, entre eles os professores Davi Froisi e Ovídio Putrick, e decidiu fundar um jornal. Assim nasceu “O Encontro”, que circulou pela primeira vez no dia 20 de outubro de 1967. A publicação mensal abraçou a campanha pela pavimentação da BR-163, especialmente no trecho da Estrada do Colono, divulgou

ARQUIVO JORNAL MENSAGEIRO / REVISTA MOSAICOS



PRIMEIRO JORNAL. Detalhe da primeira edição de “O Encontro”, que circulou em 20 de outubro 1967, quando Medianeira recém havia completado sete anos de emancipação.

EDITORAL DE LANÇAMENTO DE “O ENCONTRO” - 20/10/1967

HORA E VEZ DO DIÁLOGO

“Por que ‘O encontro’? Respondemos. É o encontro do Oeste com o Sudoeste Paranaense, o encontro entre o Norte e o Sul, o encontro do Brasil com a Argentina e Paraguai; o encontro do calor com o frio, formando um clima agradável. É o encontro de cada um de nós com nossa esposa, filhos, noiva ou namorada; o encontro com nossos problemas diários e a solução para os mesmos; o encontro de jovens para trocarmos ideias sobre o futuro; o encontro com novos idealistas que expressam suas ideias e fazem grandes realizações; o encontro com as notícias da região, para divulgá-las através desta maneira de nos encontrarmos com nossos vizinhos municípios, pelo jornal ‘O Encontro’.

“Dedicamos esta primeira edição aos pioneiros desta região que aqui derramaram seu suor para iniciarem grandes cidades no Oeste e Sudoeste. Aos heróis que aqui tombaram pela força do progresso; aos pais de família que terão em ‘O Encontro’ um jornal amigo, instrutivo e muito útil à educação de seus filhos; aos jovens que tenham ideal na vida e pensam, de algum modo, no futuro da nossa região; às crianças que frequentam nossas escolas e que são a esperança do Brasil; e de modo especial aos que colaboraram de algum modo para o êxito desta primeira edição de ‘O Encontro’.

“Agradecemos sinceramente, e contamos com a colaboração de todos que queiram nos prestigiar com mini-notícias, para as edições futuras, fazendo, assim, a base de uma nova era da divulgação por jornal e rádio. E será resultado breve de mais alguns encontros.

“Vários encontros entre jovens originaram o jornal ‘O Encontro’. Todos reclamavam um jornal. Não seria num sentido local e sim regional, tanto em suas notícias como em sua circulação.

“Esperamos que você, amigo e amiga, leitores, faça um bom proveito e realmente aprecie estas poucas páginas de nosso mini-jornal.

“Em resumo, de mãos dadas, Oeste e Sudoeste, vamos lutar pela difusão através de ‘O Encontro’, de ideias de desenvolvimento e grandeza de nosso Brasil.”



SEMANÁRIO E REVISTA. Primeira página da edição nº 1 do jornal “Mensagem”, que circulou em 17 maio de 1974. Em julho de 1975 chegava às bancas a revista “Mosaicos”.

festas e, vez por outra, publicava poemas de Camões e Fernando Pessoa, além de receitas de bolos, para “driblar a censura”, segundo dizia Adolpho Mariano da Costa. O jornal teve vida curta. A última edição foi a de nº 18, em outubro de 1969.

Cinco anos depois, em 17 de maio de 1974, surgia o jornal “Mensagem” e, em julho do ano seguinte, a revista “Mosaicos”, sob a direção da professora de português e jornalista Mirtis Maria Valério, uma gaúcha natural de Encantado. O semanário firmou-se como o porta-voz da comunidade medianeirense e dos municípios da região.

Notícias do poder público municipal - inaugurações de pontes, estradas, escolas e ruas -, campanhas reivindicatórias como a abertura da Estrada do Colono e a duplicação da BR-277, resultados de eleições, notas policiais e o registro de eventos cívicos e sociais – debutantes, baile do município, carnaval, 7 de setembro, casamentos e aniversários – , enchiam as páginas do “Mensagem”, conhecido como “o amigo das quintas”, dia da semana em que chega aos leitores. Em maio de 2024, com 50 anos de existência, “Mensagem” é o mais antigo jornal em circulação no Oeste paranaense.

Lançada em 1975, a revista “Mosaicos” fez recortes históricos focados nos pioneiros da microrregião, todos vivos na época. Foram 35 edições. A última cir-



POLÊMICO. Lauro Loose foi proprietário da gráfica e editora que levava seu nome. Homem de fino humor e grandes amizades, dirigiu os jornais “O Encontro” (2ª fase) e “Folha Regional”. Pela primeira vez, a imprensa de Medianeira teceu duras críticas a uma administração municipal, no caso, à de Adolpho Mariano da Costa (1986-1989). Acima, Nelsa Breda Loose, esposa de Lauro; ela foi a primeira Miss Medianeira, eleita em 1966.



ESTRUTURA. Sede da Gráfica e Editora Lauro Loose na Avenida Pedro Soccol, centro de Medianeira. A imagem é do início dos anos 1990. No detalhe, Sebastião de Mattos, que trabalhou por longos anos na empresa.



culou em julho de 1990, quando Medianeira completou 30 anos de emancipação político-administrativa.

Em 1985, o empresário Lauro Loose retomou o título “O Encontro” e lançou um periódico que seria o porta-voz oficioso da administração do prefeito Adolpho Mariano da Costa, o primeiro a ser eleito depois de um jejum eleitoral de 15 anos (desde 1970 o município integrava a “área de interesse da segurança nacional”, e os prefeitos eram nomeados).

Divergências políticas entre o prefeito e Loose levaram ao fim da publicação, que deu lugar à “Folha Regional”. Também dirigido por Loose, editado pelo jornalista Luiz Alberto Costa e impresso nas oficinas da Gráfica e Editora Lauro Loose, o jornal caracterizou-se pela ferrenha oposição ao governo do peemedebista Adolpho Mariano. Totalmente oposto era o tratamento dispensado aos demais prefeitos da microrregião - Matelândia, São Miguel, Santa Helena e Céu Azul. Na irônica observação de um leitor da época, “eram tratados a pão-de-ló”. A “Folha Regional” circulou até 1993; a gráfica encerrou suas atividades algum tempo depois. Loose mudou-se para Foz do Iguaçu, onde faleceu em agosto de 2012.

RÁDIO E TELEVISÃO

Em outubro de 1968, foi inaugurada a Rádio Matelândia, a primeira da microrregião de Medianeira. Dez anos depois, no final de dezembro de 1978, entrava no ar a Rádio Independência, de Medianeira, na frequência de 1.580 Khz. Além dos espaços dedicados à música gauchesca e sertaneja, e das transmissões esportivas, a emissora tinha no programa “Tudo sob Controle” sua maior audiência. Criado pelo jornalista Paulo Roberto da Costa, o programa “era escutado em praticamente em todo o município, das 7 às 8 horas da manhã, sempre com notícias quentes, ao vivo, um panorama do que acontecia basicamente em Medianeira”, lembrou o radialista Zigomar Sérgio, um dos apresentadores do noticioso. Aos sábados era a vez do “Linha Aberta”, com mais de duas horas de duração, um espaço para o debate, a defesa de ideias e o contraditório. Em termos de rádio praticado no interior, foi um feito revolucionário que levava a assinatura do diretor da emissora, Irineu Pelissari.

Segundo Zigomar, a Rádio Independência também se distinguia pela cobertura dos principais eventos locais, “com transmissões ao vivo no futebol, no carnaval, nos desfiles, na Câmara de Vereadores e na apuração dos resultados das eleições no Ginásio de Esportes, voto a voto, urna a urna”. Não só isso. A emissora contratou gente de peso, de renome nacional, como o radialista Jorge Luiz Soares de Oliveira, que havia trabalhado na Rádio Globo do Rio de Janeiro. A partir de 1984, promoveu quatro edições do Fermed - Festival da Canção da Rádio Independência, um espaço para jovens e adultos soltarem a voz. Enfim, a rádio passou a ocupar um espaço que desde o início da colonização era disputa-

do por emissoras de fora. Até então, os medianeirenses sintonizavam prefixos de Porto Alegre, São Paulo (Bandeirantes), Rio de Janeiro (Tupi e Nacional) e, em menor escala, de Curitiba.

Com som claro, nítido e vibrante entrou no ar, em 1989, a Rádio Cidade FM 104.7. No embalo surgiu a Campos Dourados FM 99.9. Ambas por iniciativa do empresário Antônio Vasconcelos. As FMs trouxeram a voz marcante da radialista Fernanda Maria Fassina, uma jovem medianeirense que aprendeu locução nas horas cívicas da escola e nas leituras bíblicas da missa. Em 2006, entrou no ar a Rádio Comunitária Cultura FM 105.9, sintonizada basicamente no perímetro urbano.

A TV Interativa, canal 32, entrou em operação em abril de 2004, tendo Haller Bogoni como sócio-proprietário e sua esposa Lurdes Brunhera Bogoni na função de diretora. A emissora retransmite as programações da TV Cultura e da TV Brasil. A festa de inauguração foi prestigiada pelo cantor Tinoco (da antiga dupla Tonico & Tinoco) e pela apresentadora do programa “Viola, Minha Viola”, Inezita Barroso. A produção local leva ao ar programas com boa audiência em Medianeira, destacando-se “Unindo o Brasil”, apresentado por Flávio Ferrari; “Brasil de Bombacha”, com o tradicionalista Kiko Véio; “100% Caipira”; “Vany e Você”, espaço dedicado a variedades; e “40 Minutos”, com notícias da região sob o comando de Luciano Picinatto.

A mídia de Medianeira, como ocorre em outras cidades do país, tem na publicidade do setor empresarial sua principal fonte de renda. Mas não se pode desconsiderar o papel da esfera pública como cliente importante para jornais e emissoras. Essa dependência eventualmente se reflete na linha editorial, mas é assim que os veículos sobrevivem numa sociedade relativamente conservadora, pagam seus funcionários e levam informação e entretenimento aos leitores e ouvintes.

ACERVO ZIGOMAR SÉRGIO



COBERTURA. O repórter Zigomar Sérgio, da Rádio Independência, entrevista o governador Álvaro Dias quando da inauguração do Aeroporto Miguel Adolfo Orth. Foi em 24 de julho de 1987.



FERNANDA MARIA. Com voz marcante e inconfundível, atuou nas emissoras FM Cidade e Campos Dourados.



GRANDES DEBATES. O radialista Zigomar Sérgio (ao centro, com fones) comanda o programa “Linha Aberta” na Rádio Independência. Um espaço de duas horas, sempre aos sábados, onde questões políticas, sociais, religiosas e educacionais eram discutidas por convidados. No início dos anos 1990, um dos debates versou sobre a necessidade de se motivar a comunidade a “votar em candidatos da região”. A partir da esquerda, Moisés Pistore (PFL), Edmar Bolsi (PDT), Luiz Suzuke (PT) e José Antônio Fonseca (MDB). Ao fundo, de bigode, o operador técnico e o diretor da emissora, Irineu Pelissari.



SERTANEJOS. Para a festa de inauguração da TV Interativa, em 2004, o casal Haller e Lurdes Bogoni convidou nomes renomados da música caipira raiz. Entre eles, as Irmãs Galvão, que ladeiam os Bogoni. Tinoco do Brasil e Inezita Barroso também prestigiaram o evento.

JORNALISMO IMPRESSO E O DESAFIO DE TRANSPOR O TEMPO

**Mirtis Maria Valério, fundadora do
jornal “Mensajeiro” e da revista “Mosaicos”**

O jornal “Mensajeiro” chegou às mãos do público em 17 de maio de 1974 (data de criação de Itaipu, em pleno regime militar) - uma novidade por ser na época o único meio de comunicação de Medianeira. Circulou com 12 páginas em preto e branco, na formatação tablete.

A ideia do semanário brotou em 1973 entre os primos Mirtis Maria Valério e Edmar Brás Bolsi, e acabou se concretizando. Logo nos deparamos com a dificuldade de sustentação. A alternativa foi expedir memorando mimeografado para os setores público e privado. A adesão foi surpreendente, pelo menos para suportar os encargos com a equipe de trabalho, o aluguel e impressão, esta feita em Toledo, distante 100 quilômetros, percurso em estrada de chão.

Levava-se as páginas montadas em papel milimetrado, depois de datilografadas em colunas com fita polietileno. E se voltava de madrugada com “o amigo das quintas-feiras”, slogan que perdurou até a edição nº 1.924, em 16 de agosto de 2016. O nome “Mensajeiro” originou-se do processo da comunicação.

A renda foi mínima por anos e anos. Eu me sustentava como professora de português/francês no Colégio João Manoel Mondrone, mas Edmar não resistiu. Sociedade desfeita, ingressam novos sócios, meus irmãos João Claudio Valério (Caio) e Divair Rosa Valério. Juntos encaramos o desafio de comprar uma *offset* para imprimir o jornal, que mais tarde daria origem à Gráfica Valério.

As dificuldades triplicaram. De um lado, o treinamento da equipe para a impressão; do outro, a falência da Frimesa, em 1978, uma empresa importante para a economia regional. Uma das saídas para diminuir nossos custos seria sair do aluguel (prédio de Ismael Zornitta, na Avenida Brasília).

Para nossa surpresa, nossos pais Tranquilo Pedro Valério e Leotilde Bolsi Valério acolheram a empresa em sua residência, à Rua Maranhão. Nos fundos havia uma edícula para pôr o maquinário. Foi um misto de empresa e família. Ali permanecemos até 1992, quando o jornal se mudou para um imóvel do casal Mirtis e Donizete Amâncio dos Santos, até ir para prédio próprio (Avenida 24 de Outubro), em 2004.

Aos poucos o jornal foi se modernizando, incorporando transições tecnológicas, impressão em cores, nova formatação e mídia digital, além de expandir sua área de ação. Tudo isso foi resultado de treinamento constante da equipe e



BATALHADORA. Lançamento da revista “Mosaicos” em 25 de julho de 1975. Mirtis Valério discursa na presença do prefeito Luiz Bonatto, do deputado estadual Ivo Tomazoni (à direita) e de outros convidados.



SEDE TEMPORÁRIA. Em espaço cedido pelos pais Tranquilo Pedro Valério e Leotilde Bolsi Valério, à rua Maranhão, no bairro São Cristóvão, foi instalada a redação do jornal “Mensajeiro” e a Gráfica Valério. Aqui, o jornal funcionou de 1980 a 1992 e a gráfica, de 1980 a 2000.



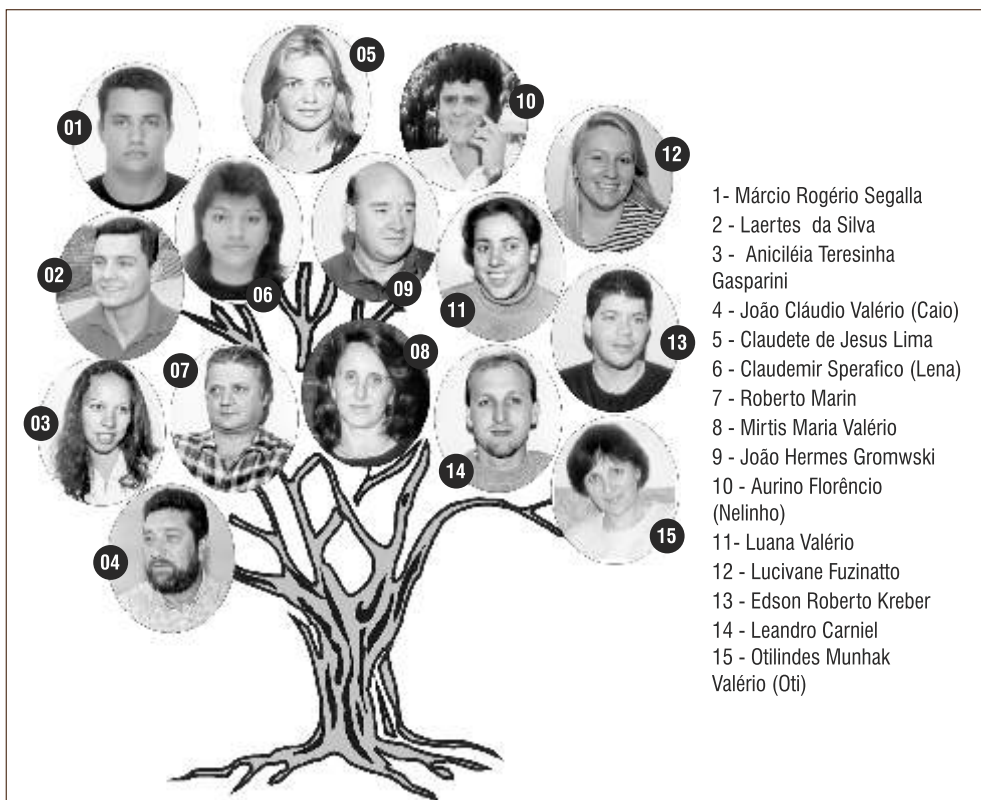
RECONHECIMENTO PÚBLICO. O jornal “Mensageiro” recebeu muitas distinções de empresas de pesquisa e, da Associação Empresarial de Medianeira (Acime), uma sequência de troféus “Top em Excelência”.

também das muitas lições que recebi no curso de Jornalismo.

Em agosto de 2016, o “Mensageiro” passou a ser dirigido por Ana Claudia Valério e Júlio Cezar Valério (apoiados pelos pais Caio e Oti Valério) e se reinventou, sem perder sua essência. Eu passei a me dedicar à Memória de Medianeira e Região, à Memória da Mídia Impressa e ao site www.revistamosaicos.com.br

A revista “Mosaicos” surgiu para documentar fatos valorizando a história de Medianeira e região, diante da constatação de que nada existia de registro pontual das pegadas cobertas pela poeira do tempo. Como o nome evidencia, são retalhos de aspectos, sem a pretensão de narrativa histórica.

A primeira edição circulou em julho 1975, no 15º aniversário de Medianeira. Foram 35 números, alguns específicos, voltados para municípios, e outros de abrangência regional. Aos poucos, as edições estão sendo digitalizadas e postadas no site da revista.

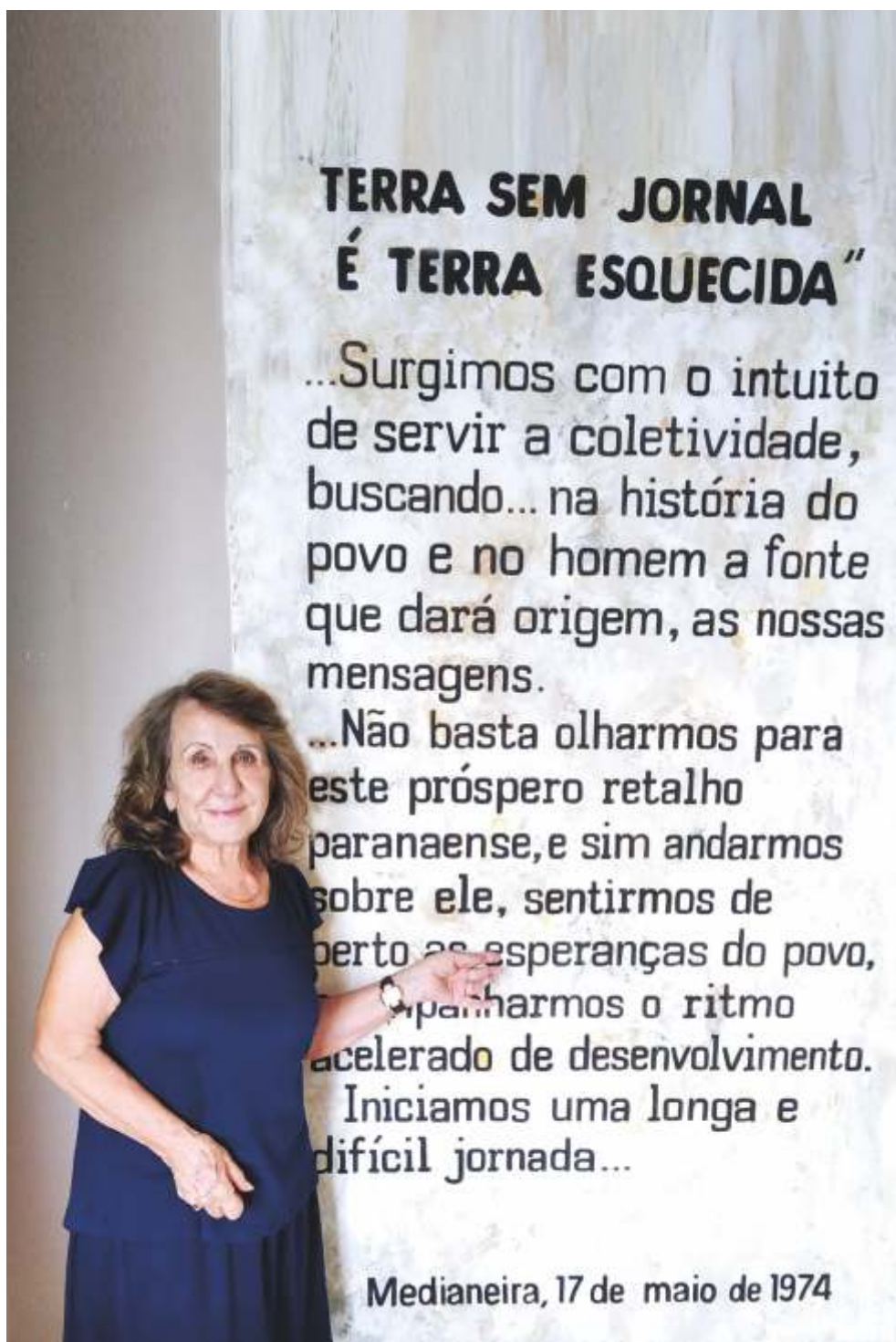


EQUIPE. Em 25 de maio de 2000, ao rodar pela primeira vez uma edição com páginas em cores, o “Mensageiro” homenageou sua equipe de trabalho.

ARQUIVO JORNAL MENSAGEIRO / REVISTA MOSAICOS



SEDE PRÓPRIA. Início dos anos 2000: prédio da Gráfica Valério e do jornal “Mensageiro” na Avenida 24 de Outubro, nº 2611.



PRIMEIRO EDITORIAL. Mirtis Valério ao lado de um banner na sede da Editora Jornalística Valério, em Medianeira, com trechos do primeiro editorial do jornal “Mensagem”: “Iniciamos uma longa e difícil jornada...” Um texto que se revelou profético.

DESPEDIDA DE MIRTIS DEPOIS DE 44 ANOS À FRENTE DO “MENSAGEIRO”

VIRAR A PÁGINA...

“É preciso virar a página quando se sente com o dever cumprido. É preciso virar a página para oportunizar novas ideias, conceitos, dinâmicas.

“É preciso virar a página quando se quer resgatar uma ideia adormecida, acalentada, antes que seja tarde demais.

“Não estou me despedindo, ainda não aprendi a dizer adeus.

“Deixo o Jornal Mensageiro (sem formalidades) depois de mais de quatro décadas para reavivar a Revista Mosaicos – identificada por muitos de nossos leitores.

“É preciso sempre ter coragem de virar a página e apostar num horizonte de que alguém saiba dar continuidade, com competência e profissionalismo.

“Foi um percurso de desafios e acima de tudo ética.

“Fizemos o que foi possível encurralados pelos parâmetros econômicos, de pessoal e pelas nossas limitações. Mas Mensageiro está aí, ‘redondinho’.

“Chega à edição 1.924 pela sinergia com nossos leitores, assinantes e anunciantes – quer da iniciativa privada ou pública. Todos são joias que carregamos para sempre.

“Foram essas joias que reluziram nosso caminho, nos dando norte a seguir. E seguimos em frente.

“Até chegar não a um ponto final e sim a um ponto e vírgula profissional, o qual sinaliza que a jornada não terminou, continua com o propósito de novos desafios.

“Um obrigado retumbante como é o amor que sentimos por esta terra.”

M.M.V., 16/08/2016

DISTRITOS DE MEDIANEIRA QUE SE TORNARAM MUNICÍPIOS

Santa Helena emancipou-se em 1967. Missal, em 1983. Flor da Serra e Jardinópolis deram origem a Serranópolis do Iguaçu em 1996

Quando Medianeira se emancipou de Foz do Iguaçu, em 1960, seu território incluía também Santa Helena, um núcleo de colonização iniciado na década de 1920 e situado na margem esquerda do Paraná, a 64 quilômetros da sede municipal. Diante das dificuldades de atender à população santa-helenense, o prefeito Angelo Darolt decidiu criar o distrito, dando aos moradores o direito de indicar o subprefeito.

Foi uma solução paliativa, porque, conforme registrou o historiador José Augusto Colodel na cartilha “História de Santa Helena - Descobrimo e Aprendendo”, “coube à população a tarefa de procurar com recursos próprios a solução de vários problemas que afligiam a comunidade, entre eles a construção de estradas e pontes”.

Na primeira legislatura da Câmara Municipal de Medianeira, o distrito de Santa Helena foi representado pelo vereador Normindo Fakini, que se elegeu com 54 votos pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

José Dela Pasqua assumiu a Prefeitura de Medianeira em 1965 e, conhecedor das reivindicações de Fakini, investiu na construção da estrada ligando Dom Armando, Moreninha e Pacuri.

Após cinco anos de existência do distrito, o governador do Paraná, Paulo Pimentel, sancionou a Lei Estadual 5.497, de 26 de maio 1967, que criava o município de Santa Helena, com área desmembrada majoritariamente de Medianeira e, em menor escala, de Marechal Cândido Rondon.

COLONOS CATÓLICOS, DE ASCENDÊNCIA ALEMÃ, SE INSTALAM NA “GLEBA DOS BISPOS”

Pode-se afirmar que a colonização da “Gleba dos Bispos”, por algum tempo também chamada de “Bispolândia”, depois Missal (referência ao livro litúrgico que reúne os textos de todas as missas do ano), foi tardia. Começou efetivamente em 25 de julho de 1963, segundo a revista católica “Skt. Paulusblatt”, publicada em Nova Petrópolis (RS), que em sua edição de agosto de 1963 abriu manchete: “Nossa Colonização no Paraná”.

“Nossa”, porque a colonização nascia sob o signo do catolicismo. Os colonos eram em grande parte oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, católicos, de ascendência alemã e pequenos agricultores. Na época, Medianeira já era município havia três anos e São Miguel do Iguaçu, dois.

Foi em 1956, sete anos antes, que tudo começou. Os bispos de Londrina, Maringá, Palmas, Jacarezinho e Foz do Iguaçu (na época uma prelazia), liderados por dom Geraldo Sigaud, procuraram o governador Moysés Lupion e solicitaram auxílio financeiro para melhorar o caixa de suas dioceses e, assim, ampliar o atendimento espiritual nas comunidades espalhadas pelo interior do Estado. Dinheiro não ganharam; receberam terras devolutas, 5 mil alqueires no total, mil para cada diocese.

ENCÍCLICA “MATER ET MAGISTRA”

Dos 5 mil alqueires (12.100 hectares), 3 mil ficaram sob a responsabilidade da Sociedade de Incremento à Propriedade Agrícola Ltda. (Sipal). Os 2 mil alqueires restantes, na região de Dom Armando, ao norte de Missal, foram loteados pela colonizadora Londrimar.

O sistema de colonização era cooperativista alicerçado na encíclica “Mater et Magistra” (Mãe e Mestra), do Papa João XXIII, que na questão agrária recomendava: “Os trabalhadores devem sentir-se solidários uns aos outros, e colaborar na criação de cooperativas e associações profissionais ou sindicais”. Foi assim que, em 19 de março de 1964, 55 agricultores liderados pelo padre José Backes fundaram a Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (Comasil), que anos mais tarde, já com sede em Medianeira, passou a ser a Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal), e, posteriormente, a Lar Cooperativa Agroindustrial.

Ainda em 1964 chegou a Missal, entre tantos migrantes, Ildon Henrique Kreuz, natural de Cerro Largo (RS). “Depois do mato derrubado, e quando as serrarias faziam barulho, eu construí um bolicho que vendia um pouco de tudo: sal, querosene, tecidos, munições, roupas, pregos, arames, serrotes, machados e medicamentos, de forma que os colonos saíam com a carroça cheia de mercado-



CELEBRAÇÃO. Procissão de Domingo de Ramos em Missal, em 1965. A população do recém-instalado núcleo de colonização participa ativamente.



COTIDIANO. Padre José Backes (de camisa branca, ao centro) entoa cantigas alemãs acompanhado por um grupo de agricultores por volta de 1965.



COMÉRCIO. À direita, o primeiro bolicho da família Kreuz, que durante muitos anos foi administrada por Ildon Kreuz, o pioneiro que “viu a história passar”. A imagem é de 1965.

rias”, lembrou Ildon em novembro de 2020.

O comerciante, que mais tarde abriu uma loja de ferragens e materiais de construção, era popular e não precisou fazer muito esforço “para ser o vereador mais votado na história do distrito de Missal”. Verdade. Na eleição 15 de novembro de 1976, somou 895 votos, concorrendo pela Arena. Kreuz gostava de contar a história da “Gleba dos Bispos”, porque, como costumava repetir, “eu vi a história passar”. E arrematava: “Vocês, repórteres, podem escrevê-la, mas eu vi.”

A DINASTIA DA LETRA L

Em 1966, Missal foi elevado à categoria de distrito administrativo de Medianeira e, em 1981, ocorreu a emancipação político-administrativa, mas somente em 1º de fevereiro de 1983 tomou posse o primeiro prefeito, Luciano Kreutz. O segundo prefeito foi Laci Deonísio Giehl, que inaugurou a “dinastia da letra L”: Laci entregou o cargo para Luciano, que novamente passou para Laci, que foi reeleito, ficando no cargo de 1997 a 2004. O ciclo da letra L foi quebrado no pleito de 3 de outubro de 2004 com a eleição do agricultor Plínio Stuani, que era vice-prefeito de Laci Giehl.

UM CANTINHO DA “NOVA GERMÂNIA”.

Dados do IBGE apontam uma curiosa estabilidade populacional. A partir



ECONOMIA. Nos primeiros anos de Missal, as serrarias dominaram o espaço rural e urbano. Na imagem datada de 1969, a Serra Kieling, instalada na comunidade de Santa Cecília.

da década de 1970 a população de Missal manteve-se estável na casa dos 10 mil habitantes. Ao longo de quatro décadas, a maior parte da população residiu no campo. Eram pequenos proprietários rurais, que no início da colonização tinham em média uma colônia, ou 24 hectares. Aos poucos o quadro fundiário foi se alterando. A partir do início do século 21, a maioria dos agricultores passou a ter menos que 10 hectares, com aumento significativo do número de propriedades com mais de 50 hectares, avaliam técnicos da Emater de Missal.

Ponto de união da comunidade missalense foi e é a cultura germânica. Muitas casas têm arquitetura enxaimel; nas conversas, o sotaque é teuto, e muitos falam o dialeto alemão que aprenderam com os antepassados. A população se reúne anualmente em torno da “Deutsches Fest Missal”, a Festa Alemã, com o concurso Fritz e Frida; desfile de carros alegóricos; jogo do barril; corridas do saco e do carrinho de mão; concurso do serrote e o principal - o Baile do Chopp. As delícias da culinária alemã fazem a alegria do público, com destaque para o “Eis-bein” (joelho de porco) e o marreco recheado, que são acompanhados de chucrute, salsichão, repolho roxo, purê de batata e a Cuca Missal.

Como símbolo da fé católica dos colonizadores, em 1964, os pioneiros Anton Dasenbrock, Lauro Simon e Atalíbio Ludwig construíram, ao lado da igreja matriz um campanário com 10,95 metros de altura, estrutura feita “para durar mais de 100 anos”, segundo contava Dasenbrock. Em novembro de 2021, houve o tombamento histórico do “Campanário dos Sinos e dos Sons dos Sinos”, obra



DISTRITO. A vila começa a ganhar contornos de cidade. Avenida Dom Geraldo Sigaud, a principal via pública de Missal, em 1969.

que passou a ser ponto de atração turística juntamente com a prainha de Vila Natal, na margem esquerda do reservatório de Itaipu.

JOSÉ BACKES, O PADRE POLÊMICO

O padre José Pascoalino Backes (1915-1988), fundador de Missal, nasceu em Sinimbu, antigo distrito de Santa Cruz do Sul (RS). É uma região de colonização alemã formada por pequenos agricultores que tinham (alguns ainda têm) na cultura do fumo a principal fonte de renda. Segundo filho de uma família formada por 12 irmãos, Backes cursou Humanidades no Seminário Imaculada Conceição, em São Leopoldo (RS). Em seguida, Teologia e Filosofia. No dia 30 de dezembro de 1941, em Porto Alegre, foi ordenado sacerdote.

Como religioso do clero secular atuou em várias paróquias, entre elas Santo Antônio da Patrulha e Venâncio Aires, municípios gaúchos. Em 1946, além da atividade eclesástica, dedicou-se à arregimentação de filiados para o Partido de Representação Popular (PRP) no Vale Taquari. Fundado por Plínio Salgado em 1945, o PRP reunia ex-integralistas. Em 1957, Backes foi designado pároco de Goioerê (PR). Ficou menos de seis meses na função. Data possivelmente dessa época sua ligação com o ultraconservador dom Geraldo de Proença Sigaud, bispo de Jacarezinho, no Norte do Paraná. Sigaud foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Backes recebeu do bispo Sigaud, talvez ainda antes de 1960, a incumbência de realizar os prepa-



LUCIANO KREUTZ. Eleito pelo Partido Democrático-Social (PDS) em 15 de novembro de 1982, com 1.634 votos, Kreutz foi o primeiro prefeito de Missal.

rativos iniciais e depois chefiar a colonização de uma gleba de 5.000 alqueires, localizada perto de Medianeira, que o controvertido governador Moysés Lupion presenteara às dioceses paranaenses.

O fundador de Missal foi uma figura polêmica. Gerava contrariedade e admiração ao mesmo tempo. Descontados os percalços próprios de uma colonização (como o tamanho de colônias, cuja metragem real eventualmente não conferia com a descrita na documentação), o padre realizou uma obra admirável em Missal. Deixou como legado uma bela distribuição de terras e uma comunidade unida pela cultura e pela religiosidade herdadas dos antepassados.

Padre Backes é também lembrado como fundador da Comasil, empreendimento que está na origem da Lar Cooperativa Agroindustrial. Em Medianeira, foi professor e diretor do Colégio Mondrone. Na sua terra natal, exerceu o magistério na Universidade de Santa Cruz do Sul por um curto período. Residiu até 1981 em Missal.

Na última viagem ao Paraná, ao visitar parentes em Entre Rios do Oeste, foi acometido de um acidente vascular cerebral - AVC. Lúcido, exigiu da Prefeitura de Missal uma ambulância que o levasse até Santa Cruz do Sul para o tratamento. Antes de chegar ao destino, o veículo derrapou e capotou. Padre Backes não sofreu ferimentos, mas o acidente talvez tenha agravado os efeitos do AVC e ele morreu no dia 6 de janeiro de 1988. Foi sepultado no Cemitério Municipal de Sinimbu.



PATRIMÔNIO. O “Campanário dos Sinos e do Som dos Sinos”, no centro de Missal, materializa a preservação da memória dos pioneiros.

SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU: DA REVOLTA DE 1961 AO FECHAMENTO DA ESTRADA DO COLONO

O pioneiro Luiz Riboldi (1925-2010) conheceu Flor da Serra e Jardinópolis em 1953. “Vim explorar essa região, pois tinha uma parcela de terras devolutas, patrimônio da União”, contou a um grupo de professoras que em 2008 produziram a “Coletânea Histórica” (189 páginas, documento não impresso). Riboldi, que morava em Medianeira desde 1951 e trabalhava como carpinteiro, disse que para chegar a Jardinópolis seguiu o rastro de um burro pela picada em meio à mata subtropical. O animal pertencia a Mariano Silva, que morava perto da entrada da Estrada do Colono e havia vindo até Medianeira para fazer compras.

No dia 6 de setembro de 1955, Luiz Riboldi levou sua mudança para um rancho construído na “baixada” entre Flor da Serra e Jardinópolis. Alguns dias depois começou o loteamento de Flor da Serra. “Aí vieram muitos posseiros, entre eles, Cândido Alves Vieira, um gaúcho de Júlio de Castilhos que se arranchou na Linha Bananeira e lá instalou um pequeno barbaquá e um monjolo para preparar erva-mate e produzir farinha de milho e trigo”, relatou Salete Vieira, filha de Luiz. Os colonos construíram seus ranchos e iniciaram o plantio de milho e feijão, e a criação de animais – porcos, vacas leiteiras e galinhas -, para consumo doméstico, como atesta uma fotografia guardada pela família Gallas, radicada na comunidade de Boa Vista.

Os primeiros moradores de Jardinópolis e Flor da Serra eram posseiros que esperavam obter um dia a regularização das parcelas que ocupavam. O que atraiu uma leva expressiva de migrantes sulistas, além das terras férteis, foi a abertura da Estrada do Colono, em 1954, realizada por colonizadoras de Medianeira e Matelândia. A estrada cortava o Parque Nacional do Iguaçu num trecho de 17,5 quilômetros, ligando as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.

Várias empresas colonizadoras, entre elas as de Medianeira e Matelândia, ambas subsidiárias da Pinho & Terras, se fizeram presentes na Gleba Silva Jardim, disputando uma área litigiosa de 76 mil hectares. O primeiro proprietário teria sido Cândido Musa Telles, nos anos 1920. Esse foi o marco inicial de um longo conflito fundiário. Segundo Luiz Riboldi, colonos “compravam um pedaço de terra sem escritura, de agentes imobiliários que diziam ter aval do governador Moysés Lupion”, que administrou o Paraná de 1947 a 1951 e de 1956 a 1962. Alguns “entravam no negócio só para especulação: ficavam apenas alguns dias ou meses na propriedade e vendiam para outros, tudo sem escritura”.

A REVOLTA DOS COLONOS

O desfecho trágico da luta pela posse da terra na Gleba Silva Jardim deu-se na comunidade de Jardinópolis, distante pouco mais de 20 quilômetros de Me-



MEMÓRIA. Monumento em homenagem às famílias que estiveram envolvidas na Revolta de 1961. No detalhe, o pioneiro Luiz Riboldi, que foi a Curitiba na tentativa de buscar auxílio do governo para conter o conflito que se armava na Gleba Silva Jardim.

dianeira, praticamente ao lado do Parque Nacional do Iguaçu. Conhecido como “Revolta de 1961”, o confronto aconteceu nos dias 1º e 2 de julho daquele ano, nas proximidades da antiga Prefeitura Municipal de Serranópolis do Iguaçu. No domingo, dia 2, os combates duraram cinco horas, envolvendo de um lado cerca de 50 policiais e jagunços e, do outro, 200 posseiros. Ao final, segundo dados do inquérito policial, haviam tombado quatro policiais e um agricultor. No imaginário popular, o número de vítimas passou de 20, 30 e até 100.

Dois trabalhos do professor de história Leonir Olderico Colombo, o “Colombinho”, abordam o tema: “Documentos sobre a Revolta de 1961” (Gráfica IGAL, Capanema, Paraná, 200 páginas) e “No rastro do burro: memórias e discurso do colono posseiro” (Canal 6, 2015, Foz do Iguaçu, Paraná).

Na saída de Flor da Serra, sentido Jardimópolis, existe um monumento que evoca a luta dos homens e o sofrimento das famílias antes, durante e após a Revolta de 1961. Buscando resgatar a memória desse episódio, “Colombinho” foi à luta. Recolheu notícias de jornais publicadas na época e matérias posteriores ao conflito. Releu o inquérito policial, vasculhou arquivos no Judiciário e ouviu uma dezena de pessoas, entre elas Elvino Bogo, Angelim Cechetto, Afonso Guhil, Edmundo Hetkoswsk, Julio Danieli, Irmã Marcela e Luiz Riboldi, que no dia do confronto encontrava-se em Curitiba tentando uma solução negociada para o impasse junto às autoridades do governo Ney Braga.

A GLEBA SILVA JARDIM

O latifúndio de 76.546 hectares abarcava o território do atual município de Serranópolis do Iguaçu. Parte da gleba foi incorporada ao Parque Nacional do Iguaçu. A região, na década de 1950, passou a ser colonizada de forma tumultuada, especialmente Jardimópolis, pela ação de várias colonizadoras, entre elas, “as dos paulistas”, destacando-se a Alto Paraná, de propriedade de Lauro Camargo. Depois vieram as colonizadoras Industrial e Agrícola Bento Gonçalves, de Medianeira, e a de Matelândia, subsidiárias da Pinho & Terras, do grupo de Alfredo Paschoal Ruaro. Estas, segundo Colombo “não provocaram grandes problemas fundiários, ficando restritas a Flor da Serra”.

As terras, de excelente qualidade, ricas em madeiras de lei e palmito, eram compradas na base da troca. Relatos recolhidos pelo professor dão conta “que um agricultor comprou 40 alqueires na comunidade do Palmital em troca de uma junta de mulas, uma carroça e um casal de patos”. Com a omissão do Estado, principalmente na época do governo Lupion, grileiros, oportunistas e caloteiros passaram a negociar e a vender uma, duas, até cinco vezes uma mesma propriedade.

E cada grileiro levantava sua voz. Pipocavam ações de despejo, muitas vezes cumpridas no grito. Foi então que o posseiro José Pereira, indignado com a situ-



POSSEIRO. Propriedade de Cândido Alves Vieira, na Linha Bananeira, em 1965. Família e vizinhos estão reunidos ao redor de um barbaquá, onde a erva-mate era sapecada.

ação, começou a protestar. Foi preso pela polícia e torturado. “Fizeram-no andar seis quilômetros amarrado a um Jeep, quebraram-lhe os dentes e obrigaram-no a ingerir cinco pacotes de sal amargo diluídos em urina e esterco de galinha”, revelaram testemunhas no inquérito policial.

INCITAÇÃO AO LEVANTE

Tamanha humilhação não ficou por menos. José Pereira era um homem forte, respeitado por sua coragem e liderança. Ao relatar as torturas, incitou os colonos para a luta armada. Bloquearam a estrada que ligava Medianeira a Capanema e se entrincheiraram. Quando a polícia recebeu ordens para desbloquear o caminho, os colonos abriram fogo. Pelo menos quatro policiais e/ou jagunços ficaram mortalmente feridos. Muitos correram.

“José Pereira reconheceu entre os agonizantes o cabo que lhe dera sal amargo e não teve dúvidas: sacou uma faca e apunhalou o quase-cadáver cinco vezes. A faca atravessou o corpo”, contou o rebelado Elvino Bogo.

Trágico também foi o destino de Fritz Rech, único colono – segundo a versão oficial - a tombar no conflito. Ao perceber que o comandante do batalhão de Foz - a quem conhecia - estava no local, Rech saiu de seu esconderijo para se apresentar. Foi metralhado por um sargento da polícia e em seguida degolado. “Os policiais chutaram a cabeça dele como se fosse uma bola”, relatou Elvino Bogo.



VIDA NO CAMPO. A família Gallas, radicada na vila de Boa Vista, deixou para a posteridade este registro de suinocultura como fonte de renda dos pequenos agricultores em 1969.

O ENÉRGICO TENENTE SALDANHA

Foi um gaúcho de Quaraí, ex-militar do Exército, que realizou um trabalho notável na regularização fundiária da área que daria origem ao município de Serranópolis do Iguaçu: Sílvio Brum Saldanha (1922-2009), conhecido como “Tenente Saldanha”

Reza a biografia que em 1940 incorporou-se ao Exército como soldado voluntário, em plena 2a. Guerra. Passou por treinamento para ingressar na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e atuar nos campos de batalha na Itália. Mas a guerra acabou antes que Saldanha fosse chamado. Prosseguiu na carreira militar e em 1947 formou-se em topografia pelo Serviço Geográfico do Exército (SGE). Usava tecnologia avançada com o emprego de fotografias terrestres e aéreas, e impressão offset.

Teve tuberculose. Curou-se. Foi para a reserva como 2º tenente. Em 28 de julho de 1958, casou-se com Jenny Mattos Saldanha, professora normalista formada em Santana do Livramento (RS) .

Recebeu convite para trabalhar no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), em 1966, no cargo de chefe da Seção de Topografia. Aceitou o desafio e veio enfrentar e resolver problemas de regularização fundiária no Oeste do Paraná, especialmente em Serranópolis do Iguaçu.



PULSO FIRME. Funcionário do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Tenente Saldanha regularizou 813 propriedades rurais. Foi amado e temido.

DEMARCAR TERRAS NÃO ERA TAREFA FÁCIL

Tenente Saldanha era enérgico, rígido, respeitava e se fazia respeitar. Era o tempo em que os militares estavam em alta no pós-golpe de 64. Sempre andava armado. “O pai tinha dois revólveres: um Taurus 32 e um Colt 48, ambos do Exército, recolhidos após sua morte”, contou o filho Jamerson Mattos Saldanha em entrevista por e-mail em 2013.

No relatório de conclusão dos trabalhos apresentado pelo IBRA, em 1971, consta que “foram instituídos 813 lotes rurais, sem contar área destinada ao espaço urbano de Jardinópolis, lotes públicos e comunitários na zona rural”, registrou o historiador Leonir Colombo. O topógrafo entrava no mato “com uma equipe de 23 homens que abria picadas, montava acampamento, discutia com os posseiros as futuras divisas e demarcava as propriedades”, escreveu o filho Jamerson.

A HÍPICA E A ÉGUA “JARDINEIRA”

Na década de 1970, uma carreira de cavalos em cancha reta era sempre motivo de festa. Assim, Saldanha foi o idealizador do Hipódromo Internacional do Iguaçu – a Hípica, que nos dias de carreira recebia grande público e animais da região Sudoeste, Argentina e Paraguai. Sua égua “Jardineira” venceu vários páreos e encheu o bolso de muitos apostadores.

Também foi produtor rural numa área de 14 alqueires, na Linha Progresso,



HIPISMO. Tenente Saldanha e sua égua “Jardineira”. Foi um dos fundadores do Hipódromo de Serranópolis do Iguaçu. Venceu muitos páreos em cancha reta de 600 metros.

onde tinha moradia e uma bela plantação de árvores frutíferas. Um tanto exótica, a residência de Saldanha povoou o imaginário de muitos serranopolitanos. Diziam que era “mal assombrada, cheia de mistérios, que o militar vagava pela noite em busca de almas penadas”. O filho Jamerson explicou: “O pai era um pouco exagerado com segurança e construiu a casa com paredes de tijolos grossos e laje. O pomar servia também para proteger a moradia dos ventos e, é claro, ter bons frutos. Não resta dúvida que a casa lembrava um pouco um forte, um QG, coisa de militar, e nada mais”. A residência foi demolida no início dos anos 2000.

Em Serranópolis do Iguaçu, Saldanha deixou áreas reservadas para a construção de escola, igreja, campo de futebol, “Jericódromo”, além da Prefeitura e da praça que leva o nome de sua esposa, Jenny Mattos Saldanha, inaugurada em 28 de abril de 2006 na primeira administração de José Sehn. Tenente Saldanha morreu no dia 31 de agosto de 2009, no Hospital Nossa Senhora da Salete, em Cascavel. Tinha 87 anos.

“A ESTRADA DO COLONO É DO JUIZ”

Foi numa quarta-feira, 10 de setembro de 1986, que o juiz federal Milton Luiz Pereira determinou liminarmente o fechamento da Estrada do Colono. A decisão do magistrado foi alicerçada em parecer do Ministério Público Federal que denunciava a existência de uma via no Parque Nacional do Iguaçu “ilegalmente aberta” e que “criminosamente seccionava” a reserva florestal. Dois dias depois,



ESTRADA DO COLONO. Aberto ilegalmente por colonizadoras na década de 1950, o caminho de 17,5 quilômetros cortava o Parque Nacional do Iguaçu.

em 12 de setembro, forças policiais executaram a sentença judicial. O trecho 17,5 quilômetros que cortava o Parque ao meio, ligando o Oeste ao Sudoeste do Paraná, entre os municípios de Medianeira (distritos de Flor da Serra e Jardinópolis) e Capanema, estava fechado.

No mesmo ano surgiu a Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono (Aipopec), que teve como primeiro presidente Ignácio Aloysio Donel, então dirigente da Cotrefal. Em tom de pregação sacerdotal, Donel dizia: “O parque é do mundo; a estrada, do colono. Vamos dialogar... com calma”.

Revolta, indignação e manifestações contra o fechamento da estrada não faltaram; ecologistas comemoraram. Em 1997, Serranópolis já era município e tinha como primeiro prefeito o petista Nilvo Perlin. Foi em maio desse ano que 800 agricultores invadiram o Parque Nacional e, através de um mutirão comunitário, tornaram novamente transitável o leito da estrada, permitindo o fluxo normal de veículos de passeio no período diurno. Para manutenção da Estrada do Colono foi criada a Associação Amigos do Parque, que passou a cobrar pedágio, de forma ilegal, gerando divergências e dúvidas quanto ao destino do dinheiro arrecadado. Quatro anos depois, em 13 de junho de 2001, uma gigantesca operação militar fechou a estrada novamente. A pista foi destruída, e afundada uma das balsas que fazia a travessia do Rio Iguaçu; outra embarcação foi confiscada.

Nas décadas seguintes à interdição, o tema Estrada do Colono manteve es-

CRONOLOGIA DA ESTRADA DO COLONO

♦ **1939** - Getúlio Vargas cria o Parque Nacional do Iguaçu, que após o Plano de Manejo de 1979 passou a ter 185.000 hectares.

♦ **1954** - Colonizadoras de Medianeira e Matelândia abrem ilegalmente o leito da Estrada do Colono.

♦ **1968** - O prefeito José Della Pasqua, após reuniões em Iraí (RS) e Medianeira, encaminha um “Memorial Descritivo” à Presidência da República a fim de dar corpo à Campanha Nacional Pró-Asfalto da Estrada do Colono/BR-163, conjugada com a BR-386.

♦ **1986** - Início da pavimentação ligando Medianeira ao Parque Nacional do Iguaçu e Capanema, na margem esquerda do Rio Iguaçu.

♦ **12 de setembro de 1986** - Sentença liminar, assinada pelo juiz federal Milton Luiz Pereira fecha a Estrada do Colono. Surge a Aipopec - Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono.

♦ **8 de maio de 1997** - A estrada é reaberta por cerca de 800 agricultores.

♦ **13 de maio de 1997** - Manifestação pró-reabertura reúne cerca de 30 mil pessoas.

♦ **11 de setembro de 1997** - A estrada é liberada ao trânsito mediante pagamento de taxa de pedágio a uma certa Associação Amigos do Parque.

♦ **1998** - Começa a discussão sobre a prestação de contas do dinheiro arrecadado no pedágio. A Associação Amigos do Parque não consegue explicar de forma clara o destino dado ao dinheiro arrecadado.

♦ **13 de junho de 2001** - Por determinação da Justiça, uma gigantesca operação policial fecha novamente, e em definitivo, a Estrada do Colono.



paço na mídia, frequentou debates e comissões parlamentares, e engordou promessas eleitorais. Nada surtiu efeito. A verdade é que a via foi aberta ilegalmente na década de 1950, e durante muitos anos as autoridades fizeram “vistas grossas” ao trânsito ilegal.

Illegal, porque o caminho estava em uma região considerada “intangível”, ou seja, intocável, conforme reza o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu de 1979. Com área de 185 mil hectares e rica biodiversidade, o parque é a única reserva florestal intacta de Mata Atlântica no Sul do Brasil. Em que pesem articulações políticas, a Estrada do Colono continua sendo do juiz.



IDENTIFICAÇÃO. Portal em Serranópolis do Iguaçu identifica a principal festa do município. No detalhe, prova de “jerico” que caiu no gosto da população.

ARRANCADÃO DE JERICÓS: A FESTA NO BARRO

Com a Estrada do Colono fechada, a Hípica desativada e um Festival do Vitelo que não agradou, o segundo prefeito de Serranópolis do Iguaçu, José Arlindo Sehn, acionou em 2005 um grupo de jovens adeptos do motocross para que criassem “uma festa popular”.

Naqueles anos o chamado “jerico” - não o animal, mas uma pequena carreta com motor de um pistão - era muito usado por pequenos agricultores para trafegar por estradas esburacadas. A ideia prosperou e, em 1º de maio de 2005, foi realizado o 1º Arrancadão de Jericos em uma pista barrenta, cheia de buracos, para alegria de aproximadamente 10 mil pessoas que prestigiaram o evento. Nas edições seguintes, segundo Marcelo Sehn, organizador das primeiras disputas, as provas chegaram a reunir mais de 40 produtores rurais.

A festa do barro caiu no gosto da população, de tal forma que no portal de entrada do Centro Administrativo municipal está registrado: “Serranópolis do Iguaçu. Terra do Arrancadão de Jericos”.

UM MUNDO EM CONSTANTE EBULIÇÃO

**Os 100 anos mais violentos da história da humanidade
também foram marcados por notáveis avanços científicos**

“Terra e Povo - Uma história de Medianeira” não tem a pretensão de ser uma obra clássica com começo, meio e fim. É, antes de tudo, um mosaico em que se mesclam personagens e situações na construção de uma comunidade. Alegrias e tristezas, vitórias e derrotas, avanços e recuos, momentos de esperança e de decepção - tão inerentes à trajetória da humanidade - conformam esse caleidoscópio sem o tradicional “the end”.

Tomando-se como ponto de partida o ano de 1918, quando o empreendedor gaúcho Miguel Matte requereu ao governo do Paraná a concessão de uma gleba de 50 mil hectares nos sertões do Oeste paranaense para fins de colonização, esta obra se estende por um período de 100 anos. É um longo tempo.

Não apenas longo, mas também marcante. A evolução do incipiente núcleo colonial hoje convertido em município e polo microrregional deu-se numa época em que o mundo passou por profundas transformações, em todos os sentidos e em todas as áreas. Para o bem ou para o mal. Na geopolítica, na economia, nas ciências, na tecnologia...

O século XX - e não parece ser diferente no limiar deste século XXI - caracterizou-se como um dos mais violentos da história do *homo sapiens*. A Primeira Guerra Mundial, no período de 1914 a 1918, matou pelo menos 15 milhões de pessoas, entre militares e civis. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) terminou com o trágico saldo de 56 milhões de mortos.

A sangrenta trajetória da humanidade no século XX também foi marcada por genocídios, pelo uso de armas nucleares, de extermínio em massa, e por centenas de conflitos localizados nos quatro cantos do planeta, entre eles a Guerra da Coreia (1950-1953) e a Guerra do Vietnã (1955-1975). A crise de 1929 quebrou a economia mundial, cumulada com a ascensão de regimes totalitários na Europa.

O pós-Segunda Guerra caracterizou-se pelo exacerbamento da rivalidade

ideológica entre capitalismo e socialismo. A chamada Guerra Fria, que tinha como expoentes os Estados Unidos e a União Soviética, durou até 1989, quando caiu o muro de Berlim. Nesse período, o planeta esteve pelo menos três vezes à beira de uma hecatombe nuclear. A situação mais grave se deu em 1962, com a crise dos mísseis de Cuba.

Os últimos 100 anos não foram apenas uma sucessão de tragédias. Descobertas científicas e avanços tecnológicos impressionantes mudaram nossas vidas para melhor, como nunca antes desde que o homem deixou as cavernas.

Da descoberta da penicilina, em 1928, pelo médico Alexander Fleming, à Inteligência Artificial - uma área da ciência da computação que estuda e desenvolve equipamentos e programas capazes de reproduzir o comportamento humano na tomada de decisões e na realização de tarefas -, o mundo vivenciou avanços como a transmissão dos primeiros sinais de televisão ainda na década de 1930, a primeira reação nuclear controlada em 1942, a descoberta da molécula do DNA em 1953, e a corrida espacial deflagrada em 1957 pelos russos com o lançamento do satélite artificial Sputnik 1. Mas os americanos não se deixaram intimidar: em 1969, enviaram uma missão tripulada à Lua.

Hoje, incontável número de satélites artificiais orbita em torno do planeta com diversas finalidades: comunicação, navegação (GPS), meteorologia, militar, observação da Terra e exploração do universo.

Incríveis foram e continuam sendo as inovações no campo da informática, com reflexos também em todo o espectro das telecomunicações. Os primeiros micros se popularizaram nos anos 1980. Subproduto da Guerra Fria, logo a internet entrou em nossas vidas e se agigantou a tal ponto, que já não vivemos sem ela.

Medianeira e sua gente testemunharam e testemunham um mundo em permanente ebulição. Em maior ou menor grau, de forma negativa ou positiva, essa ebulição também se refletiu e reflete nesta comunidade de 54,3 mil habitantes (Censo de 2022) no interior do Paraná. E a roda do tempo continua a girar. A vida segue.

BIBLIOGRAFIA

- ANGELI, Heitor L. *No tempo dos pioneiros*. Foz do Iguaçu (PR): H. Lothieu Angeli, 2006.
- BALKO, Hugo Ewalt. *Entre Rios do Oeste: fazendo história*. Hugo Ewalt Balko, José Erondi Yurkiv, Solange da Silva Portz. Marechal Cândido Rondon (PR): Gráfica Lider, 2003.
- BERTONHA, João F. *Os italianos*. João Fábio Bertonha. 3ª ed., 2ª reimpressão – São Paulo (SP): Contexto, 2018.
- BONAMIGO, Carlos A. *Revisitando a história: a revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná*. Carlos Antônio Bonamigo, Claides Rejane Schneider. Francisco Beltrão (PR): Grafisul Gráfica e Editora Ltda., 2007.
- BUCHÉ, Patrícia Gallas. *Sob a Fumaça da Existência*. Missal (PR): 2015.
- CARDOZO, Efraim. *Paraguay de la Conquista*. Assunção (Paraguai): El Lector, 1989.
- CHAVES, Julio Cesar. *Compendio de Historia Paraguaya*. Assunção (Paraguai): Carlos Schauman Editor, 1988.
- COLODEL, José Augusto. *Matelândia: história e contexto*. Matelândia (PR), Prefeitura Municipal: Assoeste, 1992.
- COLOMBO, Leonir Olderico. *Documentos sobre a Revolta de 1961*. Capanema (PR): Gráfica IGAL.
- CONSENTINO Fº, Lauro. *Ocoy: o rio que levou boiando capacetes militares... e os sonhos*. Medianeira (PR): livro digital, s/d.
- COSTA, Adolpho Mariano da. *O Donatário*. São Paulo (SP): Soma Editora, 1979.
- D´ALESSANDRO, Elis. *Memórias Frimesa: 40 anos de história 1977-2017*. Medianeira (PR): Frimesa, 2017.
- GASPARI, Elio. Coleção ditadura, volume 5: *A ditadura acabada*. São Paulo (SP): Editora Intrínseca, 2016.
- GRONDIN, Marcelo. *Alfredo Paschoal Ruaro: fundador de cidades*. Curitiba (PR): Pulp Edições, 2013.
- GUIZZARDI, Laurindo. *História da Diocese de Foz do Iguaçu*. Edições CNBB, 2014.
- LINHARES, Temístocles. *1905-1993, Paraná vivo: um retrato sem retoques*. Ilustrado por Poty. Curitiba (PR): Imprensa Oficial, 2000.
- LUNKES, Gisela. *Missal - tem muito futuro neste passado*. Marechal Cândido Rondon (PR): Editora Germânica, 2005.
- MACAGNO, Lorenzo, Silvia Montenegro, Verónica Giménez Béliveau. *A tríplice fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais*. Curitiba (PR): Editora UFPR, 2011.

MARIN, Roberto. *Lar na história. Os 40 anos da Cooperativa Agroindustrial Lar*. Medianeira (PR): Gráfica Tuicial, Cascavel, 2005.

MARIN, Roberto. *De sol e lua: por onde anda...* Santa Maria (RS): Gráfica Palotti, 2003.

MAZZAROLLO, Juvêncio, *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. São Paulo (SP): Loyola, 2003.

MEZZOMO, Frank A. *Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná*. Gernote Kirinus, Adriano van de Ven, Werner Fuchs. Campo Mourão (PR): Ed. da FECICLAM, 2009.

MEZZOMO, Frank A. *Religião, nomos e eu-topia: práxis do catolicismo no Oeste do Paraná* Cascavel (PR): Edunioeste, 2002.

MONTOYA, Pe. Antonio Ruiz de. *Conquista Espiritual*. Porto Alegre (RS): Martins Livreiro Editor, 1ª edição brasileira, 1985.

OLIVEIRA, Milena V. J., Dal Pozzo, Ildo. *Relatos da lembrança - Matelândia e sua gente* .Matelândia (PR): Gráfica e Editora Matelândia, 2004.

PALMA, Maria Aparecida Tives. *1957 - Colonos x jagunços: a revolta do Sudoeste do Paraná* Cascavel (PR): OLC Edigraf, 2014.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba (PR): Travessa dos Editores, 2006.

SCARPATO, Rodison. *Itaipulândia, seu povo, sua origem, sua história*. Cascavel (PR): Assoeste, 2006.

SPERANÇA, Alceu A. *Cascavel: a história*. Curitiba (PR): Lagarto, 1992.

TEIXEIRA, Nildo. *Balneário Camboriú - Formação social, econômica e política*. Balneário Camboriú (SC): 2000.

VENDRAME, Maíra Ines. *O poder da aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil e Itália)*. São Leopoldo (RS): Oikos; Porto Alegre (RS): ANPUH-RS, 2016.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste paranaense* Curitiba (PR): Ed. Vicentina, 2ª edição, 1987.

OUTRAS FONTES - JORNAIS, REVISTAS E BROCHURAS

Jornal Mensageiro. Gráfica Editora Valério, Medianeira (PR), edições de 1974 a junho de 2013.

Jornal O Dia, Curitiba (PR), ed. 9/07/1947.

Jornal A Manhã, Rio de Janeiro (RJ), ed. 14/08/1942.

Jornal O Paraná, Cascavel (PR), ed. 27/05/1981.

Jornal Diário do Paraná, Curitiba (PR), janeiro de 1973.

Jornal Folha Regional, Medianeira (PR), outubro de 1987 e março de 1989.

Jornal O Encontro, Medianeira (PR), edições de 20/10/1967 a outubro de 1969.

Resgate Histórico da Paróquia de Medianeira - 60 Anos, brochura, agosto de 2014.

Os 50 Anos da Comunidade Evangélica em Medianeira, opúsculo, Lotario Guenter Fischborn.

Revista Skt. Paulusblatt, Nova Petrópolis (RS), agosto de 1963.



**CASA da
MEMÓRIA**
Roberto Antônio Marin



**MUNICÍPIO DE
MEDIANEIRA**

Povo que realiza e cuida!

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EDUCAÇÃO E CULTURA

Patrocinadores da Impressão:



CRESOL

Frimesa